

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ABNER NEEMIAS DA CRUZ

**AS PRÁTICAS POLÍTICAS DE SILVESTRE REBELLO: UM
DIPLOMATA BRASILEIRO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
(1824-1829)**

FRANCA

2015

ABNER NEEMIAS DA CRUZ

**AS PRÁTICAS POLÍTICAS DE SILVESTRE REBELLO: Um Diplomata
Brasileiro nos Estados Unidos da América (1824-1829)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista FCHS-Franca. **Área de Concentração:** História e Cultura. **Linha de Pesquisa:** História e Cultura Política.

Orientadora: Prof. Dra. Marisa Saenz Leme

FRANCA

2015

Cruz, Abner Neemias da.

As práticas políticas de Silvestre Rebello: um diplomata brasileiro nos Estados Unidos da América (1824-1829) / Abner Neemias da Cruz. – Franca: [s.n.], 2015.

154 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Marisa Saenz Leme

1. Brasil - História - I Reinado - 1822-1831. 2. Diplomatas.
3. Representação diplomática. I. Título.

CDD – 981.053

ABNER NEEMIAS DA CRUZ

**AS PRÁTICAS POLÍTICAS DE SILVESTRE REBELLO: UM DIPLOMATA
BRASILEIRO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (1824-1829)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Marisa Saenz Leme

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2015.

Para a Maria Aparecida

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação só pôde ser concretizada a partir do apoio e auxílio dados por pessoas e instituições. Ao Luiz e a Maria, minha gratidão por terem me ajudado de todos os modos possíveis, durante esses três anos de mestrado, para que eu pudesse cumprir as exigências solicitadas na elaboração da pesquisa. Expresso meu reconhecimento ao Luiz Jr. que gentilmente me hospedou em sua casa durante os eventos acadêmicos, pesquisas e matérias cursadas como aluno especial na Universidade de São Paulo; ainda lhe agradeço por toda a colaboração com sugestões, críticas e ponderações. Não poderia deixar de citar ao Eliézer pelos nossos constantes embates intelectuais e à Amanda por sempre me socorrer frente às dificuldades oriundas da realização desta dissertação.

Ao Diego e à Anája, muito obrigado pelas leituras, discussões e críticas que propiciaram um amadurecimento intelectual e novos olhares em relação à pesquisa histórica. Não poderia deixar de citar a Naila, sempre pronta a me esclarecer dúvidas. Quero expressar minha gratidão à Nina Antonioli, pelas observações e comentários, à Larissa pela solicitude e disposição em me ajudar e ao Gilberto Guizelin, pelas dicas e indicações de livros. Agradeço aos membros do Grupo Historiar – Narrativas Identitárias, Conceitos, Linguagens que fizeram proposições e críticas ao trabalho aqui desdobrado, sobretudo às sugestões feitas pelas professoras Márcia C. Naxara e Virginia C. Camilotti. Ao professor Samuel A. Soares e à professora Teresa M. Malatian, agradeço-os por participarem do exame de qualificação e contribuírem nesse processo da minha formação acadêmica. Durante as pesquisas realizadas no Rio de Janeiro na Biblioteca Nacional, no Arquivo Histórico do Itamaraty, na Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, na biblioteca da A.C.R.J, no Arquivo Nacional e ainda nas bibliotecas do IHGB, UERJ, IFCS-UFRJ fui auxiliado por inúmeras pessoas, assim, agradeço aos funcionários e pesquisadores que se prestaram gentilmente a ajudar este inexperiente estudante de história.

Por fim, muito tenho a agradecer à Marisa, professora Marisa Saenz Leme, por acreditar na viabilidade do projeto que deu origem a esta dissertação e, posteriormente, pela orientação, respaldo, rigor, paciência e dedicação ofertada durante esse trajeto. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que propiciara a execução e finalização desse trabalho com o subsídio financeiro.

Cruz, Abner Neemias da. **As Práticas Políticas de Silvestre Rebello: um diplomata brasileiro nos Estados Unidos da América (1824-1829)**. 2015. 153f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

RESUMO

Durante o Primeiro Reinado, Silvestre Rebello, na categoria de encarregado plenipotenciário, representou o Brasil em Washington perante o Governo estadunidense. Esta dissertação tem por finalidade compreender as práticas políticas engendradas pelo diplomata Rebello entre 1824 a 1829. A partir da experiência política de Silvestre Rebello, analisaremos também algumas especificidades das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Primeiro Reinado, além de matizes do funcionamento da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e nuances relacionadas à solidificação do Império Brasileiro. Este estudo ancora-se, sobretudo, na análise da correspondência trocada entre Rebello e a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros no período de 1824 a 1829, em conjunto com papéis administrativos produzidos por esse mesmo órgão, periódicos e revistas da época, atas do IHGB e materiais iconográficos.

Palavras-chave: Brasil – I Reinado – 1822-1831; Diplomatas; Representação Diplomática.

Cruz, Abner Neemias da. **The politic practices of Silvestre Rebello: Brazilian diplomat in the United Stats of America (1824-1829)**. 2015. 153 f. Dissertation (Master's degree in History) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

ABSTRACT:

At the time of the first reign, Silvestre Rebello was the Brazilian diplomat representing the Brazilian Government in the United States. This job aims to understand the politic actions of Rebello during the years of 1824 to 1829 including the specific matters involved in the established relation between Brazil and USA. This Master's Thesis also intends to think about the Rebello actions and the institutional relations between the Brazilian Foreign Business Agency and the American Government and the public opinion about it. To get these objects, it is going to use the letters sent and receipt by Rebello and the Brazilian Foreign Business Agency in the years of 1824 to 1829 and also the official documents produced by the Brazilian and American agencies and the running newspapers.

KEY WORDS: Diplomat, Brazil - The First Reign, Relationship Diplomatic.

LISTA DE ABREVIATURAS

IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
SENE	Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros
S. M. I.	Sua Majestade Imperial
S. M.	Sua Majestade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 SILVESTRE REBELLO: Trajetória (17-? 1844).....	17
1.1 Vestígios de um passado lacônico.....	18
1.2 Nos Estados Unidos da América.....	33
1.3 De Volta ao Rio de Janeiro.....	41
CAPÍTULO 2 PRÁTICAS POLÍTICAS: Duas Missões do Brasil nos EUA (1824 -1826)	56
2.1 As negociações do reconhecimento da Independência Brasileira pelos Estados Unidos (1824).....	57
2.2 Brigues e Fragatas: negócios e negociações (1824 - 1826)	79
CAPÍTULO 3 REBELLO: Outras Questões Diplomáticas, a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros (1824-1829).....	97
3.1 Acordos, Negociações e Tratados entre o Brasil e os EUA (1824 – 1829).....	98
3.2 Estadunidenses no Brasil: Degredados, Piratas, Acusações e Suspeitas (1824 - 1828).....	106
3.3 Silvestre Rebello e a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros (1824- 1829).....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICE.....	152

INTRODUÇÃO

[...] Esse período, mesmo distante de nós, ainda nos envolve e fascina, pois se configurou para os protagonistas e para os que sobre ele se debruçaram posteriormente, como uma das balizas definidoras do surgimento e do perfil do Estado monárquico e da nação no Brasil do século XIX [...]¹

Entre os anos de 1824 e 1829, o diplomata Silvestre Rebello representou o Império Brasileiro perante o governo estadunidense², vivenciando uma série de experiências políticas que faz a sua trajetória confundir-se com parte da história das relações internacionais do Brasil. Negociou o reconhecimento brasileiro em Washington, organizou a primeira legação brasileira naquele país, contratou os serviços da *Life & Fire Company* – que construiu navios para a marinha brasileira – e mediou conflitos entre ambos os países. Também viajou pelos Estados Unidos, conheceu personagens ilustres, participou de agremiações e observou, com seu olhar estrangeiro, a sociedade e a política estadunidense.

Quando Silvestre Rebello foi enviado aos Estados Unidos, o Brasil de D. Pedro I era um jovem país que buscava criar vínculos com outros Estados. Destarte, desde que se declarara a Independência brasileira, a política externa foi tratada como assunto de vital importância. O governo imperial dedicou-se a estreitar os laços diplomáticos com diversas nações, entre elas os Estados Unidos da América, a França, a Áustria e a Inglaterra. Meses após a proclamação da independência, já no ano de 1823, alguns representantes brasileiros foram enviados para diversos países. Para a Inglaterra, o governo instaurado no Rio de Janeiro nomeou Caldeira Brant e Gameiro Pessoa; para a Áustria mandaram Teles da Silva e, na França, ficou Borges de Barros. Em setembro de 1822, indicaram Luiz Moutinho Lima Álvares e Silva ao cargo de representante diplomático do Brasil nos Estados Unidos; porém, este não assumindo o posto, designou-se, em janeiro de 1824, José Silvestre Rebello.

Assim, o eixo central desta pesquisa concentra-se na análise da trajetória política do diplomata José Silvestre Rebello, entre os anos de 1824 e 1829. As páginas a seguir são dedicadas ao estudo biográfico desse homem e, além do eixo motriz, percebem-se, em alguma

¹ OLIVEIRA, C. H. S. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. In: GRINBERG, K. SALLES, R. (Orgs.). **O Brasil Imperial** (Volume I – 1808 – 1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 17.

² Por vezes, utilizar-se-á *Department of State* ao falar do (Departamento de Estado dos Estados Unidos da América); *Mr.* ao invés de *Sr.*, e *Sir* (título nobiliárquico britânico) para destacar as origens anglo-saxônicas de alguns personagens citados. Utilizaremos o termo estadunidense(s) ao nos referirmos aos cidadãos dos EUA; e Estados Unidos, Estados Unidos da América, EUA ao citarmos a supra federação de estados; todavia, na documentação da época – ofícios e despachos da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros – os brasileiros comumente chamavam os EUA de “América”, ou “América Inglesa”, e os estadunidenses de “americanos”. No

medida, nuances das relações diplomáticas entre o governo Imperial Brasileiro e o governo dos Estados Unidos da América, na década de 1820.

José Silvestre Rebello, personagem pouco conhecido na atualidade – possivelmente, de destaque comedido na corte no Rio de Janeiro na época em que viveu –, traçou uma trajetória política peculiar e a análise desta propiciou reflexões relacionadas aos vínculos entre indivíduo, sociedade e política no Brasil do século XIX. Sem exaltá-lo ou isolá-lo, entendemos sua figura aqui estudada como parte integrante da paisagem histórica na qual se insere. Nesse sentido, o historiador Phillipe Levillain escreveu:

A biografia histórica hoje reabilitada não tem como vocação esgotar o absoluto do eu de um personagem, como já o pretendeu e ainda hoje o pretende mais do que devia [...] A biografia é o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-lo às custas de seus dessemelhantes.³

As informações sobre o biografado em questão são parcas e limitadas, sobretudo no que se refere às suas origens. Quando comparado a outros membros do serviço diplomático brasileiro no Primeiro Reinado, os dados sobre Rebello são lacônicos: não há menções relacionadas a sua data de nascimento, formação educacional, condições socioeconômicas de sua família progenitora ou parentes. Nesse ínterim, o fato de Silvestre Rebello não ter deixado uma prole que guardasse suas memórias – como aconteceu com outras figuras ilustres brasileiras – pode ter contribuído para que os dados se perdessem ao longo do tempo. Ainda assim, outros pesquisadores também escreveram sobre ele. Em 1922, por ocasião da comemoração do centenário da Independência brasileira, o Ministério das Relações Exteriores publicou uma coletânea de documentos e artigos sobre o período independentista. No quinto volume da obra, encontra-se um artigo atribuído à Zacarias Góes de Carvalho⁴ intitulado “Silvestre Rebello em Washington”⁵. As aproximadas quarenta páginas desse texto de Góes de Carvalho servem como um bom guia cronológico sobre a vida e obra de Rebello, embora seu foco tenha sido as negociações do reconhecimento estadunidense da independência política do

que se refere a possíveis citações de livros ou documentos em língua inglesa incorporaremos no texto transcrições no idioma original e traduções em português nas notas de rodapé.

³ LEVILLAIN, P. Os Protagonistas: da Biografia. In: REMOND, R. (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 176.

⁴ As únicas referências encontradas sobre Zacarias Góes de Carvalho dizem que este era engenheiro e oficial do Ministério das Relações Exteriores.

⁵ CARVALHO, Z. G. Silvestre Rebello em Washington In: **Arquivo Diplomático da Independência**. Brasília: 2ª Ed. Ministério das Relações Exteriores, v. 5, 1972. p. 7 – 47.

Brasil. Quase duas décadas depois, o historiador estadunidense Arthur Preston Whitaker, em 1940, publicou um artigo na *The Hispanic American Historical Review* intitulado José Silvestre Rebello: *The First Diplomatic Representative of Brazil in the United States*⁶. Nesse trabalho, Whitaker traçou, em linhas gerais, alguns dados sobre a atuação do diplomata Rebello nos Estados Unidos. Sem muitos pormenores, o autor abordou o percurso do diplomata brasileiro em Washington no que tange ao reconhecimento da independência do Brasil e citou brevemente outras missões diplomáticas de Silvestre Rebello, além de dados pontuais sobre o retorno deste ao Brasil. Os dois textos supra citados – principais referências bibliográficas sobre o diplomata em questão – apresentam especificidades ligadas ao tempo em que foram elaborados: o primeiro foi produzido dentro do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 1922, numa data célebre para a memória nacional brasileira. O segundo foi escrito por um estadunidense e publicado em 1940 numa época em que a política externa dos EUA fazia proposições interamericanistas para a América do Sul. Para além dessas duas obras, outras pequenas citações ao diplomata Silvestre Rebello aparecem em outros livros como, por exemplo, na obra de Sacramento Blake⁷, Feijó Bittencourt⁸, Hildebrando Aciolly⁹ e Otávio Tarquínio de Souza¹⁰.

Essa pequena bibliografia arrolada e consultada por nós contribuiu para que engendrássemos uma dissertação sobre José Silvestre Rebello, em que procuramos compreender suas ações, dados sobre suas origens, o lugar socioeconômico deste no Rio de Janeiro, sua trajetória política na pasta de negócios estrangeiros do Império, a experiência diplomática vivida nos EUA, o retorno ao Brasil. Isto posto, centramos nosso olhar nos usos, variações, regularidades, maneiras e formas de se apropriar, recriar e manusear o “poder”, ou seja, reflexões sobre as *práticas políticas* do biografado em questão.

Associada a essa narrativa biográfica, procuramos pensar, em alguma medida, nas relações externas entre Brasil e Estados Unidos. Poucos autores se dedicaram a refletir nas relações entre estes dois países à década de 1820 e quando o fizeram, ocuparam-se com

⁶ WHITAKER, A. P. José Silvestre Rebello: The First Diplomatic Representative of Brazil in the United States. **The Hispanic American Historical Review**. Durham: Duke University Press, 1940.

⁷ SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 6. 1900.

⁸ BITTENCOURT, L. F. **Os Fundadores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

⁹ ACIOLLY, H. **O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945.

¹⁰ SOUSA, O. T. **A Vida de D. Pedro I - História dos Fundadores do Império**. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: Olympio, 1972.

análises breves ou se concentraram em eventos pontuais, principalmente no reconhecimento estadunidense da autonomia política brasileira. Nesse ínterim, por exemplo, o historiador estadunidense Arthur Preston Whitaker, ao escrever sobre a relação entre os Estados Unidos da América e a independência da América Latina, abordou de forma sucinta a questão do reconhecimento da independência brasileira por parte dos EUA¹¹.

Outras duas obras referenciais sobre o assunto são os livros “Brasil e América”¹² do historiador Pedro Calmon e “O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América”¹³ de autoria do diplomata e jurista Hildebrando Accioly. No primeiro, dados pontuais são fornecidos sobre a relação entre Brasil e EUA na década de 1820 enfatizando os laços diplomáticos entre ambas as nações no Segundo Reinado. Por outro lado, o livro de Accioly é integralmente dedicado ao exame do processo de reconhecimento da Independência brasileira pelo governo estadunidense¹⁴.

Anos depois, na década de 1970, mais duas obras abordariam as relações entre Brasil e Estados Unidos. Em 1972, “Desafio à preponderância britânica no Brasil (1808-1850)”, escrito pela historiadora Antônia F. P. A. Wright – obra bastante densa e ainda atual –, trouxera algumas reflexões sobre o papel político-econômico dos Estados Unidos no Brasil durante a primeira metade do século XIX. De viés fortemente econômico, o relevo dessa obra centra-se no enfrentamento entre Inglaterra e EUA pela influência político-econômica em território brasileiro. Já em 1978, o cientista político e historiador Luiz A. V. Moniz Bandeira publicou mais um estudo envolvendo as relações entre o governo brasileiro e o governo estadunidense. Em “Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)”, Bandeira teceu um compêndio de caráter enciclopedista, tentando abarcar as relações entre Brasil e Estados Unidos durante dois séculos, a partir de um viés mais político e factual, quando comparado à obra de Antônia Wright. Ainda que sejam referências relevantes, estas duas pesquisas trazem

¹¹ WHITAKER, A. P. **Los Estados Unidos y la Independencia de America Latina** (1800-1830). Buenos Aires: Ed. Universitaria de Buenos Aires, 1964. p. 254 et. seq.

¹² CALMON, P. **Brasil e América: história de uma política**. Rio de Janeiro: Olympio, 1944.

¹³ ACIOLLY, H. **O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945.

¹⁴ Note que ambas as obras foram realizadas por brasileiros e publicadas num contexto de reaproximação entre Brasil e Estados Unidos na denominada “política da boa vizinhança” por volta da época da Segunda Guerra Mundial.

poucas informações sobre as relações diplomáticas e políticas entre Brasil e Estados Unidos na década de 1820¹⁵.

Apesar dos estudos mencionados desdobrarem perspectivas e análises relevantes para pensarmos nas relações entre Brasil e Estados Unidos no século XIX, a presente dissertação aborda matizes que não haviam sido estudadas, no que diz respeito aos jogos diplomáticos entre os dois Estados, entre 1824 e 1829. Destacam-se as visões do Império brasileiro acerca de conflitos e embates, que vão desde as buscas pelo reconhecimento estadunidense da independência brasileira até questões relacionadas ao tráfego de navios estadunidenses na costa brasileira e a assinatura de um Tratado de Amizade e Comércio entre ambos os países.

A construção desse trabalho se deu a partir de um corpo documental composto de despachos, ofícios, notas diplomáticas, atas, códices, periódicos e itens iconográficos em conjunto com referências bibliográficas variadas. Sobre algumas possíveis discordâncias com posicionamentos de alguns pesquisadores citados, faço das considerações do historiador Denis A. M. Bernardes as minhas:

[...] Mas que seja claramente afirmado, para esta e outras discordâncias presentes ao longo do texto, com autores vivos e mortos, que elas não significam, em nenhum momento, desconsiderar a qualidade das obras que são e continuarão sendo de leitura obrigatória e que trazem contribuições inestimáveis [...]¹⁶

A tudo isso somado, ainda há de ser posto, para fins de esclarecimentos sobre as finalidades e objetivos do presente trabalho, que as questões *do político* ocupam um lugar central aqui. Segundo o historiador José Carlos Reis, “o problema do poder é eterno. A história política do poder não se reduz ao Estado. É uma história em profundidade da esfera política – os símbolos de poder, as atitudes, as cerimônias [...]”¹⁷.

*

*

*

¹⁵ Ao que tudo indica, ao dar relevo ao caráter econômico das relações externas dos EUA essas duas obras publicadas na década de 1970 também possuem indagações ligadas ao contexto da época em que foram publicadas quando os EUA já eram uma grande potência econômica e política. Ainda que os autores tenham sido influenciados por questões ligadas às visões que se construam sobre os Estados Unidos no Brasil na década de 1970; não discordamos deles no que se refere ao caráter preponderante que a economia tinha para as empreitadas estadunidenses no Brasil no século XIX.

¹⁶ BERNARDES, D. **O Patriotismo Constitucional**: Pernambuco, 1820 -1822. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006. p. 22.

¹⁷ REIS, J. C. O Retorno do Evento Estruturado. In: _____. **Nouvelle Historie e Tempo Histórico**: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo, Ed. Ática, 1994. p. 143.

Para fins de organização, esta dissertação está dividida em três capítulos: o primeiro – “Silvestre Rebello: trajetória” – tem por objetivo apontar algumas especificidades biográficas de José Silvestre Rebello. Debruçamo-nos em suas origens e lugar socioeconômico, inserção no corpo diplomático, além das suas ações e pensamentos ao longo das décadas de 1820 a 1840. No segundo capítulo – “Práticas Políticas: duas missões do Brasil nos EUA (1824 - 1826)” –, analisamos, primeiramente, as matizes das negociações entre Brasil e EUA que culminaram no reconhecimento estadunidense da autonomia política do Império Brasileiro e, posteriormente, as transações e a aquisição de navios para comporem a frota naval brasileira – comprados nos Estados Unidos da América. Por fim, o terceiro capítulo – “Rebello: outras questões diplomáticas, a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros, – desdobramos alguns aspectos das negociações que engendrara acordos e tratados entre o governo brasileiro e o governo dos Estados Unidos; conflitos entre Brasil e EUA envolvendo navios e cidadãos estadunidenses; e, por último, relações estabelecidas entre o diplomata Rebello e a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros.

CAPÍTULO 1 SILVESTRE REBELLO: Trajetória (17-? 1844)

Neste capítulo conheceremos o personagem biografado a partir de múltiplos ângulos. Nos três tópicos, alguns dados pontuais de sua trajetória virão à tona permeados pelas movimentações políticas da época. Também analisar-se-ão alguns escritos publicados na Revista Trimensal do IHGB; articulando, por vezes, tais textos com as discussões e debates do velho instituto. O capítulo almeja denotar a singularidade de uma vida intercambiada a eventos, indagações e perspectivas de uma época, além de se articular com a experiência política de uma geração de homens que tiveram suas trajetórias individuais entrelaçadas à construção Estado Imperial Brasileiro. Ao compor este capítulo, levamos em consideração a assertiva do historiador Philippe Levillain que apontou a biografia política como “[...] o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova de vida”¹⁸; partindo desta premissa, convidamos o leitor a fazer uma viagem incompleta – dada a finitude de informações – nas páginas que se seguem sobre esta interpretação histórica escrita no começo do século XXI, a respeito de um homem que viveu nas primeiras décadas do século XIX.

¹⁸ LEVILLAIN, P. Os Protagonistas: da Biografia. In: REMOND, R. (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 176.

1.1 Vestígios de um Passado Lacônico

Um Cortejo Fúnebre no Rio de Janeiro

Era no tempo do governo de D. Pedro II e ocorria um cortejo fúnebre na cidade do Rio de Janeiro. O defunto em questão era José Silvestre Rebello, um homem idoso, branco, residente na região da *Freguesia de São José*, que falecera no dia 12 de agosto de 1844. Em meio ao cortejo, encontrava-se Manuel de Araújo de Porto Alegre¹⁹, o futuro Barão de Santo Ângelo que, ao final do cerimonial fúnebre, quando o corpo estava prestes a ser enterrado, tomou a palavra em nome do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro²⁰ – o IHGB – e proferiu um discurso em homenagem ao finado Rebello:

[...] E' doloroso para a geração que a succede ver todos os dias cahirem esses monumentos vivos de sua glória, esses homens que deveriam ser immortaes por suas nobres qualidades. “Todos os protagonistas da scena de nossa Independência, que ainda restam, devem ver com profunda magoa seus nobres e esforçados camaradas irem uns após outros esconder na terra o laurel conquistado em uma lucta tão nobre[...].”²¹

No discurso fúnebre em questão, referia-se Porto Alegre à trajetória política de Silvestre Rebello que, ao lado de tantos outros indivíduos, entrelaçara sua vida à experiência política brasileira que culminara na fundação do Império do Brasil. Lembrou do tempo em que Rebello foi enviado aos Estados Unidos da América para negociar o reconhecimento do

¹⁹ Manoel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) nasceu no Rio Grande do Sul. Na mocidade, frequentou a Academia Militar e a Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro. Em 1831, acompanhou o pintor Jean Baptiste-Debret à França e se tornou aprendiz deste nas *Belas Artes* (pintura) além ter sido aluno do artista Antoine-Jean Gros e do arquiteto François Debret. De volta ao Brasil, foi professor da Escola Militar e da Academia de Belas Artes, onde também ocupou a função de diretor. Entre suas obras artísticas na pintura, inclui um trabalho inacabado nomeado A Coroação de D. Pedro II. Para além das artes plásticas, Porto Alegre dedicou-se às letras, tendo escrito, entre outros trabalhos, *As Brasilianas* (poemas e cantos); *Os Lavernos*, *Os Lobisomens*, *A Escrava* (*peças de teatro*). Foi membro do IHGB e, nos últimos anos de vida, foi cônsul geral do Império Brasileiro em Portugal. Cf. SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. **Dicionário Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 6, 1900. p. 26. / Sítio virtual do Instituto Moreira Salles. Disponível em: <<http://www.ims.com.br/ims/explore/artista/araujo-porto-alegre>>. Acesso em: 28 de jul. de 2015.

²⁰ O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) surgiu no bojo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 1838, com o objetivo de congregar elementos que contribuíssem para o “progresso” da nação brasileira. Esta primeira geração do IHGB debatia questões políticas relevantes para época, fazendo, também, proposições; buscaram promover conhecimentos sobre o Brasil desde sua topografia até a história e as “raízes” brasileiras. Para isto, realizaram concursos da escrita da história, promoveram debates e apreciações sobre as mais variadas questões, além de reunirem e preservarem artefatos de uma cultura material, na qual incluía livros, mapas e documentos, criando, assim, um acervo de itens para aquela agremiação que se legitimava através do “saber”. Esta instituição que existe até os dias de hoje teve um papel político destacado durante o governo de D. Pedro II.

²¹ Ata da Reunião do IHGB no dia 22 de agosto de 1844. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, Tomo Sexto, p.539, 1844.

governo de D. Pedro I, bem como da atuação deste na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)²² e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Louvou, ainda, as supostas qualidades filantrópicas e a dedicação de Rebello à ciência, bem como à nação brasileira.

As honrarias ao defunto ecoadas pela voz de Porto Alegre, em nome do IHGB, eram ouvidas por quem? Não sabemos. Talvez, estivesse presente no funeral o jovem naturalista Manuel Ferreira Lagos²³, possível amigo de Rebello e que tivera parte em seu espólio²⁴. Quiçá estivessem outros membros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro ou da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, já que o personagem era sócio efetivo de ambas as instituições. De todo modo, embalado pelas palavras de Porto Alegre – que findou o discurso exclamando: “Roguem a Deos por elle e seja lhe a terra leve” – desceu ao túmulo o ancião Silvestre Rebello, em meados de 1844, aos 68 ou 69 anos de idade, solteiro e sem filhos. Findara-lhe a vida, mas os vestígios de sua existência permaneceriam presentes na posteridade.

O Retrato de Silvestre Rebello

Quase duas décadas antes de morrer, José Silvestre Rebello foi retratado num quadro por uma jovem pintora estadunidense. Era maio de 1826 e, nesta época, ele ocupava o cargo

²² A Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (SAIN), fundada no Rio de Janeiro, em 1828, tinha por objetivo, segundo seus idealizadores, propagar as *luzes* do conhecimento a partir de empreendimentos em prol da *prosperidade do Império*. Sua criação foi inspirada na francesa *Sociedade Fomentadora da Industria*. Entrementes, para além destas informações, a SAIN era uma Sociedade com um viés marcadamente político conforme discorreremos neste capítulo. Cf. Introdução. **O Auxiliador da indústria Nacional**. Rio de Janeiro, 15 de jan., 1833.

²³ Manoel Ferreira Lagos (1816-1871) nasceu no Rio de Janeiro. Foi primeiro oficial na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e diretor da seção zoológica do Museu Nacional do Brasil. Também foi membro do IHGB. In: SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 6, 1900. p. 82.

²⁴Esta informação sobre o fato de Manoel Ferreira Lagos ter sido um possível amigo de Silvestre Rebello e tido parte no seu espólio foi retirado de um pequeno trecho de um texto do conselheiro Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond. O escrito supracitado abordava, sobretudo, questões relacionadas à geografia brasileira e aos limites topográficos na região norte do país. Para esclarecer alguns pontos sobre os limites na região do Amazonas, o autor recorreu ao que ele chamou de "dous preciosos manuscritos" pertencentes ao Sr. Varnhagen e o segundo manuscrito de posse do Sr. Lagos. Sobre o segundo manuscrito, intitulado “Memória sobre a parte da Goyana chamada Franceza” diz o autor que o livro era propriedade do Sr. Lagos que, por sua vez, adquiriu o manuscrito a partir do espólio que recebeu de José Silvestre Rebello. O autor ainda informa que Silvestre Rebello, foi amigo íntimo do conquistador de Cayena (provavelmente referindo-se ao brigadeiro Manoel Marques). Cf: DRUMMOND, A. M. V. Dedução dos Direitos do Brasil e Propriedade e Posse da Sua Actual Linha de Fronteira do Norte do Imperio do Brasil. In: MELLO MORAES, A. J. **Corographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria, e Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares de Pinho, Tomo II, 1858. p. 22.

de encarregado de negócios do Império Brasileiro nos EUA – era o primeiro representante do Império Brasileiro a ocupar este cargo naquele país. Morava em Washington desde 1824, mas, naquela primavera, viajou à cidade de Baltimore para supervisionar a construção de navios da Armada Brasileira²⁵. Banhada pela Baía de Chesapeake, Baltimore, localizada no Estado de Maryland, no norte dos Estados Unidos da América, era uma das principais cidades portuárias do país, sendo, também, um importante centro econômico e cultural. Teria sido nesta viagem que o estadunidense Edward J. Coale²⁶ apresentou Silvestre Rebello à pintora²⁷ Sarah Miriam Peale²⁸. Ela era uma mulher de 26 anos, magra, de olhos fundos e cabelos castanhos²⁹. O olhar feminino desta artista, materializado a partir de pinceladas em tinta óleo sobre uma tela de tecido, perpetuou através do tempo o único retrato que se conhece desse homem.

Defronte à artista, em seu ateliê, Rebello a encara³⁰. Vê-se um homem com uma parca calvície e os cabelos que ainda lhe restam são escuros com algumas mechas brancas. Ele traça a roupa de Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro: um uniforme verde com bordados e botões

²⁵ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Maio de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 88

²⁶ Edward Johnson Coale era um estadunidense residente em Baltimore que tinha por ofício vender livros. Ao que tudo indica, foi amigo de José Silvestre Rebello, tendo sido nomeado por ele ao posto de vice-cônsul do Brasil nos Estados Unidos. In: REBELLO, J. S. *List of the individuals appointed to serve as vice-consuls for the Empire of Brazil in different ports of the United States*. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 121. / Correspondências, 30 de Janeiro de 1824. **Astrea**. Rio de Janeiro, 1830.

²⁷ As informações de que, em maio de 1826, Silvestre Rebello teria sido apresentado à Sarah Miriam Peale por meio de Edward J. Coale foram extraídas de um romance baseado em fatos da vida da pintora Sarah Miriam Peale. Apesar de ser uma biografia ficcional e não termos informações dos limites entre ficção e fatos reais nesta obra e nem conhecer quais os documentos ampararam o autor, as informações contidas na subliteratura escrita por Joan King parecem convergir com fatos encontrados no nosso corpo documental: o quadro pintado por Peale é datado de 1826; um ofício escrito por Silvestre Rebello em maio de 1826 relatava que este estava em Baltimore por conta da construção das fragatas; segundo o *Jornal Astrea*, Silvestre Rebello era amigo de Edward J. Coale que, por sua vez, residia em Baltimore e era vice-cônsul do Brasil naquele porto. Cf: KING, J. **Sarah M. Peale: America's First Woman Artist**. Branden Books, 1987. / REBELLO, J. S. 29 de Maio de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 376. / Correspondências, 30 de Janeiro de 1824. **Astrea**. Rio de Janeiro, 1830.

²⁸ Sarah Miriam Peale (1800-1885) nasceu na Filadélfia e era oriunda de uma família de artistas que dedicavam-se à pintura. Estudou artes na *Pennsylvania Academy of the Fine Arts*. Pintou diversas figuras públicas destacadas na sociedade estadunidense da época. Informações retiradas do sítio virtual do *National Museum of Women* (Washington, D. C.) Disponível em: < <http://nmwa.org/explore/artist-profiles/sarah-miriam-peale>>. Acesso em 29 de maio de 2015.

²⁹ PEALE, S. M. Self Portrait in oil on canvas. 1818. Acervo: National Portrait Gallery - Washington D.C. (United States - Washington, DC) Disponível em: <<http://www.the-athenaeum.org/art/detail.php?ID=20417>>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

³⁰ PEALE S. M. Portrait of José Silvestre Rebello. Retrato em tinta óleo sobre tela de tecido. Baltimore, 1826. Disponível em: <http://collections.si.edu/search/results.htm?q=record_ID:siris_ari_197208>. Acesso em 10 abr. 2014.

dourados. Com a mão direita, segura um livro sob o abdômen. Ao lado esquerdo, na altura do peito, nota-se o brasão da dita ordem bordado na indumentária e um medalhão pendurado: a insígnia da Imperial Ordem do Cruzeiro – condecoração concedida ao diplomata por D. Pedro I em 1825³¹. O ar grave em seu rosto não esconde o esboço de um discreto sorriso que se insinua, mas que não se concretiza. Naquela época, tinha por volta de cinquenta anos e, no retrato, aparenta ser um homem de meia idade um tanto robusto. Tem olhos castanhos e amendoados, pele alva, bochechas levemente coradas, nariz adunco, lábios finos e queixo saliente: possui um fenótipo esperado para pessoas naturais de Portugal, país onde nasceu. A imagem de Rebello encara o espectador que o observa. No plano de fundo do quadro, há uma coluna em formato toscano e um pano cor de escarlate que domina a maior parte do segundo plano.

Não nos debruçamos sobre as dimensões artísticas da pintura ou sobre a artista que a compôs. Para fins desse trabalho, centramos o olhar na imagem do retratado e nas possibilidades de interpretação históricas cabíveis nesta biografia. Perguntamo-nos: o que podemos descobrir sobre este homem? Por quais veredas percorreu até cruzar a porta do ateliê da senhorita Peale e ter sua imagem perpetuada para além do seu tempo? A emergência das indagações acima nos leva a novos caminhos em busca de dados sobre o passado de José Silvestre Rebello e um novo retrato vai sendo composto nas próximas páginas. Fragmentos de jornais, relatos, ofícios entre outros documentos vão aos poucos sedimentando mais uma imagem do personagem central deste trabalho.

³¹ Brasil. **Ordenação Honorífica da Ordem do Cruzeiro de Silvestre Rebello** – 22 de Janeiro de 1825. Códice 1825. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 1825.

Retrato 1 - José Silvestre Rebello por Sarah Mirian Peale (1826)



FONTE: PEALE, S. M. **José Silvestre Rebello**. Baltimore, 1826. Acervo: **Embaixada do Brasil em Washington**. Disponível em: <http://collections.si.edu/search/results.htm?q=record_ID:siris_ari_197208>. Acesso em: 10 abr. 2014.

Um Passado Desconhecido

No ano de 1820, no Rio de Janeiro, o livro “O comércio oriental”, de autoria do inglês Willian Milburn, foi traduzido para o português e publicado pela Typografia Real. Na contracapa do exemplar, encontram-se as seguintes palavras: “O COMÉRCIO ORIENTAL [...] extrahida em parte, e em parte ampliada da obra que sobre este assumpto escreveu Milburn; oferecida A El-Rey Nosso Senhor por José Silvestre Rebello”³². O trabalho de tradução da supra obra, que em português possuía por volta de 600 páginas, dividida em 29 capítulos, é a referência mais antiga a Rebello que se conhece. Antes disso, apenas relatos e possíveis “rastros” de um passado lacônico.

Nascido em Portugal³³, possivelmente em 1776 ou 1777³⁴, em desconhecido local, José Silvestre Rebello teria vindo para o Brasil ainda na mocidade³⁵. Não encontramos documentos ou menções sobre pais, familiares, origens genealógicas ou sobre a sua “educação formal”³⁶. Em contraponto à maioria dos sócios-fundadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Silvestre Rebello é “desprovido de um passado”. Nesse sentido, perguntamo-nos o

³² MILBURN, W. **O Comércio Oriental**: Descrição Mercantil. Rio de Janeiro: Typographia Real, 1820.

³³ CARVALHO, Z. G. Silvestre Rebello em Washington In: **Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. Arquivo Diplomático da Independência, v. 5, 1972. p. XIII.

³⁴ Apesar de não sabermos com exatidão a data de nascimento de José Silvestre Rebello, é provável que tenha nascido nas datas citadas. No artigo Revolta e Cidadania na Corte Regencial, o historiador Marcello Basile analisou a revolta encabeçada por liberais exaltados no teatro São Pedro de Alcântara no Rio de Janeiro, em setembro de 1831. Entre os documentos utilizados pelo autor, constava que uma das supostas testemunhas do “conflito” chamava-se José Silvestre Rebello, era português, solteiro e tinha 55 anos. Levando em consideração a incerteza relacionada ao mês do nascimento – antes ou depois de setembro – chegamos a duas possibilidades: 1776 ou 1777. In: BASILE, M. Revolta e Cidadania na Corte Regencial. Niterói, **Revista Tempo**, 2007.

³⁵ CARVALHO, Z. G. Silvestre Rebello em Washington. In: Brasil. **Arquivo Diplomático da Independência**. Brasília: 2ª Ed. Ministério das Relações Exteriores. 1972. p. XIII.

³⁶ Os principais autores que escreveram sobre Silvestre Rebello também são lacônicos em relação ao passado dele. Tanto Arthur Preston Withacker, no artigo *José Silvestre Rebello: The First Diplomatic Representative of Brazil in the United States*, quanto Zacarias Góes de Carvalho, no artigo Silvestre Rebello em Washington, praticamente não apontaram sobre as origens de Silvestre Rebello antes de 1820. Outras duas importantes referências à biografia do diplomata em questão são os livros *Os Fundadores*, de Feijó Bitencourt, e o *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*, organizado pelo IHGB. Estas duas últimas obras citadas são sucintas em relação ao diplomata Rebello, dando-lhe apenas um pequeno resumo biográfico. Cf. WHITAKER, A. José Silvestre Rebello: The First Diplomatic Representative of Brazil in the United States. **The Hispanic American Historical Review**. Durham: Duke University Press, 1940. / CARVALHO, Z. G. Silvestre Rebello em Washington. In: Brasil. **Arquivo Diplomático da Independência**. Brasília: 2ª Ed. Ministério das Relações Exteriores, 1972. / BELCHIOR, E. O. MIRANDA, V. C. TAPAJÓS, V. TÓRTIMA, P. WEHRS C. **Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, v. 6, 1998. / BITTENCOURT, F. **Os Fundadores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

que as palavras não escritas e as lacunas poderiam significar para os fins desse trabalho. O esquecimento do passado e as memórias obliteradas podem nos contar alguma coisa?

Um pequeno texto de jornal, em oposição ao silêncio das narrativas acerca do passado deste personagem pode contribuir nesta construção biográfica. Em 1830, uma sucinta nota publicada no jornal *Astrea*, assinada pelo redator do periódico³⁷, acusava Silvestre Rebello de não ter “bons modos” ao lhe escrever um recado “grosseiro”. Ao concluir o artigo, o autor insinuou que tal atitude não era própria de um “homem bem educado e civil” e que eram características de quem na mocidade teve a “desgraça de ter um amo” e que agora em “imaginária altura” se esquecia de que não falava com um “comensal seu”³⁸.

Para além das suposições levantadas nesta nota de jornal, a parca bibliografia sobre Silvestre Rebello foi unânime em relatar que este, ainda na juventude, dedicou-se ao comércio. Em busca destas atividades, consultamos as listas de negociantes da Praça do Rio de Janeiro na década de 1810, publicadas no *Almanach do Rio de Janeiro*, periódicos do Rio de Janeiro a partir de 1808, além de autores que escreveram sobre negociantes de grosso trato e o corpo do comércio nesta cidade. Não encontramos alusões ao biografado. As ausências de citações levam-nos a pensar na possibilidade de Silvestre Rebello, no princípio de suas atividades, ter exercido algum tipo de ofício no comércio, como, por exemplo, o posto de caixeiro ou ajudante de algum comerciante; de todo modo, é inconclusivo a partir do corpo documental por nós levantado saber ao certo a relação do biografado com o comércio nesta época. Todavia, alguns indícios³⁹ apontam que provavelmente, na década de 1820, Rebello pertencesse a um grupo de comerciantes com algum poder aquisitivo.

Chegamos ao limite do que pode ser dito sobre esse passado desconhecido. Fatos e dados sobre Rebello perdem-se nesse segundo plano escuro, por hora, inatingível. Em contraponto, na *Ribalta Iluminada*, já em 1821, ano subsequente à publicação em português do livro “O comércio oriental”, o biografado em questão já havia sido nomeado por D. João VI ao cargo de juiz da Comissão Mista Portugal e a Inglaterra.

A Nomeação dada por D. João VI

³⁷ Para mais informações sobre o assunto, Cf. item “De Volta ao Rio de Janeiro” neste mesmo capítulo.

³⁸ Correspondências, 30 de Janeiro de 1824. *Astrea*. Rio de Janeiro, 1830.

³⁹ Esses indícios relacionam-se a eventos e contatos envolvendo Silvestre Rebello que serão discorridos neste capítulo. Cf. sub tópicos “Rua das Marrecas, nº 18” e “Viva a Independência”.

Foi no verão de 1821, mais precisamente no primeiro dia do mês de fevereiro, no décimo terceiro ano do governo reinol português estabelecido no Rio de Janeiro, que Silvestre Rebello recebeu do Rei D. João VI a nomeação que o tornou Juiz da Comissão Mista entre Portugal e Grã-Bretanha⁴⁰.

Naquela época, o tráfico transatlântico de escravos era um ponto relevante e bastante discutido nas relações entre o governo de Portugal e o da Inglaterra. Criadas em 1817, as Comissões Mistas eram desdobramentos do Tratado assinado em 1815 pelo governo português durante o Congresso de Viena, no qual Portugal consentiu à pressão externa, sobretudo inglesa, em considerar o tráfico transatlântico de escravos ao norte da linha do Equador como ilegal. Esta Comissão Mista entre Portugal e a Inglaterra (*Mixed Commision Courts*) tinha por objetivo julgar, sem direito à apelação, os navios supostamente apreendidos pelos “cruzadores das duas nações” sob a acusação de tráfico de escravos⁴¹. Segundo o historiador Leslie Bethel, funcionavam como espécies de tribunais de navios negreiros ilegais aprisionados e localizavam-se no Rio de Janeiro e em Freetown, na Serra Leoa⁴².

O Alvará de nomeação assinado por D. João VI – compromisso juramentado pelos “sagrados Evangelhos” – garantia ao recém empossado – pelo menos em princípio – as honras, franquezas e isenções destinadas aos possuidores do cargo⁴³ e estipulava ao juiz que julgasse sem favorecer nenhuma das partes envolvidas no litígio em questão.

Silvestre Rebello manteve-se junto ao cargo de Juiz da Comissão Mista nos anos seguintes⁴⁴, mesmo após a separação entre o governo brasileiro e o português e, continuou

⁴⁰ Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Alvará nomeando José Silvestre Rebello. **Livro 63º do Registro das Mercês**. Códice 137. V. 63/01062. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (RJ), 1821.

⁴¹ Ibidem.

⁴² BETHELL, L. O Brasil no Século XIX: parte do “império informal britânico”? In: CARVALHO, J. M. CAMPOS, A. P. (Org.). **Perspectivas da Cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 23.

⁴³ Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Alvará nomeando José Silvestre Rebello. **Livro 63º do Registro das Mercês**. Códice 137. V. 63/01062. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (RJ), 1821.

⁴⁴ Nas pesquisas realizadas, não encontramos muitas informações sobre o funcionamento interno desta comissão, bem como da atuação de Rebello, porém, uma informação sobre o aprisionamento de navios negreiros pôde ser obtida através de uma nota de jornal da época. Foi publicada a pedido de Silvestre Rebello, em maio de 1823, no periódico Império do Brasil: Diário do Governo – jornal do Estado Imperial Brasileiro - e reproduzia um recado divulgado no Diário do Governo de Lisboa, na quinta-feira, 22 de janeiro de 1822. Era um aviso aos proprietários de navios portugueses que foram aprisionados pelos cruzadores britânicos – de 1º de junho de 1814, até a nomeação da dita Comissão Mista – que se apresentassem em prol de receber as “indenidades” que o monarca inglês se obrigava a reparar. Para tanto, os reclamantes deveriam entregar suas queixas e títulos na Secretaria da Comissão, localizada em Londres, num prazo máximo de nove meses para residentes na Europa e um ano para o restante do mundo a partir da data da publicação no Diário de Lisboa. Um artigo de Leslie Bethel no *The Journal of African History* explica que tais comissões mistas foram idealizadas e propostas pelo governo

assinando documentos com o título de Juiz da Comissão Mista até meados de 1826, mesmo morando em Washington e ocupando o cargo de Encarregado de Negócios do Brasil⁴⁵. O cargo dado a Silvestre Rebello pelo monarca português aconteceu numa época em que ecos da revolução vintista reverberavam no Rio de Janeiro. Estes ecos contribuíram para que, meses depois, em abril de 1821, D. João VI regressasse a Lisboa.

“Às Armas, Cidadãos”

Rebello era Juiz Comissário do governo português quando, em abril de 1821, Debret, o pintor francês, retratou D. João VI embarcando de regresso à Lisboa. Na gravura do artista, uma multidão, num dia ensolarado no Rio de Janeiro, se despedia do Bragança que por treze anos residiu em meio aos trópicos. Parece uma grata gente reunida no cais, com lenços à mão e profunda reverência ao monarca que elevou o Brasil à condição de Reino Unido de Portugal⁴⁶. Foi assim que Debret descreveu os que ficavam no Rio de Janeiro, mas, para além da aparência harmônica da gravura, D. João VI deixou para trás uma cidade em meio a um cenário complexo e dissonante.

Quando embarcou de volta à Lisboa, no dia 24 de abril, havia no Rio de Janeiro algum tipo de *torpor* coletivo marcado pelos eventos que precederam à partida. O confronto entre as tropas joaninas e setores do eleitorado reunidos na Praça do Comércio⁴⁷, na noite de 20 para

britânico através de tratados com vários países onde incluía Espanha, Portugal, Brasil, EUA e repúblicas hispano-americanas. No que se refere a Comissão entre Brasil e Inglaterra, pode-se dizer que ela foi em alguma medida uma continuidade do formato já estabelecido em 1817 entre Grã-Bretanha e Portugal. A Comissão Mista Anglo-Brasileira perdurou até 1845. Cf: Diário do Governo de Lisboa Nº20 [...]. **Império do Brasil: Diário do Governo**, 16 de Maio de 1823, Rio de Janeiro, 1823. / BETHELL, L. *The Mixed Commissions for the Suppression of the Transatlantic Slave Trade in the Nineteenth Century*. **The Journal of African History**. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 7, nº. 1, 1966, p. 79-93.

⁴⁵ Ao que tudo indica, a Comissão Mista criada em 1817 por D. João VI foi continuada pelo governo Imperial brasileiro. Cf: REBELLO, J. S. 15 de Janeiro de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 59.

⁴⁶ DEBRET, J. B. Retorno da Corte. In: _____. **Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'avènement et de l'abdication de S. M. D. Pedro 1er, fondateur de l'Empire brésilien**. (Paris: 1ª ed. 1834). Rio de Janeiro: Record, 1965.

⁴⁷ O grupo de comerciantes no Rio de Janeiro foi ganhando prestígio ao longo do governo de D. João VI. Este corpo do comércio, bastante poderoso, composto sobretudo por um número expressivo de portugueses e ingleses, ganhou uma sede conhecida como “A Praça do Comércio” para a realização das negociações e práticas mercantis – atividades comerciais de grosso trato – que até então se davam em lugares variados: ruas, largos e até mesmo na Loja Maçônica. O prédio projetado por Grandjean Montigny, inaugurado em 1820, foi fechado após as eleições de 1821. Alguns pesquisadores, como Heitor Beltrão, sugeriram que a ação violenta das tropas portuguesas na noite de 20/21 de abril de 1821 teve o aval de D. Pedro. Em 1824, o prédio teria sido repassado à

21 de abril, culminara em várias mortes que foram atribuídas às Forças Armadas Reais. Um revoltado desconhecido pichou a inscrição “AÇOUGUE REAL” na entrada principal da Praça do Comércio, em referência aos conflitos entre as tropas joaninas e os votantes contra a partida do rei. O historiador inglês John Armitage escreveu que, naquela época:

[...] a consternação se apoderou de toda a cidade do Rio de Janeiro, e sucedeu ao delírio da exaltação. As praças públicas e lugares de recreio, tornaram-se desertos; suspenderam-se as operações do comércio, e durante muitas semanas esta Capital, até então cheia de atividade, pareceu uma cidade de mortos[...].⁴⁸

Naquela tarde de abril, quando viu a Baía de Guanabara pela última vez, deixava D. João VI para trás não só a cidade, mas um corpo do comércio poderoso, representantes diplomáticos de diversos Estados, uma elite ilustrada brasileira e ricos produtores agrícolas, enfim, grupos sociais que haviam sido beneficiados e fortalecidos com a centralidade do poder no Rio de Janeiro no período joanino. Quando desembarcou naquela cidade em 1808, estimava-se que vinte mil pessoas o acompanharam desde Portugal. No regresso as terras lusitanas, cerca de três mil membros de sua corte retornaram para Lisboa: um déficit de dezessete mil pessoas no regresso.

No Brasil, Reino Unido de Portugal e Algarves, as discussões políticas sobre a organização das Cortes Constitucionais – que haviam feito o Rei retornar a Lisboa – permearam o cotidiano das principais cidades no Brasil ao longo dos meses que se seguiram. No Rio de Janeiro, tanto quanto em outras províncias, iniciava-se uma alta produção de panfletos de cunho político que eram afixados em postes e locais públicos, ou vendidos em pequenos comércios⁴⁹. Alguns panfletos eram impressos, mas outros (geralmente panfletos com teor político mais radical) costumavam ser manuscritos. Letrados liam em voz alta para

Alfândega e à Inspetoria, sendo que, as transações comerciais voltaram a se dar de forma descentralizada pela cidade. Ficava na antiga rua do Sabão. Hoje o prédio abriga a Casa França no Brasil. Para mais informações sobre o Corpo do Comércio, Cf: BELTRÃO, H. **O Civismo da Praça Num Século de Labor**. Rio de Janeiro, 1931. / FAZENDA, J. V. Notas históricas sobre a Praça do comércio do Rio de Janeiro. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, tomo LXXIII, 1910. \ KATO, R. M. **Revoltas de Rua**: O Rio de Janeiro em Três Momentos (1821-1828-1831). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ-IFCS, 1988. p. 77 et. seq. / OLIVEIRA, C. H. L. S. **A Astúcia Liberal**: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820/1824. Bragança Paulista: Ícone/ Universidade São Francisco, 1999.

⁴⁸ ARMITAGE, J. **História do Brasil**: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos. Belo Horizonte/São Paulo: (1ª ed. 1831), Ed. Itatiaia/EDUSP, 1981. p. 40.

⁴⁹ BASILE, M. CARVALHO, J. M. NEVES, M. L. B. P. **Às Armas, Cidadãos!** Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo; Belo Horizonte: Companhia das Letras - Editora UFMG, 2012.

que os iletrados tivessem contato com os panfletos. Assim, embates políticos no campo literário foram sendo travados nos espaços públicos, ao mesmo tempo em que o tema central das discussões aos poucos modificava-se.

Ao longo dos primeiros anos da década de 1820, homens de vida pública assumiam pseudônimos e publicavam seus pensamentos. Foi nesta época que José Silvestre Rebello se tornou Trezgeminos Cosmopolitas⁵⁰. Entre os embates políticos impressos no Rio de Janeiro, Trezgeminos Cosmopolitas escreveu dois panfletos em 1822: “O Brasil visto de cima: carta a huma senhora sobre as questões do tempo” e outro intitulado “Carta ao redactor da Malagueta”. Atribui-se a Silvestre Rebello o panfleto de dezesseis páginas intitulado “Carta ao redactor do Espelho sobre as questões do tempo por Tenentes Generais e Capitães”⁵¹ e, possivelmente, escreveu um texto falando sobre as “eleições” de 1821, na Praça do Comércio⁵².

Em meio à produção literária que pululava no período e o surgimento de agremiações ou ajuntamento de homens em prol de uma causa, foi criada a Sociedade Philo-técnica em 1822. Esta agremiação possuía, por trás de seu verniz do saber, um viés político: segundo Oliveira Lima, a sociedade Philo-technica tinha por objetivo unir as províncias no Brasil a partir de ideais similares; assim, utilizar-se-ia a "intelligencia" para encaminhar e disciplinar

⁵⁰ Não sabemos ao certo as implicações deste pseudônimo escolhido por Rebello. Na raiz do pseudônimo, possivelmente a palavra Trezgeminos é a junção de dois radicais Trez(Três) Geminos (Gêmeo- Geminado) e Cosmopolitas, talvez referindo-se à cultura urbana.

⁵¹ CARVALHO, Z. G. Silvestre Rebello em Washington In: Brasil. **Arquivo Diplomático da Independência**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v. 5, 1972. p. XLIV.

⁵² Nenhum dos quatro textos citados foram utilizados como fontes nesta análise. Quando os levantamentos e pesquisas deste trabalho foram efetuados, consultamos a Biblioteca Nacional do Brasil em busca de tais panfletos, todavia, não encontramos no catálogo da biblioteca menções à localização ou à existência de tais documentos no acervo. No entanto, recentemente, através do livro *Corcundas e Constitucionais* da historiadora Maria Lucia Bastos Pereira das Neves descobrimos que a pesquisadora consultou, entre os vários panfletos do período “independentista”, um escrito por Rebello intitulado: “O Brasil Visto por Cima: carta a huma senhora sobre as questões do tempo” no acervo da Biblioteca Nacional. Tais documentos que não estão catalogados no guia de documentos da Biblioteca fazem parte de um maço e localizam-se: BN-DMSS.D.B.C36,30. CF: NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003. Também consta no acervo da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, em Washington, uma cópia do panfleto *O Brasil Visto de Cima: Carta a Huma Senhora Sobre as Questões do Tempo* e outra da *Carta Ao Redactor da Malagueta*. Estão depositados em "Miscellaneous Pamphlet Colletion" Cf: Sítio virtual da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. Disponível em: <<http://lccn.loc.gov/96122951>>. Por fim, no que se refere à carta supostamente escrita por Silvestre Rebello sobre “às eleições na Praça do Comércio” em 1821, ela pertence ao acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro com o nome de “Carta sobre eleição na praça do Comércio” de autoria de José Silvestre Rebello de 1821. Apesar de constar neste índice a existência deste documento, não sabemos o local exato onde este material está depositado no dito arquivo e não tivemos acesso a ele.

os “espíritos”⁵³. O seu funcionamento foi autorizado pelo então príncipe regente D. Pedro e teve, entre os membros fundadores, José Bonifácio de Andrada e Silva (presidente), José Silvestre Rebello (secretário e, segundo Oliveira Lima, idealizador da agremiação⁵⁴) e o Conde de Palma⁵⁵. Naquele mesmo ano, a Sociedade Philo-technica publicou o impresso “Annaes Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura”. Todavia, as atividades desta sociedade não prosseguiram e ela foi descontinuada conjuntamente com o periódico supra citado que deixou de existir⁵⁶.

Embates panfletários, prisões, tropas portuguesas, ilustres brasileiros, “Corcundas” em oposição a “Constitucionais”, “Pedreiros Livres”, entre tantos outros elementos compuseram uma densa paisagem política, cheia de nuances e meandros que desembocaram na consumação da independência política do Império Brasileiro. A morada “provisória” do poder governamental português no Brasil tornava-se aos poucos na morada “permanente” do poder Imperial brasileiro. Contudo, pelas ruas do Rio de Janeiro, estes ecos políticos dos primórdios da década de 1820 se imiscuíam ao cotidiano da cidade portuária: as negras continuavam vendendo quitutes pelas ruas, viajantes iam e vinham através do mar, a população celebrava as festas santas, buscava-se águas nas bicas do Aqueduto da Carioca e no Chafariz na Praça do Paço⁵⁷, frequentava-se o Passeio Público e observavam as esculturas e os monumentos espalhados pela cidade, inclusive no chafariz da Rua das Marrecas, próxima a então residência de Silvestre Rebello, no número 18.

Viva a Independência

⁵³ LIMA, M. A. O. **O Movimento da Independência Brasileira**: O Império Brasileiro (1821 -1889). São Paulo: 4ª ed., Ed. Melhoramentos, 1962, *nota de rodapé* nº12. p. 137.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ Francisco de Assis Mascarenhas ou Conde e Marquês de São João da Palma, nasceu em Lisboa em 1779 e morreu em 1843. Era filho do quarto conde de Sabugal. Foi governador de “Goiáz” de 1808 a 1814 e, posteriormente, governador das capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Foi Conselheiro de Estado de D. Pedro I e Senador por São Paulo. In: VASCONCELLOS, J.L.S.V.; VASCONCELLOS, R. S.V. **Arquivo Nobiliarchico Brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

⁵⁶ Um texto de autoria do escritor Elmano Cardim sobre os primeiros compêndios literários no Brasil citou os Annaes Fluminenses [...] como uma das primeiras revistas do Brasil. Segundo o autor, a Sociedade Philo-technica não chegou a funcionar de fato, do mesmo modo que os Annaes Fluminenses não continuaram a ser publicados. In: CARDIM, E. **As Primeiras Revistas Literárias**. Sítio virtual da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/elmano-cardim/textos-escolhidos>> Acesso em: 25 de julho de 2015.

⁵⁷ RIOS FILHO, A. M. **O Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: 2ª ed. Universidade Editora, 2000.

Chovia “copiosamente” na noite de 12 de outubro de 1822⁵⁸, no Rio de Janeiro, mas, segundo o periódico *Correio do Rio de Janeiro*, a chuva não atrapalhou a noite iluminada em homenagem ao Imperador: os Arcos Triunfais erguidos “efemeramente” em sua homenagem puderam ser vistos. Festejos públicos haviam sido organizados para celebrar a aclamação de D. Pedro I como Imperador do Brasil, no seu 24º aniversário. Segundo impressos da época, as celebrações começaram por volta das dez horas da manhã no palacete do Campo de Santana. Milhares de pessoas aglomeravam-se do lado externo, enquanto a família imperial e os seus apoiadores políticos participavam dos rituais de aclamação no interior do prédio. Teria saído o Imperador em meio ao cerimonial à sacada do palacete e declamado um pequeno discurso para o povo reunido. Nesta hora, o Presidente do Senado, supostamente, teria puxado “vivas” ao monarca e foi acompanhado pelos que estavam aglomerados lá embaixo do lado externo do prédio:

Viva a nossa Santa Religião = Viva o Senhor Dom Pedro Primeiro Constitucional do Brasil, e a Dinastia Bragança Imperante no Brasil = Viva a Independencia do Brasil = Viva a Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil = Viva o Povo Constitucional do Brasil.⁵⁹

Para além das narrativas idealizadas deste jornal, pode ser dito que, assim como nas festividades da aclamação de D. João VI em 1818, na qual ele foi proclamado Rei de Portugal, Brasil e Algarves, soergueram “Arcos Triunfais” em sua homenagem – tendo a cidade entrado em festa –, igual comoção pública se deu na aclamação de Pedro I. Elevaram-se os já mencionados Arcos Triunfais efêmeros em homenagem ao Imperador Constitucional em 1822. Segundo o mestre da Academia das Belas Artes da cidade, Jean-Baptiste Debret, em depoimento ao jornal *O Espelho*, os cinco Arcos construídos foram espalhados pela cidade: um dos arcos ficava na Rua de São Pedro (no Campo de Santana) e foi dedicado *A Nova Pátria de Pedro*; o situado na Praça da Constituição foi dedicado *Ao Gênio Brasileiro*; um arco na Rua do Ouvidor (na embocadura do Largo de São Francisco de Paula) foi dedicado ao *Amor Conjugal* e outro arco na extremidade oposta da mesma rua foi dedicado *Ao Comércio*; por fim, dedicou-se à *Prosperidade do Brasil* um arco que foi erguido na Rua da Direita. Seguindo a tradição joanina, os comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro e membros destacados da administração governamental contribuíram financeiramente com as despesas

⁵⁸ Quarta-Feira 16 de outubro de 1822. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 16 de out. 1822.

⁵⁹ *Ibidem*.

das festividades. Contudo, não eram mais tratados verbalmente como *súditos* que ofereceram auxílio pecuniário para a elevação dos arcos e para as festividades reais, mas como *senhoras e cidadãos constitucionais* contribuintes com as celebrações do Império⁶⁰. Um dos muitos “senhores constitucionais” que disponibilizou cerca de 40000 (quatro mil) réis para os “transportes” nas ditas celebrações do Império foi o Juiz Comissário Silvestre Rebello.

Para Emílio Carlos Rodriguez Lopez, que estudou as cerimônias e festejos políticos no período joanino, o patrocínio das festividades no governo de D. João VI era um conjunto de possibilidades dos contribuintes se fazerem vistos, conquistarem mercês, galgarem postos e honrarias ou trocas de favores políticos e econômicos⁶¹. Possivelmente, o patrocínio da Aclamação de D. Pedro I por parte dos comerciantes da Praça do Rio de Janeiro estivesse em alguma lógica parecida, não se limitando à liturgia desse ritual político. De todo modo, coincidentemente ou não, pouco tempo depois de colaborar financeiramente com os festejos públicos de 1822 e constar na lista dos contribuintes – o nome de Silvestre Rebello aparece em meados de 1823 entre os cavaleiros nomeados para a *Primeira Companhia do Segundo Esquadrão das Cavalarias de Guarda Cívica Imperial*⁶².

Rua das Marrecas, número 18

Naquela época, o Rio de Janeiro possuía cerca de 79.000 habitantes⁶³ distribuídos em ruas, becos, travessas, ladeiras, sobretudo no centro urbano da cidade velha. Em meio às ruas estreitas daquele centro antigo, uma ruazinha desembocava num chafariz adornado com marrecas de bronze. De um modo geral, a Rua das Marrecas, por volta de meados da década de 1810 a 1820, era um logradouro habitado por um grupo social urbano de posses medianas, porém com algum respeito e visibilidade social e, em boa parte, inseridos em cargos

⁶⁰ Continuação da Subscrição das Senhoras, e Cidadãos Constitucionais, que concorrerão para a elevação dos Arcos Triunfaes [...] 11 de Novembro de 1822. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 11 de nov. 1822.

⁶¹ LOPEZ, E. C. R. Festejos Públicos, Política e Comércio: a Aclamação de D. João VI. In: MARZON, I. OLIVEIRA, C. H. S. (Orgs.). **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Edusp, 2013.

⁶² Sobre a Guarda Cívica organizada pelos independentistas, Eurípedes Simões de Paula escreveu: “Com a volta de D. João VI para Portugal, precipitaram os acontecimentos, pois a ideia de independência já estava no espírito de muita gente no Brasil. O Príncipe D. Pedro, necessitando de soldados, decretou que os voluntários serviriam apenas 3 anos. Organizou também a Guarda Cívica para a defesa da costa, com 4 de batalhões de infantaria e 2 esquadrões de cavalaria”. Cf. PAULA, E. S. A Organização do Exército Brasileiro. In: HOLANDA, S. B. (ORG) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v. I, 1965. p. 272.

⁶³ RIOS FILHO, A. M. **O Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: Universidade Editora, 2ª edição, 2000. p. 61.

governamentais. Entre outros residentes da época, moraram ali um major, um diretor da junta da impressão régia, um capitão, um tesoureiro da secretaria do tribunal, um tenente, um escrivão do paço e, para além destes, foi o endereço do Marquês da Águia⁶⁴.

Era nesta rua que o então juiz da Comissão Mista Anglo-brasileira, Silvestre Rebello, residia em 1823, quando foi noticiado no periódico *Diário do Rio de Janeiro* o seguinte aviso: um anônimo, em poder de uma encomenda para José Silvestre Rebello, procurava-o junto a casa de Bernardo Luiz de Almeida, residente na Rua da Direita nº 33. Não encontrando o dono do volume, permaneceu esta em poder do homem desconhecido. Pedia-se na nota do jornal que o anônimo entregasse o dito objeto na casa de Silvestre Rebello na Rua das Marrecas ou na casa de Bernardo L. Almeida, na Rua da Direita⁶⁵.

Este último, assim como Silvestre Rebello, também era negociante no Rio de Janeiro, porém, provavelmente fosse mais destacado que o primeiro, dada a maior visibilidade deste nos impressos sobre as práticas comerciais na Praça do Rio de Janeiro. No almanaque de 1816, Bernardo L. Almeida aparece na lista entre os *moedeiros*⁶⁶ da cidade. Em outros almanaques – 1817 e 1824, por exemplo – seu ofício é mencionado apenas como comerciante estabelecido numa importante via pública para o comércio da cidade naquele tempo⁶⁷: a Rua da Direita, mais especificamente no número 34⁶⁸. Na época, era comum comerciantes de grosso trato terem matrizes comerciais diversas; dessa forma, Almeida possivelmente aliava seu ofício de moedeiro com outras práticas comerciais. Anúncios de jornais da época apontam para essa assertiva: seu nome apresenta-se associado à comercialização de navios de grande porte e, também, em diversas edições do periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*, na sessão *Noticias Marítimas*; relacionado na categoria *Entradas* (importação) seu nome aparece ligado a variadas mercadorias: arroz, carne, couro, trigo e sebo e até mesmo escravos⁶⁹.

⁶⁴ Dados retirados do: **Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1824**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824. / **Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1816. / **Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1817**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. / **Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1824**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824.

⁶⁵ Notícias Particulares. N 25. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 07 de jun. 1823.

⁶⁶ Ofício de quem fabricava e cunhava moedas.

⁶⁷ **Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1824**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824. / **Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1816. / **Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1817**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. / **Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1824**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824.

⁶⁸ Alguns periódicos usam nº 33, outros o nº 34.

⁶⁹ Avisos. **Gazeta do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 1 de abr. de 1820. / Avisos. **Gazeta do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 30 de maio. 1818. / *Noticias Marítimas*. Entradas. **Gazeta do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro:

Além da referência acima relacionada ao comércio de escravos, em 1823, quem quisesse adquirir a *Galera Mariana*, um navio próprio para a permuta de escravos, que possuía uma tripulação de seis cativos, deveria procurar pelo negociante Bernardo L. Almeida⁷⁰. Vale ressaltar que, desde 1820, Silvestre Rebello era, pelo menos em princípio, Juiz da Comissão Mista e lidava em alguma medida com questões que envolviam o comércio de escravos. Não sabemos qual o tipo de relação estabelecida entre Almeida e Rebello, mas pontos convergentes entre os dois não passaram despercebidos pelos nossos olhares: ambos são negociantes da Praça do Rio de Janeiro e, na mesma época, estavam concatenados ao universo escravagista, um na categoria de comerciante e o outro como juiz da Comissão Mista Anglo-Brasileira.

De todo modo, o cotidiano deste juiz e negociante, morador da Rua das Marrecas, estava prestes a se modificar concomitantemente às reconfigurações feitas na pasta dos negócios estrangeiros do Império Brasileiro. Destarte, no ano que se seguiu, em janeiro de 1824, Rebello foi nomeado ao ofício de representante do Brasil nos Estados Unidos da América. Chegava, então, o nosso biografado ao posto máximo que haveria de ocupar no governo Imperial do Brasil.

1.2 Nos Estados Unidos da América

Um Encarregado de Negócios do Brasil nos EUA

Segundo o periódico Diário do Governo, entre os tripulantes do brigue estadunidense *Morris* que saía no dia 4 de fevereiro de 1824 do porto do Rio de Janeiro, rumo a Baltimore, nos Estados Unidos, encontrava-se José Silvestre Rebello⁷¹. Nomeado oficialmente em janeiro daquele ano por D. Pedro I, menos de um mês depois da pasta de negócios estrangeiros ser desmembrada da extinta Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra e se tornar a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros – sob os cuidados do também Ministro

27 de maio de 1818. / Notícias Marítimas. Entradas. **Gazeta do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 27 de ago. de 1817. / Notícias Marítimas. Entradas. **Gazeta do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 16 de abr. de 1817.

⁷⁰ Leiloens. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 16 de abr. de 1823.

⁷¹ Sahidas. **Império do Brasil**: Diário do Governo. Rio de Janeiro: 6 de fev. de 1824.

Luís José de Carvalho e Melo⁷² –, Silvestre Rebello embarcou rumo a sua primeira missão diplomática.

Foi na primavera de 1824, quando, provavelmente, as águas do rio *Potomac* já recebiam as primeiras chuvas da estação e as sequóias, *bur oak*, *pecans* e carvalhos brancos refloresciam e transformavam a paisagem de Washington D. C., que Silvestre Rebello chegou à capital estadunidense. A cidade de Washington, localizada no Distrito de Columbia, havia sido construída para abrigar o centro do poder do governo estadunidense, e, naquela época, era uma cidade nova, com poucas décadas de existência composta de uma toponímia que evocava ao recém constituído Estado: além de homônima ao primeiro presidente do país, os principais logradouros da cidade de Washington remetiam às antigas províncias que formaram os Estados Unidos, sendo que, no centro da cidade, as ruas e caminhos convergiam ao *Capitol* (Capitólio) – um prédio grande, de três andares que reunia na fachada elementos clássicos imiscuídos com outros mais despojados – que abrigava o congresso estadunidense e, por sua vez, não ficava muito distante de um outro importante endereço na cidade: a *President's House* (a Casa do Presidente)⁷³.

Nesta cidade permaneceu Rebello por mais de cinco anos representando o Governo Imperial Brasileiro na categoria de encarregado de negócios. Nos primeiros anos na função de diplomata (1824 - 1826), dedicou-se a obrigações pontuais ligadas aos delineamentos da política externa brasileira da época: a conquista de soberania e legitimidade almejada pelo Governo Imperial do Brasil. Na prática, as três missões que Rebello se engajou nessa época foram: 1. a conquista do reconhecimento da Independência brasileira por parte do governo estadunidense; 2. a tentativa de forjar uma aliança defensiva bélica com os EUA; e 3. a compra de navios estadunidenses para reforçar a Armada Brasileira. Atrelado a tais, ainda dedicou-se à estruturação da Legação brasileira em Washington.

Nesses primeiros anos morando na capital estadunidense, o diplomata brasileiro conheceu personagens ilustres: partícipes da Revolução Americana, diplomatas, ex-presidentes, líderes religiosos, bem como outras figuras destacadas no período, como a pintora

⁷²Luis José de Carvalho e Melo (1764 -1826) nasceu na Bahia e se tornou no primeiro Visconde da Cachoeira. Durante o governo de D. Pedro I ocupou o cargo de Ministro da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros, Conselheiro e, no fim da vida, Senador. Informações do sítio virtual do Palácio do Planalto. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/panteao/Dados_biograficos.htm> Acesso em: 30 de jul. de 2015.

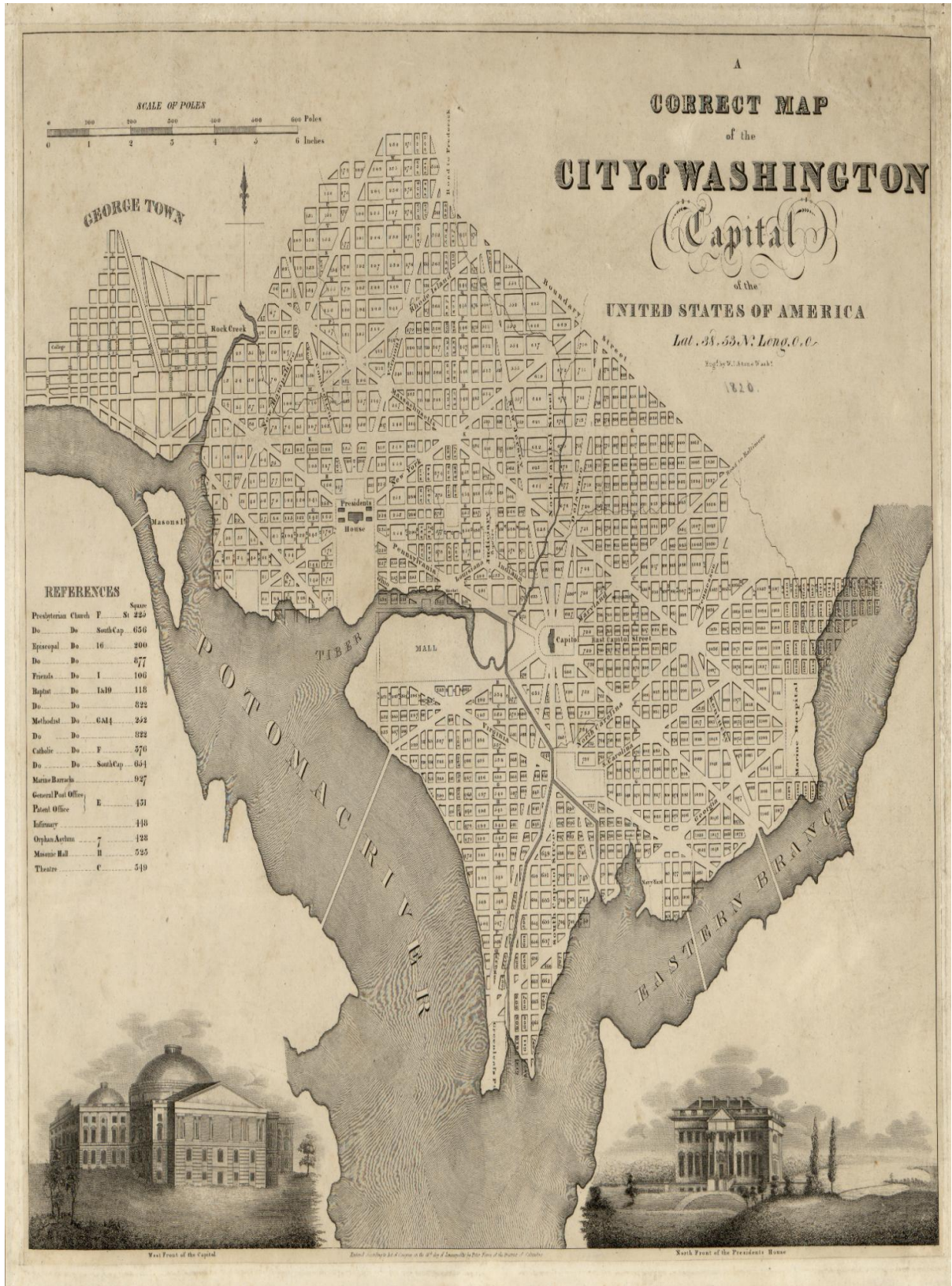
⁷³FORCE, P. STONE, W. J. **A Correct Map Of The City of Washington**. Ano: 1820. Disponível em: <www.loc.gov/item/88694094/> Acesso em: 15 de abr. de 2015.

Sarah Miriam Peale e o rico comerciante Henry Eckfort. Fez amigos, viajou para diversas cidades e se tornou um mecenas da Maryland Agricultural Society⁷⁴.

Entrementes, vale ressaltar que assim que chegou aos Estados Unidos da América, Silvestre Rebello entrou numa contenda com um pernambucano que residia na Filadélfia. Esse embate ganhou dimensões públicas, atravessou o Atlântico e ecoou dentro da Secretaria de Negócios Estrangeiros, rendendo-lhe uma repreensão verbal, conforme veremos no próximo subitem.

⁷⁴ Rebello patrocinou um prêmio. CF: o sub item *The Premium Rebello* ou O Prémio Rebello, neste mesmo capítulo.

Mapa 1 - A Cidade de Washington em 1820



FONTE: FORCE, P. STONE, W. J. Mapa: A Correct Map Of The City of Washington. Ano: 1820. Disponível em: <www.loc.gov/item/88694094/> Acesso em: 15 de abr. de 2015

Entre a Vida Privada e a Pública: Altercações com o Cabugá

Quando Silvestre Rebello chegou aos Estados Unidos da América, em 1824, já havia um cônsul do Governo do Brasil morando naquele país. Nomeado por José Bonifácio de Andrada e Silva no início de 1823 ao posto de cônsul do Brasil nos Estados Unidos, Antônio Gonçalves da Cruz – o Cabugá – era o então representante diplomático do Império brasileiro e residia na cidade da Filadélfia⁷⁵.

Na primeira carta de instruções e obrigações escrita pelo Ministro Carvalho e Melo à Silvestre Rebello, constava que, chegando aos EUA, deveria procurar o Cabugá para obter informações úteis ao ofício de encarregado de negócios e ao acesso à correspondência diplomática em poder deste⁷⁶. Segundo o mesmo documento, o Governo Imperial tinha a intenção de oficializar o Cabugá para trabalhar ao lado de Rebello, como seu subordinado no cargo de cônsul-geral do Brasil⁷⁷.

Apesar de nomeado cônsul, Antônio Gonçalves da Cruz nunca teve seu posto de representante do Brasil oficializado, afinal, por algum motivo que desconhecemos, ele nunca pediu a “exequatur”⁷⁸ ao Governo Imperial⁷⁹. Isto posto, pode-se pensar que Antônio Gonçalves da Cruz ficou à mercê de José Silvestre Rebello quando este chegou aos EUA, afinal, foi dada a Rebello a autoridade de encarregado de negócios do Império Brasileiro.

⁷⁵Antônio Gonçalves da Cruz (? - 1833), comumente chamado de Cabugá, era natural da província de Pernambuco e refugiou-se na Filadélfia nos Estados Unidos depois da frustrada Revolução Pernambucana em 1817, durante o período Joanino. Originário de uma abastada família do Recife, o Cabugá, foi considerado traidor pelo governo de D. João VI e, ao que tudo indica, anos depois, tomou partido a causa dos que defendiam um governo constitucional autônomo em relação a Portugal e estabelecido no Rio de Janeiro. Apesar de ter sido nomeado em 1823 ao posto de cônsul do Império Brasileiro, nunca foi oficializado, tendo sido, por fim, destituído. Gonçalves da Cruz só voltou a figurar entre os funcionários da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil em 1831 – época de rearranjos e novas configurações políticas no Brasil – como diplomata brasileiro na Colômbia. In: MELLO, E. C. **A Outra Independência: O Federalismo Pernambuco de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004. / CABRAL, F. J. G. Emissário: Cabugá. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: 1 de maio de 2014.

⁷⁶ Provavelmente esse pedido deve-se ao fato de a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros não possuir na data cópias das documentações para passar ao diplomata Rebello. Um arquivo para registrar a correspondência trocada pela SENE só foi criado em 1828.

⁷⁷MELO, L. J. C. Despacho, 31 de Janeiro de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, v. 1, p. 18.

⁷⁸ Pedir a “exequatur” era um protocolo que o legitimaria ao cargo de cônsul do Brasil nos EUA. Assim sendo, apesar de nomeado e das correspondências trocadas com o governo, alegou-se que ele não era um representante oficial do Brasil nos EUA em função da falta do protocolo.

⁷⁹ CARVALHO, Z. G. Silvestre Rebello em Washington. In: Brasil. **Arquivo Diplomático da Independência**. Brasília: 2ª ed. Ministério das Relações Exteriores, v. 5, 1972. p. 7 – 47.

Pouco depois de desembarcar em Baltimore, Silvestre Rebello teria escrito ao Cabugá que enviasse os documentos do governo Imperial que lhe estivessem em mãos⁸⁰. Não recebeu resposta. Escreveu novamente, pedindo a documentação. Nessa segunda vez, obteve a réplica: Gonçalves da Cruz negou-lhe o repasse dos documentos exigidos e explicava que não havia recebido ordens do governo do Brasil para entregar o material exigido⁸¹. Atrelado a este impasse que se interpôs entre os dois personagens, surgiu uma outra contenda relacionada à nomeação de vice-cônsules.

Naquela época, o governo central brasileiro começava a organizar sua estrutura diplomática⁸². Coube, então, à primeira geração de diplomatas e ministros da SENE gerir tal organização, incluindo, entre outras funções, nomear vice-cônsules do Brasil para os portos no estrangeiro. A primeira designação de vice-cônsules do Brasil para os portos estadunidenses foi concebida pelo encarregado de negócios, Silvestre Rebello, e logo contestada por Antônio Gonçalves da Cruz que, por sua vez, alegava ter o direito de indicar indivíduos para os cargos supracitados nos portos estadunidenses⁸³. Silvestre Rebello retrucou tal posicionamento, respondendo ao Cabugá que este era inapto a esta função, pois não sendo ele cônsul geral do Brasil⁸⁴ – faltando-lhe a *patente* e o *exequatur* – não possuía autoridade para realizar as ditas designações⁸⁵. Os conflitos entre ambos ficaram mais pungentes até deixarem o âmbito do privado: Antônio Gonçalves da Cruz publicou um folheto impresso com a correspondência privada trocada entre ele e Rebello – com transcrições dos documentos tanto no português, quanto no inglês. Não demorou muito para que este impresso chegasse a Corte Imperial brasileira. Em meados de 1825, o Ministro Carvalho e Melo reprovou o conteúdo dessa correspondência e repreendeu verbalmente Silvestre Rebello por não ter agido de modo

⁸⁰ REBELLO, J. S. Anexo 3. Ofício 26 de Abril de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 67. et. seq.

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² A pasta dos Negócios Estrangeiros do Império apresenta uma especificidade quando comparada a outros setores do governo Imperial no Primeiro Reinado: os limites da herança portuguesa na estrutura diplomática. O Império Brasileiro não herdou de Portugal uma estrutura diplomática externa; assim, nos primeiros anos de governo brasileiro independente, começou a ser gestada a organização das legações do Brasil no exterior. Cf. “Silvestre Rebello e a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros” no terceiro capítulo desta dissertação.

⁸³ REBELLO, J. S. Ofício, 25 de setembro de 1824. **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 120.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ O que Antônio Gonçalves da Cruz não sabia é que o Ministro Luis José de Carvalho e Melo já havia escrito um despacho destinado à Rebello falando que era possível o Imperador nomear outra pessoa para o cargo de cônsul geral, afinal, Cruz não havia solicitado sua carta patente. MELO, L. J. C. Despacho, 25 de Agosto de 1824. **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 38.

cauteloso⁸⁶. Posteriormente ao ocorrido, não se encontram mais menções a Antônio Gonçalves da Cruz na documentação oficial arrolada. Sabe-se apenas que ele não fez parte da Legação Brasileira em Washington e ficou alijado da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros pelo restante do governo de D. Pedro I.

The Premium Rebello ou O Prémio Rebello

Quando desembarcou nos EUA em 1824, Silvestre Rebello fez doações a instituições na cidade de Baltimore com o intuito de, segundo ele, granjear “boa fama”⁸⁷. Talvez fosse esse o mesmo objetivo ao doar uma taça de prata à premiação promovida pela *Agricultural Maryland Society*, no ano de 1826. Como muitos dos seus contemporâneos, o diplomata Rebello participou de diversas agremiações e institutos ao longo de sua trajetória. Durante os anos em que viveu nos Estados Unidos da América entrou para três grupos organizados: a Maryland Academy of Sciences and Literature, o *Columbian Institute* e a *Agricultural Maryland Society*⁸⁸.

Esta última era uma associação que tinha, entre outros objetivos, promover os “progressos” do campo e da agricultura no estado de Maryland. Em 1826, a *Agricultural Maryland Society* organizou um *festival rural* e, nesse evento, realizou um concurso que consistia na eleição do carneiro que mais produzisse lã. O dono do animal seria contemplado com uma Taça de Prata doada pelo diplomata Silvestre Rebello e avaliada em vinte dólares⁸⁹. A premiação agrícola foi chamada de *The Premium Rebello* – O Prémio Rebello – e rendeu ao seu mecenas agradecimentos públicos impressos no periódico *The Farmer* em nota publicada em maio daquele mesmo ano, afirmando que o diplomata do Brasil e o seu respectivo governo inspiravam o respeito dos americanos⁹⁰.

⁸⁶ MELO, L. J. C. Despacho, 12 de Abril. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 171.

⁸⁷ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Abril de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 60.

⁸⁸ Para participar destas instituições, Silvestre Rebello teve que pedir o aval do Imperador que, por sua vez, outorgou a Rebello o direito de ser membro das seguintes instituições: *Columbian Institute* - autorização no Despacho de 17 de Maio de 1825 (p. 174). / *Maryland Academy of Sciences and Literature* - autorização no Despacho de 17 de Novembro de 1825 (p. 195). / *Maryland Agricultural Society* - autorização no Despacho, 27 de Março de 1829 (p. 305). In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, v.2, 2009.

⁸⁹ Maryland Agricultural Society. **The American Farmer**, 28 de abr. de 1826.

⁹⁰ Maryland Agricultural Society. **The American Farmer**, 5 de maio de 1826.

No ano que se seguiu, repetiu-se *The Premium Rebello*. A edição de 1827 do prêmio destinava-se a selecionar a melhor “invenção” de equipamento para produção ou armazenamento em grande escala de alimentos. Em 1827, o bônus para o vencedor seria mais alto, se comparado ao ano anterior: além de levar a taça de prata ganharia também cerca de 150 dólares – quantia doada conjuntamente por Silvestre Rebello, *Mr. Coppuck*⁹¹ e a *Agricultural Maryland Society*⁹².

Os Últimos Anos em Washington

Nos últimos anos em que viveu nos Estados Unidos (1827- 1829), Silvestre Rebello teve seus afazeres na legação diplomática concentrados sobretudo nas questões a seguir relacionadas: 1. aos conflitos entre o diplomata Condé Raguet e o Governo Imperial⁹³; 2. aos desdobramentos do tráfego de navios estadunidenses na costa marítima brasileira; 3. em remeter à SENE informações sobre a política internacional (notícias divulgadas na imprensa, informações ou boatos); 4. à administração daquela Legação do Brasil em Washington; e, por fim, 5. às negociações de um Tratado de Comércio e Amizade entre o Brasil e os Estados Unidos.

Por volta dos primeiros meses de 1828, o biografado em questão recebeu a notícia vinda do Rio de Janeiro que anunciava a decisão de S.M.I. de incumbir-lhe o cargo de Ministro Plenipotenciário do Brasil na Colômbia. Silvestre Rebello chegou a assinar documentos utilizando o título de Ministro Plenipotenciário do Brasil nomeado para a Colômbia⁹⁴; contudo esta missão diplomática nunca se efetivou.

Ele ocupou o posto de encarregado de negócios em Washington até meados de 1829 quando o seu substituto, José de Araújo Ribeiro⁹⁵, chegou aos Estados Unidos. Em setembro

⁹¹ Desconhecemos mais informações sobre este homem.

⁹² Maryland Agricultural Society. **The American Farmer**. Baltimore: 2 de nov. de 1827.

⁹³ Condé Raguet era o encarregado de negócios do governo dos Estados Unidos no Brasil. Cf: Capítulo 2, no item Estadunidenses no Brasil: Degredados, Piratas, Acusações e Suspeitas (1824 -1828) no subitem Condé Raguet e o Navio Spark.

⁹⁴ José Silvestre Rebello tinha por hábito utilizar em documentos de sua autoria os “cargos e títulos honoríficos” que possuía. Cf: REBELLO, J. S. [ANEXO I] Washington, 29 de novembro de 1828. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009. p. 276.

⁹⁵ José de Araújo Ribeiro (1800 -1879) nasceu em Porto Alegre e estudou Direito pela Universidade de Coimbra. Foi secretário da Legação Brasileira em Nápoles, encarregado de negócios nos Estados Unidos e Ministro Plenipotenciário na França. Foi senador e deputado. Pertenceu ao IHGB, além de ter escrito vários livros. In: SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 4, 1900. p. 316.

daquele mesmo ano, o governo estadunidense emitiu o passaporte de Silvestre Rebello para que pudesse retornar ao Rio de Janeiro. De forma cordial, o documento selava o fim da missão de Silvestre Rebello⁹⁶. Mais de cinco anos haviam se passado desde a travessia do Atlântico feita a bordo do brigue *Morris*, rumo à América do Norte, quando Silvestre Rebello mais uma vez cruzou os mares, regressando à capital do Império Brasileiro.

1.3 De Volta ao Rio de Janeiro

O Retorno

Em princípios de 1830, Silvestre Rebello já se encontrava no Rio de Janeiro. Trouxe mimos dos Estados Unidos da América para D. Pedro I: dois pássaros da espécie *Trogons*. O Imperador aceitou o presente e os enviou ao Museu Nacional⁹⁷. De volta ao Rio de Janeiro, era esperado que Silvestre Rebello fosse para Bogotá, tomar posse do cargo diplomático que havia sido designado na Colômbia. Não foi. Conforme vimos no tópico anterior, anos antes, Rebello havia sido nomeado ao cargo de Ministro Plenipotenciário do Brasil na Colômbia. Por algum motivo desconhecido por nós, o personagem central desta biografia saiu do corpo diplomático brasileiro definitivamente. Coincidentemente, no ano seguinte, em 1831, quem assumiu o cargo de Ministro Plenipotenciário na Colômbia foi Antônio Gonçalves da Cruz – o Cabugá – o mesmo homem com quem anos antes Silvestre Rebello havia entrado em desacordo e alterações.

O retorno à capital brasileira marcava a saída definitiva de Rebello da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros. Nesse ínterim, existem duas conjunturas de fatos desta época que se convergem e dialogam e serão analisadas no sub tópico a seguir: o escândalo dos mais de 46 mil dólares agenciados por Silvestre Rebello e as reconfigurações políticas no seio do poder central do Império Brasileiro.

O “Delapidador dos Dinheiros Públicos”

⁹⁶ Passaporte de José Silvestre Rebello, 1 de Setembro de 1829. **Documentação Interna. Maços Pessoais – José Silvestre Rebello**. Lata 778. Maço 2. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro.

⁹⁷ A nota a pedido do Museu Nacional foi publicada em dois jornais: Cf: Artigos Nam Officiaes. Rio de Janeiro. Museu Nacional. **Imperio do Brasil: Diario Fluminense**. Rio de Janeiro: 16 de Jan. 1830. / Variedades. **Aurora Fluminense**. Rio de Janeiro: 18 de jan. de 1830.

Sobre o agenciamento⁹⁸ de mais de 46 mil dólares⁹⁹, é preciso recordar que alguns anos antes, quando Silvestre Rebello ainda morava em Washington, o governo do Brasil lhe havia incumbido a aquisição de fragatas nos Estados Unidos para a Marinha brasileira¹⁰⁰. Assim sendo, saíram dos cofres do Tesouro Nacional do Brasil para a construção destes navios e despesas correlatas mais de 970 mil dólares – tendo sido Silvestre Rebello o intermediador financeiro dessa compra. Todavia, quando foi instado a prestar contas ao governo Imperial do montante total, o diplomata alegou que parte do dinheiro – o equivalente a 46.282.15 dólares – teria sido usado para pagar o seu “agenciamento e outras despesas”¹⁰¹. Apesar da construção das fragatas ter cessado em meados de 1826, o diplomata trocou ofícios e despachos sobre o assunto com a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros, com o Tesouro Nacional e com a Secretaria de Estado da Marinha ao longo dos anos subsequentes.

Por volta de 1828, o biografado recebeu um despacho do Tesouro Nacional pedindo que lhe enviasse os comprovantes dos gastos com as embarcações e a autorização para receber os mais de 46 mil dólares a título de comissão¹⁰² – e, ao que tudo indica, o diplomata não tinha em mãos uma concessão formal para utilizar esse dinheiro. Pouco tempo depois, ainda nos Estados Unidos, entre os desdobramentos deste caso, Silvestre Rebello teve seus ordenados suspensos¹⁰³ e recebeu também um aviso de que deveria ressarcir o dinheiro do dito agenciamento aos cofres do Império Brasileiro.

Por ofícios, Rebello rogou ao Ministro que pusesse aos pés do trono do Imperador o pedido de perdão que havia escrito com o objetivo de ser absolvido da devolução do dinheiro¹⁰⁴. A clemência rogada não foi aceita e o caso se estendeu até o retorno do diplomata

⁹⁸ Optamos manter a palavra agenciamento (ou “minha agência”), assim como utilizado por Silvestre Rebello, por ser a forma como ele intitulou essa prática.

⁹⁹ Por fim, o Tesouro exigiu que Rebello repusesse cerca de 48 mil dólares aos cofres públicos, ainda que, em dois documentos por nós analisados, os valores deste agenciamento estivessem orçados em 46.282.15 dólares.

¹⁰⁰ Cf. Capítulo 2, o item Brigues e fragatas: negócios e negociações (1824 - 1826).

¹⁰¹ REBELLO, J. S. [Anexo 7]. José Silvestre Rebello, em conta corrente com o governo de S. M. o Imperador do Brasil, na construção das duas fragatas[...]. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 123

¹⁰² DU PIN DE ALMEIDA. M. C. Despacho, 25 de Janeiro de 1828: [Índice:] Secretaria da Fazenda solicita documentação a respeito de duas fragatas. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 134.

¹⁰³ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Maio de 1829. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 356.

¹⁰⁴ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Junho de 1829. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009, p. 376.

ao Brasil. De volta ao Rio de Janeiro, em 1830, Silvestre Rebello teve de lidar com os desdobramentos deste caso.

Em janeiro, pouco tempo depois de desembarcar na capital do Brasil, o *Astrea* – jornal de oposição ao governo de D. Pedro I – divulgou uma denúncia contra o diplomata informando aos leitores que Silvestre Rebello havia se apropriado de dinheiro público. A notícia ocupou a primeira página do periódico, debaixo do item “Correspondências”. O autor do texto utilizou o pseudônimo de *O Brasileiro que Não Dorme* para expor os desvios do diplomata Rebello e escreveu que este era um “delapidador dos Dinheiros Públicos, e por conseguinte um homem nefando por haver abusado da boa fé que d'elle fizera o Governo”¹⁰⁵. Segundo *O Brasileiro Que Não Dorme*, teria o então diplomata Rebello se apropriado das seguintes quantias:

[...]Convém, sr. Redator, fazermos um resumo das quantias abocadas pelo sr. Rebello para que o público sem maior trabalho tenha á vista a reunião de todas: 36\$000 duros pela licença para as bandeiras; 26\$000 de sua comissão; 10\$000 para o seu amigo: soma – 72\$000 duros: ajuntemos os câmbios que sobre esta quantia acresceram e veremos que o negocio anda por uma quantia extraordinária[...].¹⁰⁶

O autor concluiu o texto escrevendo: “mas esperemos e confiemos no nosso Ministerio; elle tem caminhado optimamente; ha de por tanto fazer punir severamente a este máo Brasileiro”. Nesta mesma edição do jornal, José Silvestre Rebello teve direito de defender-se das acusações numa pequena nota. Iniciou a sua “réplica” ironizando o pseudônimo de *O Brasileiro Que não Dorme* informando ao “Brazileiro, 'que não dorme', saíba que eu as vezes tão bem não durmo” (grifo nosso), depois citou a Carta de Lei apontando que cabia ao Tribunal Supremo de Justiça julgar os delitos do corpo diplomático e terminou afirmando que “lá veremos quem tem Rabo, e aos despois como se administra justiça na terra” (grifo nosso). Ao que tudo indica, o redator do *Astrea* interpretou a nota de Silvestre Rebello como uma espécie de “afronta” e rebateu a resposta dada por este criticando-o entre outros pontos pela suposta falta de polidez e civilidade¹⁰⁷.

Posteriormente, em março daquele mesmo ano, o periódico *Aurora Fluminense* – outro impresso de oposição ao governo de D. Pedro I – também divulgou o suposto caso de desvio

¹⁰⁵ Correspondências, 30 de janeiro de 1830. *Astrea*. Rio de Janeiro: 30 de nov. de 1830.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Ibidem.

financeiro envolvendo o ex-encarregado de negócios do Brasil em Washington. A notícia também ganhou a primeira folha do jornal. Segundo a publicação, havia entrado em “lide judicial” a “arbitrária” comissão retirada pelo diplomata na época da compra das fragatas. O jornal teve acesso a um ofício interno enviado por Silvestre Rebello ao Imperador pedindo perdão. Publicaram um grande excerto deste documento e, depois, criticaram-no. Criticaram o fato de um homem como Rebello representar o governo brasileiro nos EUA. Disseram que, a despeito de suas conhecidas “opiniões heterodoxas”, havia sido mandado em missão para Washington por “acinte ou contraste, aos nossos conterraneos, ao paiz mais livre do mundo”¹⁰⁸. Criticaram o suposto disparate de Silvestre Rebello pedir clemência por ter usurpado o dinheiro do Tesouro Nacional, num governo constitucional, em que os recursos do tesouro estavam sob a tutela da lei e da Assembleia Nacional. Ao terminar a matéria, o autor do texto deu aos leitores uma lufada de esperança: “era já tempo de se não escarnecer tão grosseiramente de um Povo, cuja educação política tem avançado muito nestes ultimos quatro anos”¹⁰⁹.

Em relação ao segundo item, ora entendido como as reconfigurações políticas no seio do governo Imperial Brasileiro, pode-se afirmar que elas convergem, em alguma medida, com o assunto supracitado. Vimos anteriormente que Silvestre Rebello teve contato com um grupo de homens do período independentista que fizeram parte do aparato governamental durante o Primeiro Reinado. Anos antes, ele havia organizado uma sociedade ao lado de José Bonifácio e o Conde de Palma – ambos partícipes do mais alto grupo do poder do Rio de Janeiro por volta de 1822 e 1823. Numa Carta Particular escrita por Silvestre Rebello a Luis José de Carvalho e Melo, Rebello deu indícios de possuir algum contato – possivelmente amistoso – com Mariano José Pereira, o Visconde de Maricá – figura política notória e membro da Coroa Imperial nos primeiros anos do governo de D. Pedro I.

Em consonância ao que foi exposto, vale ressaltar que, nas prestações de contas oficiais – no que se refere às construções das fragatas – enviadas por Silvestre Rebello, foram declarados mais de *46 mil dólares* gastos com seu agenciamento e despesas paralelas; entretantes, parece não haver, neste documento, constrangimentos ao expor esses dados ou tentativas de esconder a retirada deste dinheiro. O dito “agenciamento” de Silvestre Rebello aconteceu por volta de 1824 e 1825, numa época em que a Assembleia Representativa estava

¹⁰⁸ 8 de Março de 1830. **Aurora Fluminense**. Rio de Janeiro: 8 de mar. de 1830.

¹⁰⁹Ibidem.

fechada; contudo, pouco tempo depois, em 1826, ela foi reaberta. Quando retornaram as atividades, tanto no Senado, quanto na Câmara dos Deputados, foram nomeadas algumas comissões¹¹⁰; em meio a estas, uma comissão de contas passou a analisar o erário brasileiro e as despesas e gastos do Tesouro Nacional¹¹¹.

Segundo Pereira da Silva, estas comissões questionaram uma prática no seio do corpo diplomático do governo de D. Pedro I: “a porcentagem cobrada pelos diplomatas brasileiros sobre os empréstimos contrahidos na praça de Londres, nos anos de 1824 e 1825”¹¹². Teria esta comissão criticado tanto o Ministro da Fazenda, quanto os diplomatas que aceitaram receber dinheiro público a partir dessa suposta prática indevida. Foi sugerido pela comissão de contas que os envolvidos no recebimento da dita porcentagem devolvessem o dinheiro e fossem processados conforme os preceitos da lei¹¹³. Ao que tudo indica, o caso do agenciamento recebido por Silvestre Rebello na época da construção das fragatas estaria atrelado aos levantamentos feitos pela comissão que investigava as contas públicas.

Cabe ressaltar que, na época da reabertura da Assembleia Representativa, havia certo “desconforto” nas relações entre os ministros de D. Pedro I (Gabinete) e o poder legislativo. João Victor Caetano Alves, em tese de doutorado, trouxe apontamentos sobre a presença de conflitos dentro dos quadros político-institucionais durante o Primeiro Reinado. Apesar da análise de Alves centrar-se no gabinete formado em 1827 e na sua queda em 1829, é a partir desse trabalho que compreendemos a existência de tensões internas no poder central do Brasil, sobretudo no que tange ao poder executivo e legislativo; conflitos que, por vezes, contribuíram em reconfigurações no quadro político brasileiro, como por exemplo a ascensão do Gabinete de 1827, que estaria associada à relação entre os poderes executivo e legislativo e, em alguma medida, até mesmo a abdicação de D. Pedro I em 1831¹¹⁴.

Portanto, a partir das informações levantadas, entendemos que as repercussões na imprensa e no poder legislativo relativos aos milhares de dólares “agenciados” por Silvestre Rebello confluem e dialogam com as reconfigurações políticas nos últimos anos do Primeiro

¹¹⁰ PEREIRA DA SILVA, J. **Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil**: Narrativa Histórica. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro Editor, 1871. p. 101, 102.

¹¹¹ Ibidem. p. 113 et. seq.

¹¹² Ibidem. p. 116.

¹¹³ Ibidem p. 116, 117.

¹¹⁴ ALVES, J. V. C. **Ascensão e Queda do Gabinete de 20 de Novembro de 1827**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2013. p. 12 a 22.

Reinado. Não sabemos ao certo qual seria o desfecho destes eventos e se José Silvestre Rebello foi punido com o ressarcimento do dinheiro ou algo mais; porém, alguns jornais da época podem nos trazer possíveis desdobramentos: 1. em setembro daquele mesmo ano, foi anunciado no *Diário do Rio de Janeiro*, sem maiores detalhes, que bens penhorados do diplomata Rebello iriam a leilão¹¹⁵; 2. um outro documento, publicado no *Diário da Câmara dos Deputados* em agosto de 1831, relatava que, na sessão de dezoito de julho, foi adiado o parecer referente à requisição de Silvestre Rebello de conseguir a suspensão do procedimento judicial contra ele, no caso das fragatas¹¹⁶.

A repercussão do caso específico do “agenciamento” recebido pelo diplomata Silvestre Rebello não era um acontecimento isolado: fazia parte de um conjunto de práticas e posicionamentos políticos de membros do governo de D. Pedro I que vinham sendo contestadas. No limite da análise, relacionavam-se, em alguma medida, com os conflitos entre opositoristas do governo de D. Pedro I *versus* o Imperador e os seus apoiadores. Somados a isto – naquele começo da década de 1830 – os sentimentos anti-lusitanos em relação aos portugueses enraizados no Brasil foram asseverados entre setores da sociedade brasileira.

Acreditamos que esse conjunto de acontecimentos políticos no início da década de 1830 traziam consigo mudanças no âmbito político para o Império Brasileiro como um todo e, modificava, em alguma medida, as trajetórias individuais atreladas ao aparato imperial brasileiro, inclusive a do biografado em questão. Nesse ínterim, parece-nos plausível a associação feita pela historiadora Lucia M. Paschoal Guimarães entre o evento da abdicação em 1831, e a saída definitiva de Silvestre Rebello do governo brasileiro. A pesquisadora escreveu:

[...]No quadro dos fundadores do IHGB, a presença de oito elementos nascidos em Portugal constitui um dado significativo e que merece algumas considerações [...] Veja-se o caso de Silvestre Rebello. Destacado comerciante da praça do Rio de Janeiro, homem de confiança de D. Pedro I, havia negociado o reconhecimento da independência, junto ao governo dos Estados Unidos da América do Norte. Após a abdicação, Silvestre Rebello e seus demais patrícios, que faziam parte da relação dos ‘fundadores’, foram alijados do aparato do governo. Continuaram, entretanto, a privar da intimidade da Quinta da Boa Vista, residência do herdeiro da Coroa e de suas irmãs¹¹⁷.

¹¹⁵ Arrematações. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 24 de set. 1830.

¹¹⁶ 18 de Julho. *O Correio da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: ago. de 1831.

¹¹⁷ GUIMARÃES, L. M. *Debaixo da Imediata Proteção Imperial*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 -1889). São Paulo: 2ª ed. Editora Annablume, 2011. p.38

Encontrava-se Rebello fora do corpo diplomático e do aparato governamental, mas não das discussões e acontecimentos políticos da época.

Na Rua dos Mata Cavalos

A Rua dos Mata Cavalos¹¹⁸, no Rio de Janeiro, próxima ao Aqueduto da Carioca, foi imortalizada no imaginário brasileiro contemporâneo, por ser o *lendário* endereço de “Dom Casmurro”, obra ficcional de Machado de Assis, também foi o logradouro onde Silvestre Rebello residiu quando retornou ao Brasil¹¹⁹. A partir de jornais da época, é possível constatar alguns dados sobre os moradores dessa rua por volta da década de 1830; sabemos, por exemplo, que o Juiz de Paz da *Freguesia de São José* residia na Rua dos Mata Cavalos¹²⁰ e estava rodeado por uma vizinhança que comercializava variados itens e serviços: o morador da casa de nº 96 anunciou mais de uma vez a venda de escravos¹²¹; o residente do nº 20 oferecia o serviço de lavar e engomar a roupa; quem quisesse o fornecimento diário de duas "talhas de capim" podia se dirigir à casa de nº 33; quem quisesse alugar uma parda, poderia procurar no portão de nº 90 e, ainda na década de 1830, o residente do sobrado de nº 37 anunciou a venda de sete casas novas na Rua de Sta. Thereza¹²².

Silvestre Rebello morava no número 28¹²³ e, presumivelmente, já havia retomado as atividades econômicas no comércio¹²⁴. Por volta dessa época, tornou-se membro da Sociedade

¹¹⁸Atual Rua Riachuelo no bairro da Lapa no Rio de Janeiro.

¹¹⁹ Ill.mo Sr. Redactor do Auxiliador, Januario da Cunha Barboza. **Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: 29 de Ago. 1833.

¹²⁰ Manoel Theodoro d'Araujo Azambuja Cavalleiro d'Ordem de Christo, Juiz de Paz da Freguesia de S. José **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 19 de Fev. de 1830. / Declarações. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 6 de abr. de 1832.

¹²¹ Vendas. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 18 de Março de 1830. / Alugueis. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 17 de Out. 1830. / Alugueis. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 24 de Dez. 1830. / Vendas. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 3 de Jan.1831.

¹²² Comercio. **O Pacote do Rio, Folha Commercial, Politica, e de Annuncios**. Rio de Janeiro: 7 de Jun. de 1836. / Vendas. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro: 24 de Dez. 1830.

¹²³ A dos Mata Cavalos era uma rua extensa, que pertencia à comarca da freguesia de São José. Cruzava com outros logradouros, como a Rua dos Arcos e o Largo da Lapa, localizando-se numa região pantanosa, que ainda não havia sido pavimentada em sua plenitude; portanto, um local cheio de charcos e pântanos. Por conta desta topologia, moradores locais, em 1832, reclamavam da “limpeza” de uma vala que começou a se ampliar; assim sendo, foi organizada uma subvenção para resolver o problema tendo sido um dos contribuintes para a feitura das obras o negociante José Silvestre Rebello. Cf. **Arquivo do Distrito Federal**: Revista de Documentos para a História da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v 5, 1954. p. 63.

Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Consta nos estatutos de 1828 da sociedade supra citada que ela tinha por objetivo – pelo menos em princípio – contribuir para a prosperidade da indústria nacional, inclusive mantendo um acervo de modelos de maquinário industrial e, posteriormente, publicando um periódico que continha informações relacionadas à “produção industrial” – sobretudo a ligada ao campo. O Imperador era o seu protetor¹²⁵ e cabia a ele, segundo o estatuto, nomear o presidente da instituição. Ainda que não compreendamos com profundidade o funcionamento da SAIN, é possível conceber o “caráter político” da agremiação que nasceu no seio do governo de D. Pedro I e tinha por presidente um nomeado escolhido pelo Imperador.

Segundo Zacarias Góes de Carvalho, Silvestre Rebello foi presidente da Sociedade Auxiliadora Nacional, todavia não sabemos se ele ocupou esse cargo por volta de 1830 e 1831, o que implicaria – pelo menos em tese – na nomeação dada pelo Imperador D. Pedro I. De todo modo, sabemos que, em 1833, Rebello era o secretário desta Sociedade¹²⁶. Também não sabemos por quais reconfigurações a SAIN passou a partir do período regencial, mas, ao que tudo indica, esta agremiação ganhou certa autonomia em relação ao governo, depois de 1831, para se autogerir e, quiçá, discutir assuntos relacionados ao universo político do Estado Brasileiro.

Na revista da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 1833, Silvestre Rebello teria publicado “Memória da Cultura do Caffeiro”, que traçava um panorama não só da história das utilizações do café, mas também dos produtores e mercados de café da época, além das melhores técnicas para o cultivo de café do Brasil¹²⁷, “Memoria sobre a Cultura da Cana, e Elaboração do Assucar”, que se destinava a discorrer sobre o comércio do açúcar, os diversos tipos da planta, as formas mais “adequadas” de cultivo e, também, sobre os processos da fabricação do açúcar¹²⁸.

¹²⁴ Tomamos essa assertiva como plausível tendo em vista que nas listas do IHGB e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Silvestre Rebello aparece como negociante.

¹²⁵ **Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Nacional, 1828.

¹²⁶ Rebello foi membro da Sociedade auxiliadora da indústria de 1830 a 1844, porém, por uma questão de tempo e delimitação das fontes, limitamo-nos a consultar apenas algumas atas da Sociedade Auxiliadora da Indústria. Sabemos que por volta de 1833 foi secretário do IHGB. A informação acerca da presidência de Rebello advém do texto de Zacarias Góes de Carvalho. Cf: CARVALHO, Z. G. Silvestre Rebello em Washington. In: Brasil. **Arquivo Diplomático da Independência**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v. 5, 1972. p. 42.

¹²⁷ Memória da Cultura do Caffeiro. **O Auxiliador da Industria Nacional**. Rio de Janeiro: 1833.

¹²⁸ Memoria sobre a Cultura da Cana, e Elaboração do Assucar. **O Auxiliador da Industria Nacional**. Rio de Janeiro: 1833.

Em fins da década de 1830, no seio desta Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, começou ser gestada uma outra agremiação: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. O negociante Rebello, entre outros membros da SAIN – como por exemplo o cônego Januário Cunha Barbosa –, se tornou sócio fundador do IHGB. Isto aconteceu por volta de 1838 e o nosso biografado já era um homem considerado velho.

Um Ancião do IHGB

Silvestre Rebello permaneceu como membro da “Casa da Memória Nacional” da fundação em fins de 1838 até agosto de 1844, quando faleceu. Naqueles primeiros anos de existência do IHGB, a agremiação havia sido acomodada timidamente numa pequena sala cedida pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; contudo, não demorou muito para se tornar num instituto notório na Corte Imperial Brasileira, ganhar um novo espaço no Paço da Cidade¹²⁹ e ficar “sob a imediata proteção de D. Pedro II”. Em relação a esta primeira geração do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, a historiadora Lucia M. P. Guimarães escreveu:

[...] é inadmissível certas visões românticas, segundo as quais os fundadores do Instituto se reuniram exclusivamente pelo amor às letras, ou porque estivessem sofrendo da ‘saturação do monopólio que a vida política vinha exercendo em suas mentes’. Longe disso [...] os ‘áulicos’ necessitavam abrir um novo espaço na Corte. Um espaço aparentemente neutro, que lhes permitisse transpor os jardins da Quinta e facilitar o seu trânsito no cenário político. Neste sentido, nada mais oportuno que a criação de um organismo de natureza acadêmica. Nascido nas dependências da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, mas pactuado nos salões de São Cristovão.¹³⁰

Foi no campo político, intercambiado com a construção do saber e da memória nacional que a primeira geração do IHGB centrou seus olhares e esforços. Estes homens que fundaram a instituição supracitada exerciam variadas ocupações e atividades, mas, em sua

¹²⁹ Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, a fundação do IHGB se deu em um período no qual esse tipo de associação estava em voga, sendo que o Instituto Histórico de Paris teria servido de inspiração na postulação do IHGB. Por volta de 1840, o IHGB passou da modesta acomodação cedida pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional para um espaço no Paço Imperial no Rio de Janeiro. GUIMARÃES, L. M. P 2. **Debaixo da Imediata Proteção Imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 – 1889)**. São Paulo: 2ª Edição, Annablume, 2011. p. 43.

¹³⁰ Ibidem. p. 38.

grande maioria, pertenciam a uma elite urbana e letrada, composta por médicos, advogados, políticos, funcionários públicos e um único comerciante¹³¹.

No IHGB, o comerciante Silvestre Rebello participou de debates, presidiu sessões, escreveu textos, doou itens ao acervo, intermediou a “admissão” de membros honorários ao Instituto e foi membro da comissão de Geografia. Em meio ao emaranhado de interesses e objetivos, no limiar da produção acadêmica do IHGB, pode-se observar a participação do biografado no constructo de perspectivas históricas sobre o Brasil, tendo tido alguns textos publicados na Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro conforme veremos logo abaixo.

Os Primeiros Povoadores – escritos da história

Calcada à “luz” do “cientificismo” e da erudição, nota-se, nas primeiras edições da Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em textos e artigos, o constructo de perspectivas históricas sobre o Brasil, debates etnológicos, discussões sobre a geografia brasileira – seja em relação ao espaço territorial do Brasil, dimensões específicas acerca do bioma, hidrografia, bem como projetos e proposições políticas para a “nação” brasileira¹³². Embalado pelas discussões e embates no IHGB, Silvestre Rebello publicou alguns trabalhos no compêndio supracitado: textos marcadamente consoantes com o perfil dos escritos publicados na Revista¹³³ e, em alguma medida, comprometidos com o projeto de

¹³¹ Quadro nº3 IHGB, Fundadores: Perfil sócio-profissional. In: GUIMARÃES, L. M. P. **Debaixo da Imediata Proteção Imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 – 1889). São Paulo: 2. Ed. Annablume. 2011. p. 37.

¹³² Segundo o historiador Arno Wehling, esses primeiros compêndios da revista do IHGB foram substancialmente influenciados por um *Romantismo Europeu*, ao mesmo tempo apresentando características específicas de um *Romantismo Brasileiro* – seja na idealização de um passado do Brasil ou na utilização dos temas indígenas ao pensar numa “quimera” nacional. WEHLING, A. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro: n. 338, p. 7-16, 1983.

¹³³ Nem todos os textos enviados ao IHGB por Silvestre Rebello foram publicados. Existem relatos de divergências entre Rebello e outros membros do IHGB em relação a alguns assuntos. Nesse ínterim, no que diz respeito às tensões e disputas que perpassaram a vida de Rebello nessa época, a pesquisadora Fabiana Dias, ao estudar polifonia e consenso no IHGB durante os primeiros anos da instituição, se deparou com um embate de ideias entre Silvestre Rebello e o cônego Januário Cunha Barbosa. O debate era pautado nas “possibilidades ou não da catequese jesuíta ter sido (e ser) um modo eficaz de ‘civilizar’ os indígenas”. Divergente em vários aspectos do posicionamento do cônego, Silvestre Rebello escreveu um texto contra argumentando a tese de Cunha Barbosa. Segundo Dias, vários fatores contribuíram para que a revista publicasse apenas a visão de Januário da Cunha Barbosa e censurasse os argumentos de Rebello. A pesquisadora destacou que os motivos preponderantes para negarem a publicação do texto de Silvestre Rebello seriam: o perfil político do IHGB que delimitava as “abordagens possíveis” de serem publicadas; a importância de Barbosa dentro da instituição; a ousadia de Rebello ao afirmar que, nas Américas, os colonizadores eram responsáveis pela extinção de nativos; a estimativa, sem nenhuma base documental, do tamanho da população indígena, quando chegaram os colonizadores europeus na América; e a defesa das maneiras de catequizar do padre italiano Mazarata. Cf. DIAS,

nação pensado na instituição. Um dos primeiros trabalhos publicados por José Silvestre Rebello naquela revista continha elementos de valorização da experiência portuguesa nas Américas, desde o surgimento da colônia Brasil. Nesse ínterim, o texto *Povoação Relativamente à Origem e Influência dos Primeiros Povoadores*, de autoria do biografado em questão, está em consonância com as postulações feitas pelo historiador Manoel L. Salgado Guimarães, que apontou nos escritos historiográficos do IHGB a ideia de uma “nação” que se reconhece no interior da experiência portuguesa no continente americano¹³⁴. No texto escrito por Silvestre Rebello, há uma narrativa histórica sobre as origens dos povos que formaram o Brasil com maior relevo ao papel dos portugueses. Através do entrelaçamento de eventos – narrativas factuais sobre as famílias e primeiras aglomerações – o autor apontou a existência de uma linha evolutiva da civilização humana e, conseqüentemente, da história brasileira. Entre os elementos constitutivos do texto, destacam-se a influência do pensamento ilustrado, a crença na marcha evolutiva social e um discurso marcado – ao que tudo indica – pelas concepções de *Civilização e Barbárie*. Nesse sentido, depois de apontar as supostas “bases históricas” do Brasil, Silvestre Rebello propôs:

É cousa vizível, que os povos que existem ainda hoje sem mistura de outro sangue não tem progredido na marcha da civilização [...] misturados como estamos a ser cada dia mais, faremos rápidos progressos na marcha admirável da civilização humana, e uma época virá, em que catequizando a África Central, lhe retribuiremos cristãmente o grosseiro trabalho e algumas indecentes danças que nos inoculou¹³⁵.

Possivelmente, o autor estivesse em alguma medida sugerindo a entrada do Império Brasileiro nas disputas por possessões territoriais na África Central.

Do “Mítico” Caramuru às “Lendárias” Amazonas – escritos da história

Participava Silvestre Rebello das reuniões do supra instituto e, conseqüentemente, dos debates que aconteciam. Dentre os relatos de sua participação nas discussões que ocorriam no IHGB, destaca-se a sessão de 7 de março de 1840, na qual, segundo a ata da reunião, Silvestre

F. Polifonia e Consenso nas páginas da Revista do IHGB: a questão da mão de obra no processo de consolidação da nação. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, número 05, 2010.

¹³⁴ GUIMARÃES, M. L. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v.1, n.1, 1988.

¹³⁵ Texto originalmente publicado na Revista do IHGB e, posteriormente reimpresso no livro *A Colonização – Capitánias*. In: REBELLO, J. S. *Povoação Relativamente à Origem e Influência dos Primeiros Povoadores no IHGB*. In: SERRANO, J. **A Colonização – Capitánias**. Rio de Janeiro [18--].

Rebello tentou provar ser falsa a ida de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, à França¹³⁶. De todo modo, também era em meio as conversações ocorridas nesses eventos que a Comissão de Geografia do IHGB apresentava alguns dos trabalhos que desenvolviam. Como membro da Comissão de Geografia – atividade que ocupou de 1839 até a data de sua morte em 1844 – Silvestre Rebello participou da “apreciação” de estudos, livros e mapas relacionados a geografia brasileira. Em textos assinados em coautoria com Lino Antônio Rabello¹³⁷ – em nome da Comissão de Geografia – os dois membros do IHGB não só trouxeram apontamentos geográficos, mas também perspectivas historiográficas.

Assim sendo, Lino Rabello e Silvestre Rebello publicaram uma “avaliação” pautada no livro *Examen Critique de L’Histoire de La Geographie Du Nouveau Continent*, de Alexandre Humboldt. Em meio aos elogios e ponderações em relação à obra; os pareceristas destacaram uma menção feita às “lendária amazonas” – figuras quiméricas femininas que habitaram o imaginário ocidental, principalmente na Idade Moderna – e questionaram se existiram ou não essas míticas amazonas. Argumentaram então: “A Comissão não defende a existência de Nações de Amazonas no mundo velho ou novo; mas ela crê que no Brasil, na época da descoberta, existiam mulheres amazonas, não como nações, mas, sim como indivíduos”¹³⁸.

Nesse sentido, pautados no texto “História da Província de Santa Cruz”, de Magalhães Gandavo, Rabello e Rebello argumentaram que existiam relatos que descreviam mulheres indígenas que não aceitavam ser tocadas por homens e que se portavam como o sexo oposto, dedicando-se às práticas cotidianas masculinas, inclusive possuindo companheiras. A partir desse raciocínio, defenderam a existência de “amazonas” no território brasileiro; porém, alegaram que não eram “organizadas em grupos” e conviviam de modo “individual” nas tribos. Não satisfeita com a argumentação, a comissão citou um caso recente para provar o “espírito das amazonas” que persistia no Brasil. Os pareceristas expuseram:

¹³⁶ Extratos de atas das sessões de janeiro, fevereiro e março. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1839 -1841. p. 267 et. seq.

¹³⁷ Lino Antônio Rabello (? - 1857) nasceu em Buenos Aires, mas mudou-se ainda criança para o Rio de Janeiro. Estudou na Universidade de Coimbra e foi proprietário da Escola de Arquitetos Medidores. Com a extinção dessa escola por conta de uma nova lei provincial, Rabello tornou-se professor de Matemática do colégio D. Pedro II e, por fim, em 1852, Inspetor da Tesouraria da província de Minas Gerais. MACEDO, J. M. Discurso do orador. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, suplemento, Tomo XX, p. 84-86, 1857.

¹³⁸RABELLO, L. REBELLO, J. S. Juízo sobre a obra intitulada “*Examen Critique de L’Histoire de La Geographie Du Nouveau Continent*”. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, Tomo II, 1840.

a Comissão lembra que nos nossos dias, na Guerra da Independência, assentou praça no exército levando nos recôncavos da Bahia uma Cabocla, a qual cumpriu tão bem com os seus deveres, como soldado que foi promovida ao posto de alferes: nós a vimos aqui na Corte concorrendo a um *beija mão* com seus uniformes militares, cortejando o Imperante na linha dos outros oficiais da sua classe, e categoria¹³⁹.

A partir desse relato, possivelmente baseado na trajetória de uma baiana chamada Maria Quitéria¹⁴⁰ – uma mulher que teria lutado ao lado de homens nas tropas pró-independência brasileira, em 1822 – Lino Rabello e Silvestre Rebello assimilaram as passagens do livro de Humboldt, os escritos históricos de Magalhães Gandavo e o caso da “cabocla” que lutou como soldado e deram a sua alegação um *status* de “verdade comprovada pelo fato narrado”. Finalizaram o texto concluindo que, na região do rio Amazonas, provavelmente existiam tais “mulheres lendárias” – o que teria levado os primeiros desbravadores a deduzirem a existência de grupos de *amazonas* naquelas regiões. Recomendaram, por fim, colocar a obra de Humboldt entre os clássicos do IHGB e indicaram a sua leitura.

Brasil, Brasilly, Brecillis: Terra Brasilis – entre a história e a etimologia

Logo nos primeiros anos de existência, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro adquiriu o hábito de celebrar o aniversário da instituição. Em fins de 1839, na primeira sessão pública aniversária do IHGB, Silvestre Rebello preparou uma conferência para apresentar aos seus colegas reunidos: leu aos presentes o texto “As Origens da Palavra Brasil” que posteriormente foi publicado pela Revista do Instituto. Rebello recorreu a história para pensar na etimologia da palavra Brasil e remontar às “origens” da nação brasileira. Tentou o autor encontrar em línguas da Ásia Meridional a raiz da palavra Brasil e aos primeiros usos da “droga” extraída do pau-brasil; além disso, citou supostos itinerários árabes na busca de pau-brasil.

Teorizou que havia a possibilidade da palavra árabe *Bakkan* ter sido traduzida para o latim como *Bresilium* e dado origem aos termos Brasil, *Brasilly*, *Brecillis*, *Brazilis* e

¹³⁹Ibidem.

¹⁴⁰ Maria Quitéria de Jesus (1792 – 1853) nasceu no interior da província da Bahia. Na época dos conflitos armados entre as tropas independentistas contra as portuguesas, Maria Quitéria teria se passado por homem e lutado contra o exército português. Recebeu de D. Pedro I a insígnia Imperial da Ordem do Cruzeiro. In: PELLI, R. Moça Independente. Revista de História. Disponível em: <<https://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/moca-independente>> Acesso em: 25 de agosto de 2015.

Brazili; porém avaliava que o mais provável era a palavra Brasil ter suas origens no Sânscrito, sendo, provavelmente, uma derivação do termo *Bradschita*. Nessa pesquisa, onde se imiscui história e etimologia, Rebello citou autores e obras como referências de suas pesquisas.

Além de remontar ao passado, dessa suposta “raiz” etimológica asiática da palavra Brasil; Silvestre Rebello apontou “grandes acontecimentos” ocorridos naquele continente: o nascimento do islamismo; o surgimento do filósofo Pitágoras; a figura de Buda; o profeta Zoroastro e, por fim, cita as origens bíblicas. O Cristianismo, surgido na Ásia, segundo o autor, possibilitou à Europa o mais alto grau de civilidade. Ao concluir o texto, Silvestre Rebello defendeu que, em alguma medida, os nascidos no Brasil são “brasileiros asiáticos”, o que fazia deles possuidores de um compromisso com a divina providência: levar a “civilização” ao leste africano; aos patagões (Patagônia); a ilhas e a algumas partes da Ásia Meridional. O autor concluiu sua “conferência-texto” admoestando que era preciso levar a religião e a moral cristã propagando as “riquezas naturais” do Brasil ao mundo – numa possível alusão à expansão econômica atrelada ao “discurso civilizador”.

No ano que se seguiu, conforme a ata da segunda reunião aniversária do IHGB em 1840, Silvestre Rebello preparou uma pesquisa complementar com a finalidade de apresentar mais detalhes sobre as “origens da palavra Brasil”. Todavia, nesta segunda sessão comemorativa, não pôde apresentar seu trabalho por conta das “insatisfações” da plateia: o ancião de 63 anos, José Silvestre Rebello – conhecido por “encher o instituto com seu ar grave” – não teria lido sua pesquisa porque o príncipe D. Pedro (Pedro II) e suas jovens irmãs supostamente estavam enfadados com o cerimonial. Encerrou-se a noite comemorativa antes de Rebello tomar a palavra¹⁴¹.

1844: Para Além de um Cortejo Fúnebre

Durante quase seis anos, Silvestre Rebello participou, concomitantemente, da SAIN e do IHGB. Em junho de 1844, foi relatado através da ata da reunião da Sociedade Auxiliadora 1844, que o sócio José Silvestre Rebello não pôde comparecer à sessão daquele mês devido à enfermidade que lhe havia acometido¹⁴². Em agosto, no décimo segundo dia do mês, Rebello faleceu. Organizou-se, então, um cortejo fúnebre no Rio de Janeiro.

¹⁴¹ Segunda Sessão Pública Aniversária do IHGB – 27 de novembro de 1840. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro: Tomo II, 1840. p. 572.

¹⁴² Sessão 26 de Junho de 1844. **O Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, 1844.

Na última reunião do IHGB em 1844, o orador do instituto, Manoel Araújo de Porto Alegre, proferiu um discurso em homenagem aos treze membros que haviam morrido naquele ano, destacando suas supostas virtudes. No que tange a Silvestre Rebello, depois de falar brevemente sobre sua atuação no corpo diplomático brasileiro, Porto Alegre proferiu:

[...] Os grandes edifícios não são compostos somente de pedras que nos ferem a vista, nem das de uma grande dimensão: no intervalo das abóbodas que sustentam e ligam os edifícios, nos centros dos pilares que sustentam as arcadas, e no maciço de seus alicerces também entram *calhaos* de uma irregular figura e pequeníssima dimensão [...] ¹⁴³.

Para Porto Alegre, Rebello teve um modesto papel na independência, ainda que tenha sugerido em seu discurso que os “pequenos atores” também possuíam sua relevância para a História Nacional. Se o futuro Barão de Santo Ângelo reconhecia o valor dos “pequenos atores” ou se estava munido de um protocolo formal que fazia parte dos “rituais fúnebres” do IHGB não nos importa nesse momento: o que nos interessa, por hora, é a referência ao personagem aqui estudado e a associação de sua atuação política a um papel secundário em relação a outras figuras políticas.

¹⁴³ PORTO ALEGRE. Elogio dos sócios do Instituto, Mortos neste 6º ano Acadêmico. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, Suplemento, 1844. p. 42.

Capítulo 2: PRÁTICAS POLÍTICAS: duas missões diplomáticas do Brasil nos EUA (1824 -1826)

Neste capítulo, analisamos duas missões diplomáticas de Silvestre Rebello que ocorreram nos primeiros anos do governo de D. Pedro I. No item “As negociações do reconhecimento da Independência Brasileira pelos Estados Unidos (1824)”, abordar-se-ão os percalços das mediações que culminaram no reconhecimento do Governo Brasileiro pelo Governo Estadunidense. No segundo item, “Brigues e Fragatas: Negócios e Negociações (1824 – 1826)”, examinaremos as transações efetuadas entre o Governo Imperial Brasileiro e a empresa novaiorquina *Life & Fire Insurance Company*, no que se refere à aquisição de navios para armada marítima brasileira. Em ambos os itens, as práticas políticas de Silvestre Rebello, diluídas em seu cotidiano nos Estados Unidos, imiscuem-se com nuances das relações entre os dois países em questão e com as tentativas de se solidificar o governo de D. Pedro I instaurado no Rio de Janeiro. A partir desta teia de fatos e dados, compõe-se um prisma de especificidades que está no bojo da construção do Estado Imperial Brasileiro, intercambiada com a trajetória política do biografado em questão.

2.1 As Negociações do Reconhecimento da Independência Brasileira pelos Estados Unidos (1824)

O Brigue *Morris* Atracara em Baltimore

O *brigue Morris* atracara em Baltimore após meses em alto mar. Era 28 de março de 1824. Silvestre Rebello não viajava sozinho: um criado lhe acompanhava desde o Rio de Janeiro. Duas cômodas bastaram para acomodar os “trastes” que estes traziam da capital brasileira. Em meio à bagagem, encontrava-se um documento em especial: *As Instruções da primeira missão diplomática de Silvestre Rebello*. Emitido na Corte brasileira, em 31 de janeiro de 1824¹⁴⁴, e assinado pelo então Ministro da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros, Luís José Carvalho Melo¹⁴⁵, o despacho do dia 31 de janeiro estava dividido em 21 cláusulas. O eixo central do documento era o reconhecimento da Independência Brasileira pelo Governo Estadunidense, sendo que, dez de suas 21 cláusulas estavam diretamente relacionadas a esta temática.

Assim que chegasse aos Estados Unidos, rezava o primeiro item da cláusula 4, o diplomata deveria articular-se politicamente a homens ilustres – jornalistas, políticos, representantes estrangeiros – e granjear as opiniões desses a favor da causa brasileira. Possivelmente tais orientações nortearam suas ações antes de prosseguir viagem à Washington, pois Rebello deu os primeiros passos para a sua inserção diplomática naquele país através de doações ao *Museu* e a *Academia* de Baltimore¹⁴⁶ para “granjear boa fama” e, posteriormente, visitou Charles Carrol, um dos “pais fundadores¹⁴⁷” daquela nação. O veterano Carrol¹⁴⁸ tinha 87 anos quando Rebello o procurou. Único católico de sua geração a assinar a *Declaração de Independência* dos Estados Unidos, o ex-senador do estado de Maryland recebeu Silvestre Rebello e travou com o convidado uma conversa sobre política,

¹⁴⁴ MELO, J. C. Despacho, 31 de Janeiro de 1824. In: **Brasil–Estados Unidos 1824–1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v 1, 2009. p. 17.

¹⁴⁵ Foi outorgado aos cuidados de Luís José Carvalho e Melo a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros em dezembro de 1823. Até então, a pasta dos assuntos externos estava atrelada à Secretaria de Estado de Negócios do Império e Estrangeiros.

¹⁴⁶ Relatara Rebello que fizera doações módicas ao “Museu” e à “Academia” em Baltimore, todavia, não relatara os nomes das instituições e nem mesmo o que foi doado. In: REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Abril de 1824. **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 60.

¹⁴⁷ A expressão *Founding Fathers* - em português Pais Fundadores - cristalizou-se num imaginário estadunidense e refere-se aos homens que contribuíram para a consolidação dos Estados Unidos da América, sobretudo, os que assinaram a declaração de Independência dos EUA.

principalmente sobre a causa independentista brasileira. Nesse ínterim, Rebello tentara demonstrar ao velho político as proximidades entre o governo monárquico brasileiro e a república federativa estadunidense. Teria dito o representante brasileiro que entre os Estados Unidos e o Brasil “[...] essencialmente só existia a diferença de que o seu primeiro magistrado er[a] [e]letivo e se chamava presidente, ao mesmo tempo que o nosso [er]a hereditário e se chamava Imperador[...]”¹⁴⁹. Carrol ouviu o diplomata e, supostamente, respondeu:

[...] Eu não sei, me disse o venerável ancião, se V. não têm acertado e não vão melhor: sempre que temos a fazer a eleição de presidente é uma desinquietação; terá visto nas gazetas insultos e louvores dos cinco pretendentes de agora; isto faz comichões, e suscita sustos; o certo é que o bom governo não depende absolutamente da sua organização; estriba-se no vigor, franqueza, verdade e probidade da administração[...]”¹⁵⁰.

Carrol não foi o único que posicionou-se com “simpatia” ao formato político adotado no Brasil. Segundo Silvestre Rebello, o arcebispo de Baltimore, o Monsenhor Mareschal, que era “o mais importante dos dez bispos católicos romanos nos EUA”¹⁵¹, a quem o diplomata conhecera nessa breve estada, também viu com bons olhos o governo que se organizava em terras brasileiras. Ainda em Baltimore, além dos diálogos travados com tais personalidades, prosseguira Rebello com suas atividades diplomáticas visitando estabelecimentos públicos e enviando uma nota ao pernambucano residente na Filadélfia, Antônio Gonçalves da Cruz – o Cabugá¹⁵². Estes primeiros dias em Baltimore eram apenas o princípio de uma missão diplomática; pela frente, cerca de dez léguas lhe separavam de Washington, a capital da federação estadunidense – palco de futuras negociações e relações diplomáticas. Vestiu-se então à “moda estadunidense” e preparou-se para a longa travessia que ocorreria no quinto dia após pisar em solo estrangeiro¹⁵³.

¹⁴⁸ Charles Carrol, nasceu em 1737 e era membro de uma importante família de Maryland. Foi senador pelo estado de Maryland. Morreu em 1832. Disponível em: <<http://www.aoc.gov/capitol-hill/national-statuary-hall-collection/charles-carroll>>. Acesso em 19 de jan. 2015.

¹⁴⁹ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Abril de 1824. **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 61.

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ REBELLO, J.S. Op. Cit.

¹⁵² Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, tinha sido nomeado cônsul do Brasil nos EUA em 1823. Cf: “Entre a Vida Privada e a Pública: Alterações Com o Cabugá” no tópico “Nos Estados Unidos da América” no primeiro capítulo desta dissertação.

¹⁵³ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Abril de 1824. **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 61.

No *Franklin House Hotel*

Hospedara-se no *Franklin House Hotel*¹⁵⁴, num sábado primaveril. Na segunda-feira que se seguiu, cinco de abril de 1824, escreveu ao Secretário de Estado Adams¹⁵⁵ uma nota diplomática em português, apresentando-se formalmente, na qual também anexara uma cópia de suas credenciais¹⁵⁶:

O abaixo assinado comissário juiz da comissão mista na corte do Rio de Janeiro e encarregado de negócios de S. M. o Imperador do Brasil junto ao governo dos Estados Unidos da América tem a honra de participar a S. Exa. o senhor João Quincy Adams, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do mesmo governo, que ele se acha nesta capital na qualidade diplomática sobred[it]a, remetendo, para prova evidente, inclusa a cópia da sua credencial e que espera de S. Exa. a participação do dia e hora na qual possa ter a satisfação de lhe fazer pessoalmente os seus respeitosos cumprimentos. O abaixo assinado avalia em muito o achar-se nas circunstâncias de começar uma correspondência, que lhe há de facilitar muitas vezes ocasião de protestar estimação, respeito e acatamento, indubitavelmente devidos a Sua Excelência.

Washington, Franklin House Hotel, 5 de abril de 1824¹⁵⁷.

No dia seguinte, terça-feira, seis de abril, Silvestre Rebello procurou o representante do governo mexicano nos EUA, José Anastasio Torrens, em busca de estabelecer o primeiro contato com este. Isto posto, quando retornava para casa, ao descer do coche¹⁵⁸, o diplomata brasileiro recebeu um convite para uma reunião festiva entre políticos que iria ocorrer naquela noite, na casa de John Quincy Adams. Essas festividades, chamadas por Rebello de *Partida*, eram recepções que reuniam figuras políticas destacadas tanto do país, quanto representantes estrangeiros. Aconteciam quinzenalmente, nas terças-feiras, na casa do Secretário de Estado,

¹⁵⁴ A primeira nota diplomática de Rebello ao secretário de Estado John Quincy Adams continha o Franklin House Hotel como local de escrita do *bilhete*. Possivelmente foi uma morada provisória de Rebello já que é o único documento que contém o endereço.

¹⁵⁵ John Quincy Adams nasceu no Estado de Massachussets em 1767 e era filho de John Adams, segundo presidente dos EUA. Foi secretário de Estado no governo de James Monroe e, posteriormente assumiu a presidência dos Estados Unidos governando de 1825 a 1829. Morreu em 1848. Informações contidas no site da Casa Branca. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/1600/presidents/johnquincyadams>> Acesso em: 25 de jun. de 2015.

¹⁵⁶ As “Credenciais” eram documentos comprobatórios emitidos pelo governo de um país atestando a outro governo estabelecido que aquele “indivíduo” o representa em determinada categoria no campo das relações externas.

¹⁵⁷ REBELLO, J. S. Franklin House Hotel, 5 de Abril de 1824. **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 68.

¹⁵⁸ Carro de tração animal, sobretudo, puxado por quadrúpedes. Veículo comumente usados no ocidente no século XIX.

intercaladas por outras *Partidas* que também se davam quinzenalmente, porém, às quartas-feiras na casa do presidente James Monroe¹⁵⁹.

Quando entardeceu, Silvestre Rebello foi à casa de Quincy Adams em companhia do mexicano José Anastasio Torrens. Por volta das oito horas da noite, principiavam a chegar os convidados. O diplomata Rebello conheceu, por fim, John Quincy Adams e foi apresentado a esposa deste, Louisa Adams¹⁶⁰. Lá pelas oito e meia, os criados principiaram a servir chá, café e doces. Na sala principal havia mesas e baralhos¹⁶¹. Quando era cerca de nove horas, numa outra sala, onde havia um piano, uma senhora entoou músicas no instrumento de cordas, enquanto os convidados dispostos dançavam e os criados serviam sorvetes, limonadas e doces. A recepção aos convidados perdurou até por volta das dez horas da noite, quando estes começaram a se despedir do casal Adams e, provavelmente, às dez e meia, todos já haviam se dispersado¹⁶². Silvestre Rebello gostou desse costume estadunidense; recomendou em carta privada a Luís José de Carvalho e Melo que se fizesse o mesmo no Brasil, disse que “com tão pouca despesa un[em]-se os homens e tornam-se polidos e corteses”¹⁶³. Aquela noite festiva que se encerrava havia um intermediador entre o representante brasileiro Rebello e o secretário de Estado Adams, afinal aproveitaram a ocasião para marcar uma reunião diplomática no dia seguinte, às duas horas da tarde¹⁶⁴.

¹⁵⁹ REBELLO, J. S. Carta particular ao senhor Luís José de Carvalho e Melo, Ministro de Relações Exteriores, sobre as recepções dadas pelo secretário de Estado dos Estados Unidos, com algumas sugestões. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 86.

¹⁶⁰ Louisa Catherine Johnson Adams, nasceu na Inglaterra em 1775. Era filha de uma inglesa e de um estadunidense oriundo do Estado de Maryland. Casou-se em 1797 com John Quincy Adams. Morreu em 1852. Informações contidas no sítio virtual da Casa Branca. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/1600/first-ladies/louisaadams>>. Acesso em: 25 de jun. de 2015.

¹⁶¹ Não sabemos ao certo se os baralhos vistos por José Silvestre Rebello relacionam-se com o termo *Partida* – que ele usa para designar as reuniões festivas organizadas por Adams e Monroe. Vale ressaltar que documentos escritos por Silvestre Rebello – ambos datados em 26 de maio de 1824 – se contradizem em relação ao “baralho”: no ofício escrito à SENE Rebello dizia que ainda não tinha visto jogos de baralho por lá. Em outro documento, na Carta Pessoal, escrita à Luís. J. C. Melo, o diplomata relata que viu baralhos sobrepostos às mesas na reunião de 6 abril de 1824, na casa de Quincy Adams. Cf: REBELLO, J. S. Carta particular ao senhor Luís José de Carvalho e Melo, Ministro de Relações Exteriores, sobre as recepções dadas pelo secretário de Estado dos Estados Unidos, com algumas sugestões. / Ofício, 26 de Abril de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009.

¹⁶² REBELLO, J. S. Carta particular ao senhor Luís José de Carvalho e Melo, Ministro de Relações Exteriores, sobre as recepções dadas pelo secretário de Estado dos Estados Unidos, com algumas sugestões. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 86.

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Abril de 1824; In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 60.

Fotografia 1 - O Franklin Hotel



FONTE: ROSS, W. R. **Northeast corner 1st and 21st, Franklin Hotel, Lafayette was a guest here in 1825 - 524.** A fotografia acima pertence ao acervo da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. Disponível em: <<http://digdc.dclibrary.org/cdm/ref/collection/p16808coll3/id/172>>. Acesso em: 12 de maio de 2015¹⁶⁵.

¹⁶⁵ A fotografia diz que “Lafayette esteve aqui em 1825”. No caso, refere-se ao francês Marquês de Lafayette (Gilbert du Motier). Silvestre Rebello contou em ofício sobre a chegada do diplomata francês Lafayette em 1825. Anos antes, por volta da época da independência dos Estados Unidos, Lafayette havia participado nos embates estadunidenses contra a Inglaterra. Ele é tido como herói no imaginário político estadunidense.

Uma Reunião do Gabinete

Na mesma terça-feira, seis de abril, em que Silvestre Rebello participou das festividades organizada por Adams, ocorreu uma reunião privada entre o secretário de Estado Adams, o presidente Monroe e mais três políticos estadunidenses¹⁶⁶. No livro “A Monarquia & a República”, o pesquisador Marcello Rafaelli transcreveu fragmentos das memórias de Quincy Adams que narram este encontro.

Era uma hora da tarde e estavam congregados os cinco políticos estadunidenses para mais uma reunião do gabinete governamental. O presidente James Monroe interrogou aos demais se deveriam os Estados Unidos reconhecer ou não a independência do governo brasileiro¹⁶⁷. Segundo o que foi narrado, *Mr. Wirt* levantou a questão do fato de o governo instituído no Rio de Janeiro ser monárquico e que isto representava um empecilho para os EUA concederem o reconhecimento. Por outro lado, *Mr. Caulhom* disse que essa organização interna do governo do Brasil não deveria ser um problema, afinal os EUA já haviam reconhecido o governo Imperial de Yturvide; além disso, o Brasil poderia oferecer possibilidades para o comércio estadunidense¹⁶⁸. O secretário Adams, por sua vez, que também se mostrava favorável ao reconhecimento do governo do Brasil, teria ressaltado que o rei português já havia outorgado à antiga colônia o posto de reino irmão de Portugal e abolido o sistema colonial naquelas terras¹⁶⁹.

Note que o interlocutor não citou diretamente as sedições que inflamavam os independentistas. A supra fala de Adams referia-se ao fato de D. João VI ter elevado o Brasil, em 1815, ao posto de Reino Unido de Portugal e Algarves. Pode ser que para o então Secretário de Estado, a elevação do Brasil por D. João VI tivesse um peso que deveria ser balizado na decisão do governo dos EUA em reconhecer a independência brasileira; assim, uma vez desfeita a relação colonial entre Brasil e Portugal pelo próprio monarca, as reivindicações do governo instaurado se faziam legítimas.

Depois da consideração do secretário de Estado, o presidente Monroe tomou a palavra e argumentou que reconhecer um governo monárquico poderia mostrar à *Santa Aliança* que os

¹⁶⁶ No caso, os outros políticos citados por Adams eram *Mr. Calhoun*, que foi secretário da guerra; *Mr. Southard* e *Mr. Wirt*, que desconhecemos seus postos no Governo estadunidense.

¹⁶⁷ RAFAELLI *apud* ADAMS. In: _____. **A Monarquia e a República**: Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Funag, 2006. p. 25, 26.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

EUA não faziam “distinção” aos formatos dos governos ao reconhecê-los como independentes. Ao final da reunião, ficou acertado que Adams pediria a Rebello documentos oficiais, relatando o que se passava politicamente no Brasil. Naquela mesma noite, quando Silvestre Rebello e Quincy Adams se conheceram na *Partida*, firmaram um encontro para o dia seguinte, quarta-feira, sete de abril, às duas horas da tarde, para discutirem o reconhecimento da independência brasileira.

Naquela época, o agente consular dos Estados Unidos no Brasil era Condy Raguet¹⁷⁰ e era ele quem mantinha o Governo Estadunidense ciente dos acontecimentos que eclodiam no Brasil. Segundo o historiador Pedro Moniz Bandeira, não muito antes das negociações entre Silvestre Rebello e Quincy Adams se iniciarem, Condy Raguet mandou notícias ao governo estadunidense sobre a situação política brasileira¹⁷¹. No documento enviado em dezembro de 1823 ao *Department of State*, Raguet relatou os acontecimentos na província de Pernambuco e, ainda, especulou que havia a possibilidade de uma nova reunião entre o Brasil e o governo português¹⁷².

Além disso, Marcello Raffaelli informou, em seu livro já citado, que em fevereiro de 1824, o cônsul estadunidense no Brasil encaminhou um outro ofício para o Governo de Washington, colocando a questão do escravismo como um problema central no Brasil¹⁷³. Pouco tempo depois, em março, Condy Raguet voltaria a escrever para o governo estadunidense afirmando que a situação brasileira era instável. Para Marcello Raffaelli, estas últimas correspondências de Raguet resultaram em objeções por parte do governo de James Monroe frente ao reconhecimento da independência brasileira, no que se refere ao desenrolar dos fatos ao longo das semanas que se seguiram à reunião de sete de abril entre Rebello e

¹⁷⁰ Condy Raguet nasceu na Pensilvânia em 1784. Foi designado cônsul do governo dos EUA no Brasil em 1822. Em 1827, deixou o posto de representante dos EUA no Brasil e retornou para sua terra natal. Morreu em 1842. In: RAFAELLI, M. **A Monarquia e a República: Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Funag, 2006. p. 39.

¹⁷¹ BANDEIRA apud RAGUET. In: BANDEIRA, L. A. M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 46.

¹⁷² Vale lembrar que, de um modo geral, os navios que concatenavam o Brasil aos Estados Unidos levavam meses para chegar ao destino final. Rebello, por exemplo, partiu do Rio de Janeiro no dia 3 de fevereiro de 1824 e desembarcou em Baltimore no dia 26 de março daquele mesmo ano. No que se refere à correspondência brasileira trocada entre Rebello e a SENE, o tempo médio para chegar ao destino final era de três meses e meio a quatro meses. Assim sendo, supomos que este despacho enviado a Adams por Raguet chegou às mãos do destinatário pouco antes de se iniciarem as negociações com o representante brasileiro.

¹⁷³ RAFAELLI apud ADAMS. In: _____, **A Monarquia e a República: Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Funag, 2006. p. 25, 26.

Adams¹⁷⁴. De todo modo, possivelmente, naquela reunião interna do gabinete estadunidense no dia seis, os ofícios mais recentes enviados por Condly Raguet – em fevereiro e março – provavelmente ainda não haviam chegado nos EUA. Assim, ao que tudo indica, o reconhecimento da independência brasileira era visto internamente com alguma afabilidade naquele primeiro momento. Um dia depois, Silvestre Rebello e Quincy Adams encontravam-se pessoalmente para discutir as questões ligadas ao reconhecimento da independência brasileira.

A Primeira Reunião entre Adams e Rebello

Nas primeiras semanas em Washington, o diplomata Rebello passou a frequentar eventos políticos e também contactou representantes estrangeiros de outros Estados que ali residiam, como o russo *Barão de Thuyle*, o mexicano *José Anastasio Torrens* e o representante da Suécia, o barão *Stackelberg*¹⁷⁵. Em linhas gerais, esse era o novo contexto a qual Rebello passou a integrar quando chegou àquele país. Neste cenário “*do político*”, chamado Washington D. C., o poder, as negociações políticas e os jogos de interesses imiscuíam-se por todas as partes: nos enredos das festividades organizadas pelo alto escalão estadunidense, de soslaio nas conversas em lugares públicos, nos eventos em datas comemorativas da república, em bilhetes e notas diplomáticas repassados, nas manchetes e anúncios das gazetas locais, em agremiações, assim como nas reuniões privadas nos lares desses homens. Todavia, havia um local, em específico, onde os confrontos e intersecções das relações internacionais entre Estados Unidos e os demais países se materializavam: o *Gabinete do Secretário de Estado*. Palco de importante de negociações, fora ali que Adams recebeu pela primeira vez José Silvestre Rebello.

Conforme o combinado, o diplomata brasileiro compareceu à reunião no gabinete do Secretário de Estado Adams¹⁷⁶. Ele havia sido orientado pelo Ministro da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros do Império a se colocar perante as autoridades máximas da federação estadunidense, mostrando retoricamente a eles que os *Estados Americanos* ficariam frágeis caso não se organizassem contra as potências europeias; que a economia estadunidense

¹⁷⁴ Ibidem, p. 27.

¹⁷⁵ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Abril de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 62.

¹⁷⁶ No decorrer da pesquisa, tivemos a impressão, a partir dos documentos e bibliografia arrolada, que o secretário de Estado dos EUA possuía maior autonomia e poder quando comparado aos ministros brasileiros.

poderia obter vantagens comerciais a partir da aproximação com o Império Brasileiro; que a causa brasileira pró-independência política era legítima e a aprovação a D. Pedro I crescia dentro do Brasil, ao passo que já havia até mesmo apresentado uma Constituição¹⁷⁷ ao Império¹⁷⁸.

Este documento assinado pelo Ministro, Luís José de Carvalho e Melo, incentivava Rebello, ao dialogar com o *Department of State*, que contrapusesse a Europa (Estados) à América (Estados). Alguns argumentos dados a Rebello estavam embasados num discurso de união dos estados no continente americano em oposição à “velha e ambiciosa Europa”. Segundo o historiador Arthur Preston Whitaker, as bases dessa missão diplomática de Rebello amparavam-se na doutrina Monroe. Para Whitaker, a retórica dessa missão brasileira pautava-se num apelo à política estadunidense e a um “pan-americanismo”, gestado nos Estados Unidos¹⁷⁹. Entrementes, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, no livro *História da Política Exterior do Brasil*, apontaram a existência de ideais “pan-americanos” durante o Primeiro Reinado. Segundo eles, José Bonifácio – que cuidara da pasta dos negócios estrangeiros do Brasil entre 1822 e 1823 – foi precursor de ideias desse tipo dentro dos quadros políticos do Primeiro Império¹⁸⁰.

No que tange a esta primeira missão diplomática dada a Rebello, adotamos a postura de convergência entre essas duas possibilidades de análise: por um lado, aproximava-se dos Estados Unidos a partir desse “discurso”, que era próprio da política externa estadunidense; e, por outro lado, era uma tentativa brasileira de fortalecer laços, nesse primeiro momento, com Estados Americanos. As missões diplomáticas brasileiras, na década de 1820, na América Latina, os projetos de ampliação de estrutura diplomática no continente americano e até mesmo a recusa de D. Pedro I em confrontar Simón Bolívar, no caso do Distrito de Xiquitos, amparam esta nossa assertiva.

De volta a Washington, o diplomata Silvestre Rebello encontrava-se defronte ao Secretário de Estado no gabinete do *Department of State*. John Quincy Adams era um homem branco, corpulento e os parcos cabelos que ainda cobriam suas têmporas eram esbranquiçados. Naquela época, Adams tinha 57 anos, era casado e pai de quatro filhos.

¹⁷⁷ Ainda que essa Constituição viesse a ser firmada meses após a ida de Rebello aos Estados Unidos, ela já estava sendo elaborada e discutida dentro dos quadros políticos brasileiros.

¹⁷⁸ MELO, J. C. Despacho, 31 de Janeiro de 1824. In: **Brasil–Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v 1, 2009.

¹⁷⁹ WHITAKER, A. P. **Los Estados Unidos y la independencia de America Latina (1800 - 1830)**. Ed. Universitária de Buenos Aires: 1964, p. 255 et. seq.

¹⁸⁰ BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

Possuía “lastro no universo político”, já que era filho de John Adams, segundo presidente dos Estados Unidos e, ainda na mocidade, acompanhou o pai em missões diplomáticas no exterior, quando este foi representante dos Estados Unidos no continente europeu.

Silvestre Rebello apresentou suas credenciais em nome do Império Brasileiro. Adams, hesitou em aceitá-las: alegou que ainda não podia recebê-lo como representante oficial¹⁸¹, pois, até aquele momento, o governo dos Estados Unidos “desconhecia oficialmente” o que se passava no Brasil. Silvestre Rebello contestou ao secretário de Estado que os cônsules estadunidenses no Brasil provavelmente não haviam lhe informado sobre as novas configurações que aqui se estabeleciam. O argumento foi em vão. Adams retrucou que os representantes estadunidenses mantinha-o inteirado sobre os acontecimentos políticos no Brasil; faltava ao governo de D. Pedro I enviar-lhes documentos oficiais sobre o que se passava no Brasil. Adams requisitou a Rebello que fossem enviados de antemão a ele “papéis oficiais” constando a ata da Declaração da Independência e a criação do Império Brasileiro¹⁸². Prosseguiram discutindo a questão independentista no Brasil. Rebello prometeu enviar-lhe os papéis exigidos e pegou o chapéu sinalizando que estava prestes a sair. A reunião havia chegado ao fim. Ambos se levantaram e Adams acompanhou o representante brasileiro até a porta, com muita “urbanidade”¹⁸³. Silvestre Rebello saiu da reunião impressionado com aquele homem que lhe passara a imagem de “respeitabilidade” e de “polidez”¹⁸⁴.

A Reunião de 5 de Maio

Conforme solicitado pelo secretário de Estado na reunião ocorrida em sete de abril, Silvestre Rebello remeteu-lhe uma sucinta carta relatando os eventos que culminaram na formação do Estado Monárquico Brasileiro e na emancipação política e administrativa em relação a Portugal. Anexou a esta carta endereçada a Adams o manifesto de seis de agosto de 1822, dirigido às nações amigas e assinado por D. Pedro I¹⁸⁵. Elaborado, sobretudo, por José Bonifácio, o *Manifesto às Nações Amigas*, de seis de agosto, tanto quanto *O Manifesto Dirigido à Nação Brasileira*, datado de primeiro de agosto, supostamente criado por

¹⁸¹ Receber Rebello, oficialmente, aceitando suas credenciais, significava reconhecer a independência do governo brasileiro.

¹⁸² REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Abril de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 62.

¹⁸³ Ibidem.

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ Ibidem. p. 73.

Gonçalves Ledo, podem ser considerados marcos no processo independentista brasileiro e, conforme apontou Emília Viotti da Costa, “*valem por manifestos de Independência*”¹⁸⁶. Enquanto o manifesto de Ledo Gonçalves destinava-se aos residentes do território do Brasil (e não nos interessa, por hora, em nossa análise), o outro, de seis de agosto, era uma declaração dirigida às nações amigas, na qual o “príncipe regente” expunha aos estados estrangeiros, com os quais o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves possuía relações amistosas, que desejava o Brasil preservá-las e justificava, a partir de então, a causa brasileira que culminara numa série de eventos, desde 1821. Uma narrativa histórica conduz o leitor a um passado colonial onde o jugo português sobre a colônia Brasil era demasiadamente pesado: injustiças ao *colono europeu* e ao *bravo indígena*, além de explorações econômicas ao território brasileiro teriam sido marcas dos três séculos de colonização portuguesa. Ainda assim, segundo o manifesto, o Brasil recebeu o monarca português D. João VI e a sua corte com “braços hospedeiros”. Coube a este monarca, retratado como benévolo “protetor”, promover “equidade” ao Brasil transformando-o em reino irmão de Portugal. Porém, vítima das ambições das Cortes Lisboetas, tanto quanto os brasileiros, D. João VI – segundo o documento – estava “aprisionado” no sentido político e sofria com as “maquinações” das Cortes Portuguesas, assim como o Reino do Brasil. Por fim, o Manifesto às Nações Amigas justificava a causa brasileira e pedia a amizade dos países estrangeiros:

[...] Os portos do Brasil continuarão a estar abertos a todas as Nações pacíficas e amigas para o comércio lícito que as Leis não proíbem: os Colonos Europeos que para aqui emigrarem poderão contar com a mais justa protecção neste Paiz rico e hospitaleiro. Os Sábios, os Artistas, os Capitalistas, e os Empreendedores encontrarão também amizade e acolhimento: E como o Brasil sabe respeitar os direitos dos outros Povos e Governos Legítimos[...]¹⁸⁷.

O manifesto em questão sintetizava em suas linhas duas dimensões do posicionamento político que era gestado no governo brasileiro: anunciava aos demais países a emancipação política do Império, ao negar as “sanções lisboetas” e, ao mesmo tempo, simbolizava o pacto do Imperador com os brasileiros perante o testemunho dos “outros” (Estados). Vale lembrar que tanto este manifesto de seis de agosto, destinado às nações amigas, quanto o manifesto de

¹⁸⁶ COSTA, E. V. Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil. Liberalismo: Teoria e Prática. In: **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 2007. p. 52.

¹⁸⁷ BRASIL. **Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos Governos, e Nações Amigas. (Manifesto de 6 de Agosto de 1822 às Nações Amigas)**. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1822.

primeiro de agosto, preconizavam um desejo independentista, porém, mantinham certa respeitabilidade pela figura do monarca português D. João VI¹⁸⁸.

Apesar de Silvestre Rebello ter enviado uma cópia deste documento datado de seis de agosto de 1822 conjuntamente com uma carta que explicava sucintamente o que se passava no Brasil, conforme solicitou Adams, isto não foi o bastante para conquistar o reconhecimento naquele momento. Segundo Raffaelli, novidades sobre o Brasil faziam o Governo estadunidense agir com cautela ao pensar no reconhecimento da independência brasileira. No primeiro dia do mês de maio, Adams teria escrito em suas memórias que informações oriundas da Europa levavam a crer que D. Pedro I planejava reunir-se novamente ao trono português. Adams acrescentava que também existia resistência ao governo imperial dentro do Brasil, portanto, o governo estadunidense decidiu, em outra reunião interna do Gabinete, adiar temporariamente o reconhecimento oficial de Silvestre Rebello¹⁸⁹.

Assim, pouco tempo depois, no dia cinco de maio, de volta ao Gabinete do Chefe do *Department of State*, o diplomata brasileiro recebeu a resposta de que não seria possível os EUA reconhecerem a independência brasileira naquele momento. Adams argumentou que não poderiam reconhecer a emancipação, pois o Brasil ainda não tinha uma constituição jurada; existia oposição interna ao poder de D. Pedro I (citou como exemplo os “conflitos” na província de Pernambuco) e o oficial da esquadra francesa no Brasil havia sido instruído a chamar o Imperador brasileiro pelo título de Príncipe Regente¹⁹⁰. Adams terminou a exposição dos motivos de não outorgarem ao Brasil *status de nação soberana* quando Rebello principiou argumentar em prol da causa brasileira.

A questão levantada por Adams sobre a nomenclatura dada a D. Pedro I era significativa, pois chamar o Imperador de “Príncipe Regente” – título que já possuía anteriormente – era negar a existência de um Império brasileiro e reconhecê-lo como membro do governo lusitano. Nesse ínterim, Silvestre Rebello argumentou que o Conde Gestas – agente diplomático francês – tratava D. Pedro por “S. M. I. com o respeito devido aos soberanos dos povos livres” e que, além do Conde Gestas, o governador-geral de Bengala, de passagem pelo Rio de Janeiro, saudou D. Pedro I pelo título de Imperador¹⁹¹. Sobre a alegação do Brasil não ter uma Constituição jurada, Silvestre Rebello escreveu tal argumento:

¹⁸⁸ COSTA, E. V. Op. Cit. p. 53

¹⁸⁹ RAFAELLI, M. **A Monarquia e a República**: Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Funag, 2006. p. 26

¹⁹⁰ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Abril de 1824. **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 88

¹⁹¹ RAFAELLI, M. Op. Cit. p. 89.

Este governo tem reconhecido como nações independentes às anteriormente colônias espanholas, as quais quase todas estão sem Constituição: no México, ainda não a há; no Rio da Prata, ainda se há de fazer; em Chile, ainda não está acabada; e o que é mais notável, o Peru ainda não é uma nação, pois que lá está, e muito bem postado, um exército espanhol e, contudo, já é uma nação independente para este governo¹⁹².

Depois de salientar os casos na América hispânica¹⁹³ e responder que um projeto de constituição estava prestes a ser firmado no Império Brasileiro, Silvestre Rebello prosseguiu falando sobre a questão que envolvia a província de Pernambuco e suas “sedições”:

Enquanto à bulha em Pernambuco, ela é simplesmente pessoal; se S. M. o Imperador tivesse nomeado presidente o homem que lá se tinha apossado do governo, estaria esta província em paz, como estão as outras; mas ele é mau homem e há de largar o posto: o governo do Brasil tem meios de o chamar à ordem¹⁹⁴.

Referia-se o diplomata aos eventos protagonizados por Manuel de Carvalho Pais de Andrade que, desde outubro de 1823, assumira o posto de presidente da província pernambucana. Sobre tal fato, o historiador oitocentista, Francisco Adolfo Varnhagen narrou que em meados de setembro de 1823, o então presidente Afonso de Albuquerque Maranhão foi destituído do cargo que ocupava na província, sendo que, no mês que se seguira, uma junta provisória foi instaurada e Carvalho Pais de Andrade elevado ao posto de presidente¹⁹⁵. A suposta *questão pessoal* levantada por Rebello relacionava-se, provavelmente, ao desprestígio que Carvalho Pais de Andrade possuía na Corte do Rio de Janeiro e aos acontecimentos que se desenrolavam no Pernambuco: Francisco Pais Barreto havia sido nomeado oficialmente pelo Imperador ao cargo de presidente, mas a ordem não foi acatada e uma sublevação emergira

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ O governo portenho tivera a independência anunciada em 1816 e os Estados Unidos a reconheceram em 1823, sendo a primeira constituição da Argentina firmada apenas em 1826; no que diz respeito ao México, a primeira constituição é de 1824, porém a independência se deu factualmente em 1821; o Chile teve duas “constituições provisórias” em 1818 e 1822, até firmar a primeira constituição “acabada” no ano de 1826, ainda assim, o governo estadunidense o reconheceu em 1823. Por fim, no que tange ao Peru, sabemos que San Martín declarou a emancipação política peruana em 1821. Factualmente, a independência do Peru se deu em 1821, porém, os conflitos se estenderam entre pró-independência e opositoristas. Só em 1826, os Estados Unidos reconheceram oficialmente àquele país (provavelmente, Rebello sabia de algum elemento que ligava politicamente os Estados Unidos ao Peru, ainda que o reconhecimento oficial da independência do Peru pelos Estados Unidos tenha sido dado em 1826). Nesse ínterim, Olga Pantaleão escreveu que o governo de James Monroe decidiu, em 1822, enviar agentes diplomáticos para Buenos Aires, Peru, Colômbia e México. Cf. O Reconhecimento do Império. In: Holanda, S. B. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v. III, 1965, p. 368.

¹⁹⁴ RAFFAELI, M. Op. Cit. p. 88.

mais uma vez na província. Sobre a temática, o historiador Flávio José Gomes Cabral explicou que a questão envolvendo o presidente da Junta centrava-se na “indiferença” deste ao lugar de onde emanaria o poder central (Rio de Janeiro ou Lisboa) e ao questionamento da autonomia que a província possuía: posicionamento este que teria repercutido na Corte no Rio de Janeiro como um ato de rebeldia¹⁹⁶.

O inglês John Armitage, na década de 1830, ao escrever sobre os acontecimentos que deflagraram na Confederação do Equador, argumentou que “desde a época em que os antigos pernambucanos haviam expulsado os holandeses no século XVII, os habitantes de Pernambuco haviam-se feito célebres pelo seu espírito turbulento e democrático”¹⁹⁷. Para além da concepção de Armitage, compreende-se que um complexo cenário político se engendrava, cheio de meandros e nuances na província do Pernambuco, antes mesmo da criação do Império e, apesar do argumento pontual alegado por Rebello relacionar diretamente os eventos que eclodiam no Recife, uma complexa conjuntura política permeava os fatos que reverberavam em Pernambuco e iam além de uma suposta “rixa pessoal”. Nesse ínterim, sobre estas inquietações que culminaram na Confederação do Equador, um apontamento trazido por Evaldo Cabral de Melo, no livro *A Outra Independência*, é a noção político-cultural desenvolvida em Pernambuco desde à experiência da guerra holandesa – que teria contribuído para o desenrolar das movimentações políticas entre 1817 e 1824¹⁹⁸. Assim, apesar de não pensarmos em um “ethos” político que acompanhara ao longo do tempo os pernambucanos, compreendemos que há evocações e influências de um passado político de curto, médio e longo prazo.

Em 1824, os rebeldes amparados, sobretudo, pela figura do presidente Carvalho Pais de Andrade, traduziam, através da resistência à Corte Carioca, as insatisfações com a centralização de poder e a ausência de autonomia política e econômica na província. Os ideais “republicanos e democráticos” de Carvalho Pais de Andrade evocavam algum desconforto ao

¹⁹⁵ VARNHAGEN, F. A. **História Geral do Brasil**: Antes de sua separação e Independência de Portugal. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 7ª Edição, 1962. p. 301 et. seq.

¹⁹⁶ CABRAL, J. F. **Conversas Reservadas**: “Vozes Públicas”, Conflitos Políticos e Rebeliões em Pernambuco no Tempo da Independência do Brasil. Tese de Doutorado, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2008, p. 217. / Nesse sentido, Denis Antônio de Mendonça Bernardes, em sua tese de doutoramento que, posteriormente, deu origem ao livro “O patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822”; trouxe, também, apontamentos sobre as tensões políticas em Pernambuco; analisando entre outros, especificidades das juntas organizadas em Pernambuco, a província pernambucana entre as Cortes Lisboaetas e os movimentos independentistas na Corte do Rio de Janeiro. In: BERNARDES, D. A. M. **O Patriotismo Constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Recife: UFPE, 2006.

¹⁹⁷ Ibidem. p. 98.

¹⁹⁸ MELLO, E. C. **A Outra Independência**: O Federalismo Pernambuco de 1817 a 1824. MELLO, E. C. **A Outra Independência**: O Federalismo Pernambuco de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

Governo Imperial instaurado no Rio de Janeiro e, a partir desta perspectiva, é possível compreender a “rixa pessoal” alegada por Rebello. Ainda assim, a situação em Pernambuco era efetivamente mais complexa do que Rebello expusera ao secretário de Estado Adams¹⁹⁹.

Quando o diplomata Rebello terminou de relatar os fatos e calou-se, a palavra foi retomada por Quincy Adams:

Todas essas razões foram atendidas e meditadas – me contestou –, mas há uma mais forte que todas elas e que seriamente nos deve embarçar de reconhecer o Brasil como independente. Comunica-se-nos de Lisboa que o seu Príncipe Regente se empenha em reunir o Brasil a Portugal outra vez; e bem vê que fariamos mau papel reconhecendo uma nação que não há de durar²⁰⁰.

“Não, senhor”, teria Rebello respondido abanando a cabeça. Prosseguiu então, mais uma vez, argumentando em defesa do novo governo que se engendrara no Rio de Janeiro e, no que se referia à alegação de se unir, outra vez, à antiga metrópole, o diplomata brasileiro salientou que não havia nenhuma possibilidade de se somar outra vez o Brasil ao Reino Português, devido às “ambições” dos lisboetas²⁰¹ que, supostamente, buscavam transformar o Brasil em colônia outra vez.

Ao final da conversa, Quincy Adams teria falado que em momento oportuno os Estados Unidos reconheceriam a Independência brasileira e que, provavelmente, isto ocorreria em menos de um mês, dependendo das informações que recebessem. A conferência do dia cinco de maio se encerrara, mas as negociações do reconhecimento do Império brasileiro estavam ainda em aberto.

O Reconhecimento

Vendo que não recebia respostas, remeteu Rebello uma nova nota diplomática a Adams, no dia dezessete de maio. O que Rebello não sabia é que em conversa interna, cinco dias antes (no dia doze daquele mesmo mês), Adams e Monroe haviam discutido em reunião sobre a questão brasileira, tendo decidido que o governo estadunidense reconheceria a causa brasileira. Ainda assim, Adams sugeriu, nesta reunião, que novas indagações acerca da

¹⁹⁹ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Abril de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 88

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ REBELLO, J. S. Op. Cit. P. 88.

questão do tráfico de escravos no Brasil fossem feitas ao diplomata antes de o presidente Monroe recebê-lo oficialmente²⁰². Após a ciência da nota de Rebello, do dia dezessete, Adams respondeu-lhe convidando-o para uma nova conferência a ser realizada no dia 24.

Novamente, o diplomata Rebello encontrava-se reunido com o Secretário de Estado Adams. O chefe do *Department of State* em Washington indagou por quais caminhos andava a questão do tráfico de escravos no Brasil: “Como comissário juiz da comissão mista, saberá dizer-me em que estado se acha o comércio da escravatura no Brasil e que ideias tinha o governo sobre os tratados que existem entre o antigo governo e as diferentes nações²⁰³”. Rebello teria dado um “panorama” do que acontecia no Brasil em relação a esse comércio:

– O comércio da escravatura – respondi – está como o limitou o último tratado entre Inglaterra e o antigo governo, isto é, não exportamos [*sic*] escravos senão dos estabelecimentos portugueses n’África. Enquanto aos tratados, serão preenchidos escrupulosamente na parte que se refere ao Brasil; assim se imprimiu no manifesto às nações, de 6 de agosto de 1822, que lhe mandei. Abriu, então, o manifesto, que estava sobre a mesa, e mostrei-lhe no fim as palavras pelas quais o governo do Brasil se comprometeu a assim o fazer²⁰⁴.

Note que Silvestre Rebello citou um comércio transatlântico de escravos que teoricamente acontecia apenas com as possessões portuguesas na África. Esta era uma referência de Silvestre Rebello a opção imperial de manter-se fiel – pelo menos em princípio – aos pressupostos do acordo travado entre a Inglaterra e Portugal, em 1815, que restringiu o comércio transatlântico de escravos. O diplomata brasileiro, no que tange a visão do Imperador em torno do comércio de escravos, hipoteticamente arrazoou:

[...] S. M. o Imperador conhece que é um mal, mas já o achou feito e não é moléstia a curar repentinamente; no país, há homens que o desejam ver exterminado, mas há muitos que só olham para o interesse do momento e, para com estes, é preciso ter atenções; é uma lei nova, que só a Assembleia pode fazer. As ideias do governo tendem para a abolição e eu estou autorizado para assim o assegurar a este governo [...] ²⁰⁵.

Quando José Silvestre Rebello falou que no Brasil existiam homens contrários à escravidão, possivelmente referia-se a um grupo de homens que tinham ideais políticos mais

²⁰² RAFAELLI *apud* ADAMS. In: **A Monarquia e a República: Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Funag, 2006.

²⁰³ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Maio de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 91.

²⁰⁴ *Ibidem*. p. 91.

²⁰⁵ REBELLO, J. S. Op. Cit. p. 91.

pungentes e menos conservadores. Neste grupo, entre outros, incluíam-se José Bonifácio, Maciel da Costa, Bularmaque e José Elói Pessoa da Silva²⁰⁶. Por outro lado, a “sociedade brasileira” tinha nos seus alicerces – seja cultural, social ou econômico – o sistema escravista e, para historiadores como Emília Viotti Costa, István Jancsó e João Paulo Pimenta, a manutenção da economia baseada no escravismo era a pauta de setores econômicos do Brasil que apoiaram a centralidade do Governo do Rio de Janeiro²⁰⁷. Eram estas as elites econômicas a que referia-se o diplomata, ao dizer que o Imperador devia dá-las “atenção”. Outro ponto relevante é que, na arguição, Silvestre Rebello retira das mãos do Imperador o poder de decisão sobre a questão escravista e transfere a responsabilidade para a Assembleia – que havia sido dissolvida em 1823 –, contudo, esta alegação não era infundada, já que a Constituição que estava sendo gestada no Brasil outorgava a Assembleia, pelo menos em princípio, poderes para a criação de leis²⁰⁸.

Para além desse complexo emaranhado de eventos, concepções, projeções e ações que culminaram nas configurações políticas brasileiras na década de 1820, o comércio transatlântico de escravos entre Brasil e África reverberava para além do seu território e permanecia como um tema em discussão no cenário político internacional. Fazendo coro com a Inglaterra, os Estados Unidos da América, ainda que de modo mais ameno e sutil, questionavam, naquele momento, as visões do Imperador sobre a questão do tráfico. No diálogo supracitado, Adams não questionava o fato de existir um Império Brasileiro que tivesse nas bases econômicas um elo escravista, mas, sim, a estrutura do tráfico de escravos. Adams questionava as práticas econômicas brasileiras relacionadas ao comércio transatlântico de escravos mais do que a condição de sociedade escravagista que se configurava no Brasil naquela época. As concepções liberais do governo estadunidense, traduzidas por Adams, apresentavam limites e contradições ao materializarem-se através do questionamento feito ao diplomata brasileiro, de modo que, embora ele indagasse a relação do Brasil com o comércio transatlântico de escravos africanos, é preciso ressaltar que navios com bandeiras

²⁰⁶ Apesar deste grupo mostrar alguma tendência a favor do fim da escravidão, para Emília Viotti Costa, estes mesmos não ousavam fazer proposições drásticas sobre o fim deste comércio, inclusive José Bonifácio. Cf: COSTA, E. V. Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil. Liberalismo: Teoria e Prática. In: **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 2007. p.276 et. seq.

²⁰⁷ JANCÓS, I. PIMENTA, J. P. G. Peças de um Mosaico Ou Apontamentos para o Estudo da Emergência da Identidade Nacional Brasileira. In: MOTA, C. G. (org.). **Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira 1500 - 2000**. São Paulo: Senac, 2000.

²⁰⁸ ARMITAGE, J. **História do Brasil**: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos. Belo Horizonte/São Paulo: (1ª ed. 1831), Ed. Itatiaia/EDUSP, 1981. p. 88.

estadunidenses²⁰⁹ alimentavam o tráfico ilegal de escravos na costa brasileira nas primeiras décadas do século XIX²¹⁰. Além disso, os Estados Unidos, na primeira metade do século XIX, possuíam uma economia agrícola baseada no trabalho escravo, especialmente nos estados do sul. De todo modo, os dois representantes políticos prosseguiram o diálogo sobre a situação escravista no Brasil. Falaram sobre a proporção das duas cores (brancos e negros) no Brasil e os números da importação de escravo naquele ano – que Silvestre Rebello estimava em cerca de 6 a 8 mil cativos. Encerrava-se a reunião do dia 24 e o diplomata brasileiro continuava sem saber quando seria recebido pelo presidente.

Vale ressaltar que, por volta da época desta reunião, o diplomata Rebello participou de um jantar com dois senadores e dois deputados estadunidenses. Na ocasião, um dos políticos estadunidenses teria feito a seguinte saudação: “prosperidade ao Imperador do Brasil, por haver dado aos brasileiros uma Constituição bastante liberal”. O encarregado de negócios do Brasil agradeceu a gentileza e propôs outra saudação: “prosperidade ao governo e po[vo] dos Estados Unidos debaixo da sua presente Constit[u]ição²¹¹”. Por meio deste relato, sabemos que em menos de dois meses, as reverberações da Constituição promulgada em 23 de março de 1824 já haviam chegado aos Estados Unidos e tal fato foi interpretado por alguns políticos estadunidenses – pelo menos na retórica das relações externas – como um pacto constitucional de cunho liberal. Sobre esta Constituição brasileira, o historiador inglês John Armitage – que não fazia parte de uma tradição historiográfica nacionalista que exaltou os feitos Império – também interpretou que este documento constitucional era, pelo menos em princípio, pautado em configurações liberais²¹².

As notícias do firmamento de uma constituição no Brasil pode ter sido pesada na questão do reconhecimento da independência brasileira nos Estados Unidos; de todo modo, certo é que dois dias depois da reunião entre Adams e Rebello, o brasileiro foi convocado para

²⁰⁹ Importante dizer que ter bandeiras estadunidenses não implicava em ter aval do governo dos Estados Unidos; todavia, essas bandeiras poderiam evidenciar a presença de indivíduos que respondessem como cidadãos daquela nação num comércio que “teoricamente” era repudiado oficialmente pelos EUA.

²¹⁰ CRIBELLI, T. O Império das Palmeiras: Os Estados Unidos descobrem o Império brasileiro. In: MARTINS, A. C. I.; SOCHACZEWSKI, M. (Orgs.). **As Descobertas do Brasil: O olhar do Estrangeiro na Construção da Imagem do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 2014. p. 76 et. seq.

²¹¹ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Maio de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 93.

²¹² ARMITAGE, J. **História do Brasil**: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, (1ª ed. 1831), 1981. p. 88.

comparecer ao palácio do presidente Monroe²¹³. Outorgou-se, então, no dia 26 de maio de 1824, o reconhecimento do Império brasileiro por parte do Governo Central de Washington.

Uma Noite Iluminada

Sobre as circunstâncias estadunidenses que culminaram no reconhecimento da Independência Brasileira dado pelo governo de Washington, o historiador Oliveira Lima ponderou que os EUA e o Brasil, desde os primeiros anos do governo de D. Pedro I, tiveram uma “*entente cordiale*” e que a organização monárquica do Estado Imperial Brasileiro nunca foi um empecilho ao governo estadunidense. Sobre o fato, Oliveira Lima escreveu:

Os Estados Unidos não levaram a mal que o Brazil se tornasse independente sob a forma monarchica, mesmo porque a nossa monarchia não pretendeu fazer causa comum com as européas no sentido reaccionario e antes adheriu expressamente ao << systema americano >> que pode comportar variantes [...] A monarchia foi a fórmula da coesão nacional [...] o seu espirito era e se queria que fosse genuinamente constitucional [...] o Brasil deu mostra de querer desviar-se um quasi nada da rota marcada pela doutrina de Monroe, mas não passou de uma nuvem no horizonte internacional.²¹⁴

Assim, para Oliveira Lima, o advento de 26 de maio de 1824 – que conferimos no subitem anterior – estaria associado a uma suposta interpretação estadunidense de que a constitucionalidade do governo representativo brasileiro – mesmo sendo monárquico – estava em consonância com a “novidade” política que se engendrava nas Américas. Nesse sentido, concordamos com a visão de Oliveira Lima sobre esse assunto com ressalvas: se num primeiro momento o fato de a conquista do reconhecimento do Brasil por parte dos EUA indica uma *entente cordiale*, a posteriori, nos anos subseqüentes, ainda no Primeiro Reinado, há indícios de que havia algum desconforto – senão do governo, mas de cidadãos estadunidenses – em relação ao Império brasileiro. As empreitadas de navios e cidadãos estadunidenses fazendo curso aos navios brasileiros na Guerra da Cisplatina; apoiando as revoltas em Pernambuco e possivelmente dando algum subsídio as dezenas de homens que fugiram de Pernambuco para os EUA – depois de finda a Confederação do Equador –, entre

²¹³ Rebello diz que foi ao palácio do presidente – muito provavelmente refere-se à “President’s House” (Sede do poder executivo e, residência presidencial desde o governo de John Adams). O diplomata que, provavelmente estava habituado com a pompa da Corte Joanina e os resquícios desta nos primeiros anos do governo de Pedro I, estranhou a *simplicidade da vestimenta* do presidente James Monroe. Cf. REBELLO, J. S. Ofício 26 de Maio de 1824. **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009, p. 94

²¹⁴ LIMA, M. A. O. **O Império Brasileiro: 1822 = 1889**. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Comp. Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog irmãos incorporada), 1922. p. 210.

outros, indicam que a *entente cordiale* entre Brasil e os Estados Unidos apresentava limites que geraram tensões entre ambos os países.

Naquele mesmo dia, Rebello escreveu ao Governo Brasileiro relatando as “boas novas”. Quando as notícias do reconhecimento chegaram ao Brasil, fogos de artifício iluminaram a noite no Rio de Janeiro em comemoração ao reconhecimento estadunidense. O advento foi comemorado em diversas localidades²¹⁵. Segundo Moniz Bandeira, logo que se anunciou a notícia no Brasil, “houve iluminação na cidade e salva de cem tiros de canhão para comemorar o acontecimento”²¹⁶.

Dias depois da notícia oficial do reconhecimento chegar ao Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1824²¹⁷, uma carta circular - emitida pela Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e assinada por Antônio Teles da Silva - foi enviada a representantes brasileiros em outros países: Felisberto Caldeira Brant Pontes²¹⁸, que estava em Londres, Manoel Roiz Gameiro Pessoa²¹⁹, também em Londres, e Domingos Borges de Barros²²⁰, na cidade de Paris. O documento relatava e comemorava o reconhecimento da Independência brasileira conquistado nos EUA por Silvestre Rebello. O ministro Luís José de Carvalho e Mello também mandou publicar a notícia do reconhecimento no jornal O Spectador. Por volta de três meses após James Monroe receber Silvestre Rebello oficialmente como diplomata do Brasil, O Spectador, periódico pró-império, publicou na edição de 30 de agosto de 1824²²¹ não só a nota oficial remetida à Luis José de Carvalho e Melo, informando o reconhecimento concedido pelos EUA, como também uma matéria referente ao assunto publicada no periódico

²¹⁵ SANTOS, L. C. V. G. **O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. p. 35 et. seq.

²¹⁶ BANDEIRA, L. A. M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 57

²¹⁷ SILVA, A. T. Circular. 29 de Agosto de 1824. **Cadernos do CHDD**. Fundação Alexandre de Gusmão/ Centro de História e Documentação Diplomática. Rio de Janeiro, v. 4, 1826, p. 28.

²¹⁸ Futuro Marquês de Barbacena, Brant Pontes, nasceu no Brasil, porém, no período joanino foi tenente-coronel do exército português. Possuía grandes extensões de terra no Brasil e foi representante diplomático do governo de D. Pedro I no Primeiro Império In: MACAULAY, N. **Dom Pedro: A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal 1798 – 1834**. Rio de Janeiro, Record, 1993. p. 32, 265, 271, 273.

²¹⁹ Natural da Bahia, Gameiro Pessoa foi secretário da delegação portuguesa no Congresso de Viena; depois foi secretário da legação portuguesa em Paris. Foi em 12 de agosto de 1822, por despacho de José Bonifácio, designado ao cargo de representante brasileiro em Paris. Posteriormente, serviu como representante brasileiro em Londres. Tornou-se barão e, posteriormente, Visconde de Itabaiana. In: LYRA, H. **História Diplomática e Política Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1941. p. 13

²²⁰ Domingos de Borges de Barros, futuro Barão e Visconde da Pedra Branca, era filho de grandes proprietários de terras e nasceu na Bahia. Completou seus estudos em Coimbra e, no final do período joanino, tinha sido deputado do Brasil nas Cortes que haviam se reunido em Lisboa. In: LYRA, H. Op. Cit, p. 46 e 47.

²²¹ O Reconhecimento da Independência do Império do Brasil pelos Estados Unidos. **O Spectador Brasileiro**. 30 de agosto de 1824. Rio de Janeiro, 1824.

estadunidense *Daily National Intelligencer*, no dia 28 de maio de 1824 (dois dias depois da reunião entre Rebello e Monroe).

Apesar das comemorações e repercussões no Brasil, a manchete supracitada do jornal *O Spectador* trouxera à tona os limites dos significados daquele reconhecimento para o governo brasileiro. Num pequeno texto anônimo publicado na mesma edição, o periódico reiterou a relevância desse reconhecimento para o Brasil, ressaltando o valor deste acontecimento na busca por outros reconhecimentos – no caso, pela Inglaterra e por Portugal. A visão dos editores do periódico coincide com o apontamento feito pela historiadora Olga Pantaleão, afinal, para a pesquisadora, apesar de o governo central de Washington ter sido o primeiro a reconhecer o Império, o que mais se desejava no Brasil era a aceitação das potências europeias²²². Pantaleão analisou rapidamente o impacto na Corte do Rio deste acontecimento e concluiu que o reconhecimento estadunidense não foi recebido com o mesmo entusiasmo com que foram recebidos os reconhecimentos das potências europeias, principalmente o inglês.

Assim sendo, Pantaleão entendeu uma perspectiva consonante entre outros autores que entenderam o evento de 26 de maio de 1824 como pouco significativo, passando, muitas vezes, ao largo do evento e de suas implicações. Um exemplo disso seria a obra “História Diplomática do Brasil: o reconhecimento do Império”, do diplomata e historiador Oliveira Lima. No Livro, o autor teceu uma narrativa cheia de nuances sobre o reconhecimento político do Império brasileiro por parte de estados estrangeiros; todavia Oliveira Lima, ao abordar o tema, simplesmente desconsiderou o reconhecimento dado pelo governo estadunidense. Nas mais de 350 páginas deste compêndio, dedicou-se o autor a abordar, principalmente, o reconhecimento político do Brasil dado pelo governo britânico e, num segundo plano, o reconhecimento português – ainda assim, desdobrou aspectos dos reconhecimentos advindos de outras potências europeias, como no caso da Áustria, França e Prússia. O autor ainda analisou o reconhecimento da Independência brasileira dado pelas repúblicas hispano-americanas; contudo, não fez menções ao reconhecimento do Império Brasileiro pelos EUA²²³. Embora o reconhecimento das grandes potências europeias fosse mais esperado na época e, ao longo do tempo, mais valorizado por uma tradição historiográfica, existiu um

²²² Texto publicado na coleção História da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico. Cf. PANTALEÃO, O. O Reconhecimento do Império. In: Holanda, S. B. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v. III, 1965. p. 338.

²²³ LIMA, M. A. O. **História Diplomática do Brasil: O Reconhecimento do Império**. Rio de Janeiro; Paris: Garnier, Livreiro Editor, 1901.

impacto e significado do reconhecimento estadunidense na política interna e externa brasileira neste período, que não pode ser ignorado.

O Oficial da Ordem do Cruzeiro

Talvez Rebello não imaginasse, mas, seu nome seria atrelado ao fato de ter sido o primeiro diplomata brasileiro a conquistar um reconhecimento externo. Além ter entrado para a “memória nacional”, mesmo que discretamente, obteve o diplomata brasileiro alguns benefícios, inclusive uma ordem honorífica.

Encontrava-se em fins do mês de maio de 1824 e sua primeira missão na América do Norte havia se concretizado de forma exitosa. Sobre a atuação do diplomata nesta missão diplomática, Hildebrando Aciolly em “O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América” escreveu:

[...] pode-se dizer sem injustiça que a tarefa de Silvestre Rebello não foi difícil [...] sem dúvida coube-lhe o mérito de afastar com certa habilidade, alguns ligeiros estorvos, nos quais teria, talvez, tropeçado outrem, menos esperto. A maneira como fez valer a adesão do Brasil à doutrina de Monroe também terá o ajudado na missão. É incontestável, porém, que o êxito desta já se achava de antemão assegurado, pela boa vontade dos Estados Unidos²²⁴.

O historiador Hélio Viana fez postulações muito próximas as de Accioly acerca desta primeira missão diplomática e, sobre o episódio do reconhecimento da Independência, escreveu: “Não encontrou dificuldades para obtê-lo do governo do presidente Monroe o encarregado de negócios José Silvestre Rebello”²²⁵. De todo modo, ainda que, na Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros, o esperado fosse rapidez em relação ao reconhecimento pelo governo de Washington, não se sabia se as expectativas brasileiras se concretizariam, de fato, e quanto tempo esse reconhecimento almejado levaria. Assim, o diplomata lidou com dois fatores de tensão: a incerteza perante o futuro e as expectativas que seus superiores faziam em relação ao seu trabalho nos Estados Unidos no que concerne o reconhecimento do Império recém independentizado.

Apesar de os autores supracitados terem, em alguma medida, desprezado o peso das ações do diplomata na conjuntura do advento, o governo Imperial encarou de outro modo: no

²²⁴ ACIOLLY, H. **O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945, p. 178.

²²⁵ Cf. VIANNA, H. **História Diplomática do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, [19—?], p. 173.

despacho de 25 de agosto 1824, o ministro Carvalho e Melo relatou a satisfação do Imperador com o trabalho realizado nos Estados Unidos; além disso, anunciou que se nomearia alguém para a função de secretário²²⁶ de Rebello na Legação Brasileira em Washington. Também foi noticiado que o ordenado de Rebello passaria de *dois mil contos de réis* para *quatro mil contos de réis*²²⁷. No mês seguinte, em outro despacho, o ministro Carvalho e Melo voltou a elogiar o trabalho que vinha sendo desenvolvido por Rebello:

E depois de significar a V. Mce., por ordem de S. M. I., o quanto o mesmo senhor está satisfeito pela maneira zelosa e prestante com que V. Mce. tem desempenhado a sua importante comissão, dando o mais exato cumprimento às suas instruções, tenho igualmente por mui lisonjeira esta ocasião de manifestar-lhe a minha particular satisfação²²⁸.

Em meados de janeiro de 1825, o diplomata foi agraciado com a insígnia de Oficial da Ordem do Cruzeiro – ordem honorífica criada nos primórdios do Império brasileiro²²⁹. Vale ressaltar que as negociações desta missão aconteceram a partir de Washington, o que fez de Rebello o porta voz e intermediador do governo de D. Pedro I. Em outros momentos, também houve negociações entre estes dois governos que se deram a partir do Rio de Janeiro, sobretudo as concernentes ao Tratado de Comércio e Amizade, firmado em 1828; assim, nestas negociações que ocorreram na capital do Brasil, o diplomata Rebello, obviamente, ocupou um papel de menor destaque. Assim sendo, a primeira missão de Silvestre Rebello havia terminado por volta de maio de 1824, porém, novos desafios e trabalhos desenrolar-se-iam ao longo dos próximos meses.

2.2 Brigues e fragatas: negócios e negociações (1824 - 1826)

A Linha Costeira do Brasil

²²⁶ Foi indicado o nome de Isidoro da Costa e Oliveira para a função de secretário da Legação Brasileira nos Estados Unidos. Ele tinha por função auxiliar Rebello nos trabalhos administrativos e burocráticos, sendo que, na ausência de Rebello, era o secretário quem escrevia ofícios à Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros.

²²⁷ VIANNA, H. Op. Cit. p. 72.

²²⁸ MELO, J. C. Despacho, 13 de setembro de 1824. **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 39.

²²⁹ Brasil. Códice 1825. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). **Ordenação Honorífica da Ordem do Cruzeiro de Silvestre Rebello**. 22 de Janeiro de 1825.

O mar ocupava um lugar central na sociedade brasileira na primeira metade do século XIX, na vida cultural, econômica e política no conglomerado de províncias que, aos poucos, sedimentaram o Império brasileiro²³⁰. Naquela época, as grandes concentrações demográficas e principais centros econômicos e políticos localizavam-se a beira-mar. Assim, ocupar o mar de modo belicoso era uma das pautas e bases do recém constituído Império brasileiro.

Estima-se que a linha costeira do Brasil, somada à uruguaia (antiga província da Cisplatina), ultrapassasse os 8.000 quilômetros; possivelmente, era este o tamanho da costa marítima do Império brasileiro à época de sua emancipação²³¹. Naqueles primeiros anos do governo de D. Pedro I, a frota naval brasileira contava com cerca de vinte embarcações bélicas²³². Segundo Silvana Cassab Jeha, foi criada uma força naval no Brasil em fins de 1822 e foram destinados 13% dos recursos imperiais para tal armada²³³. Parte deste orçamento naval do Brasil foi injetado na construção de embarcações de guerra nos Estados Unidos. Lê-se, em despacho escrito pelo Ministro Luís José de Carvalho e Mello, a 19ª instrução dada a Rebello:

19º Resolvendo S. M. I. comprar algumas fragatas, enviará para esse fim aos Estados Unidos um oficial de marinha inteligente, o qual receberá as respectivas instruções pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Quando este oficial partir, V. Mee. usará da sua cooperação e obrará com ele conjuntamente, segundo o ofício que, nessa ocasião, também se lhe há de dirigir para seu regulamento²³⁴.

Assim, um dos trabalhos do diplomata, naquele momento, era adquirir embarcações para o Brasil.

Pisando um Pé de Neve

²³⁰ Compreende-se, aqui, “províncias que aos poucos sedimentaram” o Brasil, por conceber que no processo de organização política do Império, a adesão ao novo governo não se deu de forma uníssona e ao mesmo “tempo”, afinal, às vezes, levavam-se meses para as informações chegarem e ainda existiram os conflitos como no caso da Província da Cisplatina, Província da Bahia ou da Província de Grão-Pará.

²³¹ Em menos de dois séculos que nos separam daquela época, não ocorreram mudanças geológicas significativas e o nível do mar não foi alterado substancialmente.

²³² Informação estipulada por Silvestre Rebello. Cf. REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Março de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p 225.

²³³ JEHA, S. C. **A Galera Heterogênea**: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil (1822- 1854). Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Rio de Janeiro, 2011. p. 40.

²³⁴ MELO, J. C. Despacho, 31 de janeiro de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009, p. 23.

Em fins de 1824 e começo de 1825, Silvestre Rebello retornou a Baltimore “pisando um pé de neve”, graças ao rigoroso inverno²³⁵ que acometeu o norte dos Estados Unidos. A viagem teria por finalidade negociar a aquisição de fragatas para o Governo Imperial. Era o primeiro inverno do diplomata brasileiro nos Estados Unidos e, nos meses que se seguiram, ficou com a saúde bastante debilitada. Em fevereiro de 1825, escreveu: “Desde que principiou o inverno que vivo doente e há três semanas tenho suportado dois ataques mortais [...] se passar aqui outro inverno creio que a mais extraordinária variedade de clima me matará”²³⁶. Em março, conjuntamente às moléstias do frio, contou que um “tumor” rebentou entre “as raízes da língua e as goelas” e temeroso da morte, escreveu um testamento²³⁷. Possivelmente as viagens que realizou para Baltimore e Nova Iorque durante o inverno contribuíram para a “indisposição” que o acometeu. A saúde estava debilitada, mas, ao menos com as viagens, o diplomata havia concretizado uma das solicitações feitas quando partiu do Brasil: firmou um acordo de construção de duas fragatas com o rico construtor de navios Henry Eckford²³⁸.

Ficou acertado entre o diplomata brasileiro e o construtor Eckford – que foi, por volta de 1815 a meados da década de 1820, o principal empreendedor da construção marítima nos Estados Unidos – que as fragatas seriam feitas em dois locais diferentes: a embarcação que futuramente ganhou o nome de *Izabel* seria forjada no estaleiro de Nova Iorque e a outra, que haveria de receber a alcunha de *Príncipe Imperial*, foi concebida no estaleiro de Baltimore. A compra destes navios nos EUA pelo governo brasileiro estava prevista pelo menos desde o início de 1824²³⁹, porém, na documentação consultada, o tema das fragatas retornou à tona apenas nos fins daquele mesmo ano.

Nesse ínterim, sabe-se por meio de um despacho emitido em setembro que Silvestre Rebello correspondia-se com a Secretaria de Estado de Negócios da Marinha acerca da compra das tais embarcações. Neste despacho, o Ministro Luís José de Carvalho Melo instava ao diplomata brasileiro que deveria seguir as instruções dadas pela

²³⁵ As constantes referências as condições climáticas são marcas dos relatos de Rebello. REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Janeiro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 205.

²³⁶ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de fevereiro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 217.

²³⁷ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Março de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 220.

²³⁸ Henry Eckford, nasceu na Escócia em 1775, na mocidade foi para os Estados Unidos e fez fortuna na área de construção de navios. Segundo Silvestre Rebello, Henry Eckford possuía uma fortuna de pelo menos 500.000 “pesos” (dólares americanos) – valor expressivo para aquela época. Cf. REBELLO, J. S. Ofício, 28 de outubro de 1826. **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 391.

²³⁹ MELO, L. J. Despacho, 31 de Janeiro de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 17.

“repartição da Marinha”²⁴⁰. No dia treze de setembro de 1824 foram expedidas ordens para o diplomata brasileiro comprar duas fragatas – de 48 a 50 peças²⁴¹ – e, caso não as encontrasse prontas, elas deveriam ser construídas. Posteriormente, também deveria negociar a construção de outras quatro embarcações²⁴². Esta missão englobou trabalhos de duas secretarias do governo de D. Pedro I: a Secretaria Estado de Negócios Estrangeiros e a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha.

Como a feitura das embarcações estava imbricado a uma aquisição que era da alçada da Marinha Imperial, o Visconde de Paranaguá²⁴³, ministro responsável por esta pasta, enviou dois de seus subordinados aos Estados Unidos para fiscalizarem a construção das fragatas que, por sua vez, seriam supervisionados pelo diplomata Silvestre Rebello²⁴⁴. Foram sobretudo estas responsabilidades referentes às construções de tais fragatas, que supostamente teriam mobilizado as viagens feitas pelo diplomata durante a estação climática mais fria do ano.

Depois do Inverno

No começo de dezembro de 1824, alguns dias antes do começo do inverno, chegaram aos Estados Unidos o tenente José Joaquim Faustino e o carpinteiro José Rodrigues Bairão, funcionários da Marinha Brasileira, incumbidos de fiscalizar a construção das fragatas imperais²⁴⁵. Apesar de terem chegado em dezembro aos EUA, o contrato de construção dos navios firmado entre o diplomata Rebello, representando o Governo do Brasil, e Henry Eckford, que respondia pela *Life & Fire Insurance Company*, é datado de trinta de janeiro de 1825 e as obras só iniciariam quando o inverno acabasse.

As atividades relacionadas à confecção das embarcações pela *Life & Fire Ins. Co.* estavam previstas para se iniciarem por volta de julho, supostamente porque, naquela época, os afazeres ao ar livre estavam à mercê das variações climáticas, não só por conta

²⁴⁰ MELO, L. J. Despacho, 15 de setembro de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 40.

²⁴¹ As fragatas eram navios de Guerra com três mastros uma bateria de canhões e as outras áreas destinadas ao uso de armamentos “rápidos”.

²⁴² BARBOSA, F. V. Anexo 1. Cópia. Paço, em 13 de Setembro de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 43.

²⁴³ No ano seguinte, o Visconde de Paranaguá assumiria a dianteira da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros.

²⁴⁴ MELO, L. J. Despacho, 15 de setembro de 1824. **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 41.

dos trabalhos que eram realizados a céu aberto nos estaleiros, mas, também, devido à extração e transporte do madeiramento que seria utilizado. Assim, o tenente e o carpinteiro tiveram de aguardar durante meses até que se iniciassem as construções das fragatas.

Até iniciarem os afazeres relativos a feitura dos navios, o carpinteiro Bairão e o tenente Faustino aproveitavam o tempo de ócio em Baltimore²⁴⁶, enquanto o diplomata Rebello, em meio as variadas obrigações diplomáticas, providenciava o pagamento das fragatas e os acordos sobre execução e prazos. Cada fragata custaria o equivalente a 350 mil dólares, sem contar o material de artilharia. Foi acertado que o pagamento aconteceria em quatro parcelas. Como de costume – seguindo a tradição portuguesa – os pagamentos feitos pelo Império referentes à compra das embarcações se daria por uma intermediação centrada em Londres.

Oito Brigues e Quatro Fragatas

Em novembro de 1824, cerca de dois meses depois de expedidas as ordens para a aquisição de seis fragatas por parte do governo de D. Pedro I, um novo despacho foi enviado à Legação Brasileira em Washington: o Ministro Luís José de Carvalho Melo repassava à Silvestre Rebello a ordem assinada pelo então Ministro da Marinha Francisco Vilela Barbosa para adquirir *imediatamente* de seis a oito brigues em *bom estado*, próprios para o curso, armados e tripulados²⁴⁷.

Meses depois, quando o despacho chegou a Washington, Silvestre Rebello, pensando nos acontecimentos políticos de então, respondeu à Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros:

Recebi há poucos dias o officio de V. Exa. de 22 de novembro com ordem, à vista da portaria da repartição da Marinha, de comprar e fazer velejar quanto antes para essa corte, oito, ou pelo menos seis brigues de nove peças por banda [...] está claro que devo cumprir as ordens de S. M. I.; contudo, ocorreram-me as seguintes ideias, que levo à augusta presença do mesmo senhor. Em novembro, não se sabia ainda da resolução do governo britânico, tão nobremente declarada em janeiro, e então todas as aparências eram que o

²⁴⁵REBELLO, J. S. Officio 24 de Dezembro de 1824. **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 145.

²⁴⁶ REBELLO, J. S. Officio, 26 de Janeiro de 1825. **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, v.1, 2009. p. 203.

²⁴⁷ MELLO, L. J. C. 22 de Novembro de 1824. In: REBELLO, J. S. **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 51

governo lusitano queria, quando pouco, moer-nos; logo, o governo do Brasil fazia muito bem em dar providências para a guerra; à vista, porém, da resolução inglesa e da que, por força, tomará Portugal, parece que este armamento se tornará desnecessário. Ocorrem, contudo, outras ideias: o governo e povos da República Argentina, têm a província imperial Cisplatina atravessada na garganta e, portanto, talvez o governo do Brasil queira mostrar a estes a mesma atitude bélica; mas, para isto, tem ele à sua disposição vinte ou mais embarcações muito próprias, quando em Buenos Aires há duas, ou três, segundo creio. As províncias do norte do Brasil, remexidas por discursos atraídoos de estrangeiros, terão dificuldade em aquietar-se e, portanto, o governo Imperial terá sempre, em três portos pelo menos, barcos de guerra: logo, precisa deles. Mas, os que tem a modo que são suficientes e – tanto mais que não tem tripulação indígena para eles – os há de mandar guarnecidos e comandados pela raça dos tais devotos, por interesse nacional, de ver os outros países com iguais produtos em confusão e anarquia. Logo, se puser neste dever muitos barcos, muitos serão os inimigos ocultos, que lá manda. À vista destas reflexões, tenho resolvido comigo mesmo o mandar já dois dos brigues ordenados; pedir conselho a Gameiro, que estará aqui quando os dois se fizerem à vela, e ou continuar ou suspender a execução da ordem, até que, ou se me reitere, ou se aprovelem estes raciocínios.²⁴⁸ (Grifo nosso).

O diplomata analisava a situação política externa e interna envolvendo o Império brasileiro e as mudanças ocorridas nos últimos meses, sugerindo ao governo que repensasse a compra dos brigues. As questões pesadas neste ofício abrangiam alguns dos temas políticos de grande destaque durante o governo de D. Pedro I²⁴⁹. Sobre a citada interferência da Inglaterra nas negociações do Brasil com Portugal, não sabemos a que evento Silvestre Rebello referia-se, pode ser uma citação ao reconhecimento inglês de repúblicas hispano-americanas na América do Sul – que segundo o historiador John Armitage teve um impacto político no Brasil. Para além disso, nesta mesma época, o representante diplomático inglês, *Sir* Charles Stuart, havia sido mandado a Lisboa para negociar o reconhecimento português da Independência brasileira e não sabemos em que medida Silvestre Rebello teve conhecimento destas negociações internas entre Portugal e a Inglaterra; todavia, o diplomata em questão citou neste mesmo ofício a troca de correspondência com Gameiro, o diplomata brasileiro que lidava com o *Mr.* Canning (Secretário de Estado para os Assuntos Estrangeiros da Inglaterra).

Ainda no ofício supracitado, ressaltaram-se os acontecimentos sobre os conflitos envolvendo a questão da Cisplatina e, por fim, as sedições e disputas internas que ocorreram em províncias do norte do Brasil. O diplomata brasileiro também fazia

²⁴⁸ REBELLO, J. S. 26 de Março de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 225.

referência aos riscos de “inimigos ocultos”, na introdução de tropas mercenárias estrangeiras, já que, segundo ele, faltavam “indígenas” para tripular estas novas embarcações que seriam adquiridas²⁵⁰. Contudo, antes mesmo dos ecos destas ponderações feitas pelo diplomata chegarem ao governo Imperial, um outro ofício escrito por Silvestre Rebello havia chegado à Corte e gerou certo dissabor no tocante ao valor das duas embarcações que já estavam sendo construídas. A quantia de 350 mil pesos (dólares) por cada fragata foi considerada demasiadamente elevada. Em quatorze de maio de 1825, o Ministro Luís José de Carvalho e Melo escreveu em despacho a Rebello que os preços das embarcações eram exorbitantes e que não correspondiam às expectativas do Governo de S. M. I., assim sendo, Silvestre Rebello deveria cancelar a aquisição das outras quatro fragatas inicialmente previstas. Porém, a ordem para comprar os oito brigues permanecia acordada²⁵¹. Quatro dias depois, um novo despacho, com outras instruções modificava a ordem estendida para a compra dos brigues: ao invés das oito embarcações deveria comprar, se o preço fosse cômodo, apenas quatro, mas, se fossem caras limitar-se-ia a compra de duas²⁵².

Sem conhecer as novas decisões da Corte Imperial, Silvestre Rebello e o tenente Faustino, entre abril e maio, empregaram esforços na procura dos ditos brigues, mas sem muito sucesso. Em fins de maio, o diplomata escreveu: “nem naquela cidade, nem em algum outro porto destes estados se acham brigues capazes para armar em guerra e, portanto, não posso cumprir com o que se me mandou no ofício de 22 de novembro” – de 1824²⁵³. Em agosto de 1825, Luís José de Carvalho e Melo mandava ordens a Silvestre Rebello para que fosse cancelada a busca e compra de brigues nos Estados Unidos. Coincidentemente ou não, dias depois do Ministro Melo mandar ordens para revogar a compra dos brigues, D. Pedro I assinou o Tratado de Paz com Portugal que, consecutivamente, também reconheceu o governo brasileiro como independente. Assim, a aquisição de oito brigues e quatro fragatas pelo governo Imperial de D. Pedro I não passou de uma “projeção”, que ao longo do tempo foi desconsiderada. No que se refere às duas fragatas que deixaram de ser projetos,

²⁴⁹ Temáticas estas que tornaram-se “clássicos” da historiografia política brasileira.

²⁵⁰ Nesse sentido, esse trecho sobre a valorização das tropas indígenas, a despeito das “mercenárias estrangeiras”, é significativo quando colocado em meio às discussões acerca dos Estados Nacionais Contemporâneos e das noções de nacionalidade que estão sendo gestadas na primeira metade do século XIX.

²⁵¹ MELO, L. J. Despacho, 14 de Maio de 1825. In: REBELLO, J. S. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 174.

²⁵² MELO, L. J. C. Despacho, 19 de Maio de 1825. In: REBELLO, J. S. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 175.

a sua construção rendeu vários desdobramentos e problemas, entre eles, constantes atrasos de pagamento por parte do governo Imperial e o pedido de demissão de Silvestre Rebello.

A Primeira Letra

Para pagar as duas embarcações encomendadas, o encarregado de negócios Rebello recebeu dinheiro do governo Imperial por intermédio de um fundo centrado em Londres. A quantia foi repassada ao diplomata em libra esterlina, a moeda inglesa, e foi preciso converter o montante para a moeda local que ele costumeiramente chamava de *peso*, mas, que possuía a alcunha de *dólar*. Em janeiro de 1825, Silvestre Rebello “sacou sobre Londres” a *primeira letra*, ou seja, um montante de dinheiro, no valor de cinquenta mil libras esterlinas referentes ao pagamento das fragatas, que, convertidas pelo Banco dos Estados Unidos, tornaram-se 240 mil dólares americanos²⁵⁴. Foi para Nova Iorque e repassou o primeiro pagamento no valor 100\$000 dólares a *Life and Fire Co*.

No que tange as transações financeiras externas do Império brasileiro, José Bonifácio havia referendado, em abril de 1823, que se criasse um fundo – preferencialmente em Londres – para executar pagamentos ou trocas que, por ventura, pudessem existir²⁵⁵. Sabe-se que, pouco tempo depois, em meados 1824, já existia um *Fundo Brasileiro em Londres*²⁵⁶ e ordens de pagamentos internacionais passavam por lá. A documentação arrolada sugere que, nesse período da construção das embarcações, entre 1825 e 1826, era a Legação Brasileira em Londres que supervisionava em alguma medida esses *fundos internacionais*, sendo Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, o Barão de Itabaiana²⁵⁷, quem intermediava os repasses financeiros para a aquisição das fragatas. Ao que tudo indica, pelo menos no que se refere ao caso específico estudado, ou seja, o pagamento dos navios, a transação e o repasse financeiro através do fundo internacional (*Banco do Brasil em Londres*) presumivelmente possuía o seguinte formato:

²⁵³ REBELLO, J. S. Ofício 27 de maio de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 249

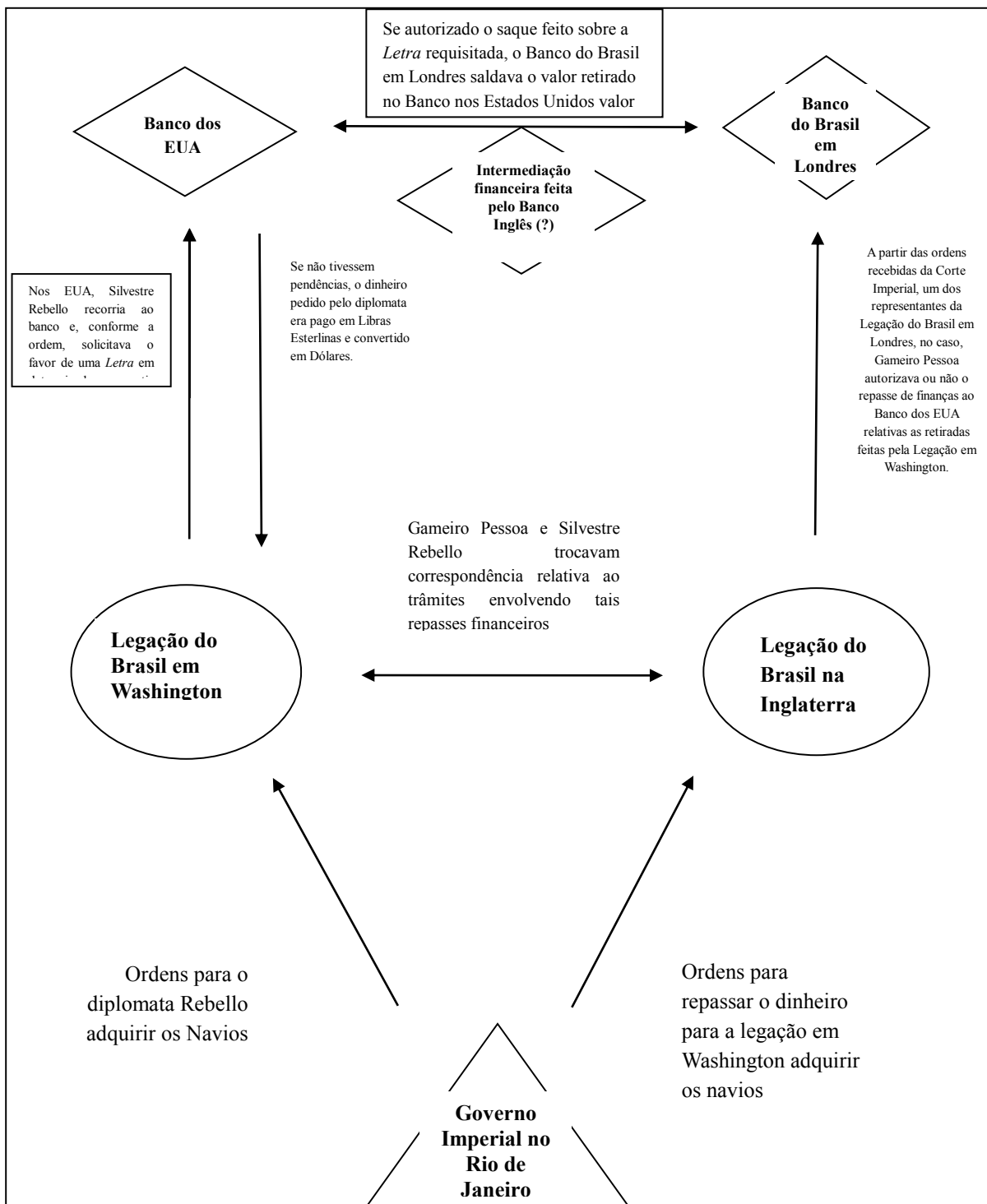
²⁵⁴ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Maio de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 245

²⁵⁵ CASTRO, F. M. O. **Dois Séculos de História da Organização do Itamaraty (1808 -2008)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 33.

²⁵⁶ *Ibidem*.

²⁵⁷ Rebello o chama de Gameiro, de 1824 a meados de 1825. Em fins de 1825, passa a chamar-lhe de Barão de Itabaiana – acreditamos que isso seja o indicativo de que o título foi adquirido em fins de 1825 – quiçá pode ter sido uma “mercê” relacionada ao reconhecimento Português-Inglês, já que Gameiro era diplomata na Inglaterra.

ORGANOGRAMA 1 - O Repasse Financeiro para a Construção das Fragatas²⁵⁸



²⁵⁸ O esquema acima é baseado na leitura dos documentos arrolados. Não sabemos ao certo, com detalhes, como se deram essas atividades do dito “Banco do Brasil em Londres”. Rebello usa constantemente os termos “Bancos dos Estados Unidos” referindo-se ao Banco em Baltimore; Banco do Brasil em Londres (possivelmente referia-se ao *fundo brasileiro* criado na Inglaterra, contraído a partir de um empréstimo ou, a uma espécie de organização institucional bancária brasileira em Londres que também teria como base o empréstimo financeiro contraído em Londres); Banco de Londres (que não sabemos ao certo se o diplomata refere-se ao Banco Inglês ou se está

Conforme foi apontado anteriormente, o governo de D. Pedro I dividiu o pagamento das fragatas em quatro vezes²⁵⁹ e a primeira *letra* com o valor de cinquenta mil libras esterlinas foi sacada por Silvestre Rebello em janeiro de 1825, através do Banco dos Estados Unidos. Contudo, este dinheiro retirado pelo diplomata brasileiro não foi abonado por “Londres”; assim, Silvestre Rebello ficou com uma “dívida pendente” no Banco dos Estados Unidos. Em nota escrita em março de 1825, expôs: “me escreveu, de Londres, Gameiro, dizendo não haver ali ordem para se me abonar dinheiro para as ditas construções; eu não entendo nada de contradições, só sei que, se a minha letra não for paga, com o tempo hei de fazer asneiras”²⁶⁰ (Grifo nosso).

Sem a autorização expedida pela Legação Brasileira em Londres repassando o dinheiro do saque feito, Silvestre Rebello ficou, então, impedido de realizar novas transações financeiras. Pode ser que a circulação de informações entre a Corte do Rio e as legações diplomáticas no exterior – que comumente levava meses para acontecer – fosse uma das causas do desencontro de informações. Somente no início de junho que a SENE respondeu ao diplomata que haviam sido expedidas ordens para a Legação de Londres pagar a *letra* retirada por ele²⁶¹; contudo, os problemas referentes ao repasse financeiro entre a Legação Brasileira de Londres e a de Washington persistiram *a posteriori*.

As Outras Letras

O verão de 1825 chegou sob os Estados Unidos e, com ele, o calor que agradava o diplomata brasileiro. Nesta época, o termômetro em seu quarto marcava por volta de 82°F a 92°F (ente 27° a 36° graus Celsius) com temperaturas tão altas quanto as do verão tropical do Rio de Janeiro. Tinha a impressão que o povo nos Estados Unidos andava

abreviando a nomenclatura Banco do Brasil em Londres). Por tal razão, no organograma acima, “Banco do Brasil em Londres” e “Banco de Londres” aparecem com as devidas ressalvas.

²⁵⁹ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Janeiro de 1825; Ofício, 19 de Abril de 1825; Ofício, 27 de Maio de 1825; Ofício, 8 de março de 1825; 26 de setembro de 1825. COSTA, I. Ofício, 26 de Maio de 1825. VISCONDE DE INHAMBUPE. Despacho 5 de Maio de 1826. In: REBELLO, J. S. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, v.2, 2009.

²⁶⁰ REBELLO, J. S. Ofício 8 de Março de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, v.2, 2009. p. 221.

²⁶¹ MELO, L. J. C. Despacho 7 de Junho de 1825. In: REBELLO, J. S. **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, v.2, 2009. p. 176.

aflito por conta das altas temperaturas que acometiam os estados do norte, mas ele, por sua vez, estava contente com o calor²⁶².

Os meses de veraneio passavam e os vasos de guerra marítimos do Brasil iam, aos poucos, sendo construídos, tanto em Nova Iorque, quanto em Baltimore. Em agosto, escreveu o diplomata brasileiro à Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros, que as fragatas já se achavam com o “cavername no seu lugar” e que: “o capitão-tenente que vigia a de Baltimore, como o Bairão, que observa a de Nova York, ambos não se fartam de louvar o que está feito”²⁶³. No mês subsequente, Silvestre Rebello viajou a Baltimore mais uma vez para tratar de negócios relacionados à aquisição das fragatas onde sacou uma segunda *letra* no valor de cinquenta mil libras. Em seguida, viajou para Nova Iorque, cidade onde ficava a matriz da *Life & Fire Co.* e, tendo já convertido o dinheiro em pesos (dólares), pagou a segunda parcela das fragatas, no valor de 100\$000 ao construtor Eckford²⁶⁴.

Conforme passavam os meses e o ano findava, Rebello dividia-se em algumas atividades diplomáticas, dentre elas reuniões, trocas de notas com o Governo estadunidense, escrita regular de despachos à Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros, bem como os trabalhos relativos às fragatas. Por volta de novembro, Silvestre Rebello mandou notícias à Corte do Rio de Janeiro: “As nossas fragatas estão já em circunstâncias de fazer o terceiro pagamento ao construtor; dizem todos os que as têm visto que não se fez ainda coisa melhor; eu assim o creio e, daqui a poucos dias, hei de ter o desengano por meus olhos”²⁶⁵.

Assim, quando o diplomata Rebello saiu de Washington, em fins de 1825, e viajou para ver com os “seus olhos” as embarcações que se construíam, já se avizinhava, novamente, o inverno. Chegou em Baltimore em meados de dezembro. Em sua narrativa, contou que os trabalhos realizados no estaleiro estavam adiantados e descreveu a obra (fragata) que construíam como “perfeita no seu gênero”. Não prosseguiu em viagem para o outro estaleiro em Nova Iorque, devido ao frio que já era “muito violento” e então voltou para a capital do país; no entanto, acreditava que em breve Henry Eckford iria a

²⁶² REBELLO, J. S. Ofício 26 de Julho de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, v.2, 2009. p. 262.

²⁶³ REBELLO, J. S. 26 de Agosto de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, v.2, 2009. p. 274.

²⁶⁴ REBELLO, J. S. 26 de setembro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, v.2, 2009. p. 277.

²⁶⁵ REBELLO, J. S. Ofício 26 de novembro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, v.2, 2009. p. 288.

Washington para receber o terceiro pagamento, que segundo o diplomata, já estava atrasado²⁶⁶.

Pouco tempo depois, em janeiro de 1826, chegava a partir da Legação Brasileira em Londres a notícia de que Silvestre Rebello não tinha autorização para sacar novas quantias para o pagamento das embarcações. Contou o diplomata que “esta inesperada participação e um frio excessivo fizeram em mim um efeito tão violento, que perdi o sossego do meu espírito”. Silvestre Rebello pediu então para que o Ministro da SENE rogasse ao Imperador para que lhe retirasse da missão nos Estados Unidos, pois já não podia “servir bem”²⁶⁷.

Até aquele momento, com as duas *letras* recebidas – que juntas contabilizavam o valor de £100\$000 libras esterlinas e, convertidas na moeda local, equivaliam a 480\$000 dólares –, Silvestre Rebello alegava ter pago a Henry Eckford o equivalente a 400 mil dólares e teria gasto mais alguns milhares de dólares com outras necessidades, sobrando-lhe em mãos, conforme disse, cerca de “setenta e tantos mil”; assim, pelas contas do diplomata, segundo o acordo firmado, era necessário ainda sacar o equivalente a 300\$000 dólares para quitar a dívida com o construtor de navios²⁶⁸. Além desse valor, ainda era necessário dinheiro para equipar as embarcações.

Antes mesmo que se chegasse à resposta de sua correspondência enviada à Corte do Rio e apesar das ordens que vieram de Londres, na qual o Barão de Itabaiana lhe dizia para não sacar mais dinheiro, Silvestre Rebello sacou no Banco dos Estados Unidos “sobre o Banco do Brasil em Londres” uma *letra* no valor de 70\$000 libras em fevereiro de 1826, que convertido em dólares, pelos nossos cálculos, renderia o equivalente a 336\$000 dólares²⁶⁹. Através de um ofício endereçado à Secretaria de Negócios Estrangeiros do Império, explicou que com esse dinheiro retirado sem a autorização de Londres, ele pretendia quitar as despesas restantes referentes às fragatas²⁷⁰. Aproveitou este ofício para expor sua insatisfação com o repasse das finanças – problemas que aparentemente também estavam acontecendo em relação aos da Legação em Washington – e escreveu:

²⁶⁶ REBELLO, J. S. Ofício 26 de Dezembro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, v.2, 2009. p. 293.

²⁶⁷ REBELLO, J. S. Ofício 31 de Janeiro de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, v.2, 2009. p. 349

²⁶⁸ REBELLO, J. S. Ofício 7 de Fevereiro de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, v.2, 2009, p. 293.

²⁶⁹ REBELLO, J. S. Ofício 4 de Março de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, v.2, 2009, p. 354 et. seq.

²⁷⁰ *Ibidem*.

[...] saquei no dia 9 do passado por £70 [mil] est[erlinas], com as quais espero fazer as despesas que faltam e, se mancar alguma coisa, pouco será: cheio de sustos e dissabores sobre o futuro grau de crédito do governo de S. M. I., vivo assombrado e descontentíssimo, sem formar por agora plano como me safarei da embrulhada, se a houver; o que eu desde já assevero a V. Exa. é que, recebida a notícia de não serem pagas as minhas letras, hei de necessariamente suplicar a S. M. I. a minha demissão do seu serviço²⁷¹ (grifo nosso).

Em resposta a Silvestre Rebello, o então Ministro da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros, o Visconde de Inhambupe, em despacho, alegou que as ordens enviadas ao Barão de Itabaiana eram para que não se abonassem novos valores referentes a aquisição dos oito brigues e das quatro fragatas que haviam sido solicitados de antemão pelo governo Imperial e, depois, cancelados²⁷². Porém, este despacho do Visconde de Inhambupe, respondendo ao ofício enviado pelo diplomata em março, foi escrito em maio e chegou nos EUA às mãos do diplomata Rebello por volta de agosto; assim, nesse meio tempo, entre a circulação das correspondências e enquanto desenrolava-se internamente os desdobramentos destas ações no seio da Pasta dos Negócios Estrangeiros, a empresa do rico construtor Eckford prosseguia com os trabalhos nos estaleiros e era previsto que em fins de abril, as embarcações estariam prontas para irem ao mar²⁷³.

Quando o diplomata brasileiro voltou a cidade de Baltimore, em abril – local onde sacava as quantias oriundas do *Fundo Brasileiro em Londres* – teria constatado no Banco dos Estados Unidos que a *letra* retirada em fevereiro não havia sido paga; então escreveu um ofício à SENE e anexou um requerimento pedindo que o Imperador lhe concedesse a “graça” de lhe retirar do cargo de encarregado dos negócios do Brasil em Washington²⁷⁴. Em maio, Silvestre Rebello teria retornado mais uma vez a cidade portuária supramencionada e constatou no Banco que ainda havia a dita pendência; assim, não pôde pedir uma outra *letra* para saldar os novos gastos que incluíam o *seguro contra fogo* para as embarcações. Por conta das finanças supostamente insuficientes, o diplomata informou ao Governo Brasileiro que naquele momento trabalharia para “despachar” uma das fragatas até que pudesse fazer novos saques e

²⁷¹ Op. Cit. p. 355.

²⁷² VISCONDE DE INHAMBUPE. Despacho, 5 de Maio de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 305.

²⁷³ REBELLO, J. S. Ofício 5 de Abril de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 362.

²⁷⁴ REBELLO, J. S. Ofício 17 de Abril de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 375.

quitar os dividendos para o envio do segundo navio²⁷⁵. Descontente com o desenrolar dos acontecimentos, asseverou o diplomata sobre esta situação:

Deixo à consideração de V. Exa. os amargores de boca por que estou passando, vendo o governo de S. M. o Imperador do Brasil desacreditado, pois que a mim se me mandou contratar e sacar; e, em Londres, aonde parece que tão bem se governa o Brasil, na sua semana [*sic*] não se me aceitou o meu saque, com descrédito de quem ali está e de quem, dessa corte, lhe deu ordens inconsequentes, pois que até esqueceu que os barcos no mar gastam pelo menos cada dia o dinheiro da ração e, nem para esta despesa visível, se me abonou até agora nada²⁷⁶

Em julho, conforme o previsto, a primeira fragata foi despachada para o Brasil; contudo, a pendência financeira impedia que a segunda embarcação desancorasse. Mais uma vez, o diplomata haveria de mandar um ofício reclamando da falta de pagamento de suas *letras* e a ausência de respostas advindas de Londres. O diplomata escreveu: “acostumado a não ver a minha firma desacreditada, senti – e sinto – o ver-me figurando nesta cena de opróbrio e muito agradecerei a V. Exa. Se fizer com que S. M. I. me demita do serviço”²⁷⁷.

Foram meses de divergências e problemas relacionados ao pagamento destas encomendas do Império brasileiro. Consta que, ainda em fins de setembro, não havia sido paga nos Estados Unidos a *letra* retirada por Silvestre Rebello em fevereiro²⁷⁸. Finalmente, em quatorze de outubro de 1826, o diplomata escreveu ao governo que havia sido liberado o fundo financeiro para quitar as dívidas²⁷⁹. Depois de tantos ofícios, viagens, despachos e pedidos de demissão – que foram desconsiderados – por fim, a última fragata deixava o porto de Baltimore rumo ao Rio de Janeiro²⁸⁰.

²⁷⁵ REBELLO, J. S. Ofício 29 de Maio de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 376.

²⁷⁶ *Ibidem*.

²⁷⁷ REBELLO, J. S. Ofício 26 de Julho de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 379.

²⁷⁸ REBELLO, J. S. Ofício 29 de setembro de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 381.

²⁷⁹ REBELLO, J. S. Ofício 14 de outubro de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 388.

²⁸⁰ Foram seis meses de constantes reclamações e divergências por conta dos supostos atrasos no pagamento das fragatas. Há a possibilidade de não se explicar o atraso dos pagamentos apenas pelo suposto equívoco do Barão de Itabaiana, afinal, ao longo de seis meses era possível que as mensagens tivessem cruzado o Atlântico e a circulação de ideias ter se concretizado; contudo, este tema renderia outra pesquisa. A não liberação do dinheiro para as fragatas poderia estar ligada a outros motivos: falta de dinheiro do Império brasileiro; disputas de poder dentro da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros ou suspeitas internas de mau uso do dinheiro público nos já citados “agenciamentos” retirados por Silvestre Rebello. No que tange ao pedido de demissão do biografado em questão, apesar dos vários pedidos de demissão, nos despachos consultados, não há indícios acerca das repercussões deste no Rio de Janeiro. Consta apenas em um despacho que o Imperador pensaria no

As fragatas Isabel e Príncipe Imperial

Uma das fragatas que o governo de D. Pedro I encomendou partiu do porto de Nova Iorque, em fins de Julho de 1826, e ancorou no Rio de Janeiro em outubro daquele mesmo ano. Ao que tudo indica, a tripulação que levou a embarcação ao Rio de Janeiro era mercenária e estava sob o comando de um capitão de navio chamado James Copland. Para levar a embarcação para a capital do Império brasileiro, as “soldadas” de toda a tripulação – levando em conta também os gastos com o retorno para “suas casas”, já que foram contratados apenas para àquela viagem – ficaria em torno de 12.500 pesos²⁸¹. Além da tripulação, quando ancorou na Baía da Guanabara, trazia consigo o carpinteiro José Rodrigues Bairão, que estava nos EUA há vinte meses. Trazia também um ofício escrito por Silvestre Rebello bem como um presente para o Imperador: um touro e duas vacas de raça das manadas do Grão-Duque de Toscana²⁸².

D. Pedro I “se dignou aceitar” o regalo feito pelo diplomata brasileiro e ordenou que o Marquês de Inhambupe lhe agradecesse pelas cabeças de gado. No que se refere à embarcação, o imperador teria aprovado com satisfação a nova aquisição marítima, devido à beleza e ao bom desempenho dela no mar²⁸³. A embarcação que ganhou o nome de *Fragata Isabel*, pouco mais de um mês depois de chegar ao Rio, já estava a serviço do Império: em novembro fazia comboio a *Nau D. Pedro* que levava o Imperador à província de São Pedro do Rio Grande Sul²⁸⁴.

A segunda fragata que partiu do porto de Baltimore em outubro, chegou à capital do Brasil por volta de fins de dezembro de 1826 ou início de 1827 e foi chamada de *Príncipe Imperial*²⁸⁵. Voltou nela para o Rio de Janeiro o tenente Joaquim José da Costa e também Isidoro da Costa e Oliveira, que trabalhou na Legação Brasileira nos Estados Unidos

pedido de demissão solicitado por Rebello; posteriormente, não há mais menções sobre o assunto nas fontes consultadas.

²⁸¹ REBELLO, J. S. Ofício 26 de Julho de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 380.

²⁸² Ibidem.

²⁸³ MARQUÊS DE INHAMBUPE. Despacho, 23 de outubro de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 318.

²⁸⁴ MARQUÊS DE INHAMBUPE. Despacho, 27 de Novembro de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 339.

²⁸⁵ Provavelmente esse nome foi dado em homenagem ao D. Pedro II, que havia nascido no final de 1826 – menos de dez dias antes da fragata chegar ao Rio de Janeiro.

como secretário de dezembro de 1824 a outubro de 1826²⁸⁶. De passagem para o Rio de Janeiro, iam dois representantes da empresa *Life & Fire Co*; no caso, um filho e um genro do construtor Henry Eckford, que pretendiam firmar novos negócios no Brasil²⁸⁷. Silvestre Rebello escreveu que a fragata levava em meio às bagagens três máquinas que eram tanto do interesse do Governo, quanto de particulares: “um modelo de uma máquina para serrar madeira em linha reta e curva, outro para fiar domesticamente, e outro para fazer pilões em movimento circular”²⁸⁸. Se a primeira fragata levou gado como regalo ao Imperador, nesta segunda, foram enviadas quatro éguas e dois cavalos comprados²⁸⁹ com dinheiro do Governo Imperial²⁹⁰.

Assim, em outubro de 1826, encerravam-se os trabalhos relativos à aquisição das fragatas nos Estados Unidos (que haviam começado em 1824); todavia, ao longo dos anos posteriores, Silvestre Rebello persistiu em dar explicações sobre os gastos que teve com as fragatas. Se durante a construção dos navios, era Rebello quem sempre se queixava dos atrasos ou falta de pagamentos, posteriormente, foi o Governo Imperial que lhe cobraria explicações sob os olhares e publicações da imprensa do Rio de Janeiro.

Prestação de Contas

O diplomata Silvestre Rebello teve de prestar conta dos gastos relacionados às construções das fragatas. Em 1827, enviou à Marinha e ao Tesouro do Governo Imperial os gastos estipulados com as embarcações²⁹¹. Porém, novos esclarecimentos de contas foram

²⁸⁶ Isidoro da Costa deixou o cargo de secretário da legação em Washington, mas, menos de um ano depois foi nomeado novamente ao posto e retornou para a capital dos Estados Unidos.

²⁸⁷ REBELLO, J. S. Ofício 28 de Outubro de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 391.

²⁸⁸ Ibidem. p. 390, 391.

²⁸⁹ Alguns biógrafos de D. Pedro I citam o fascínio do imperador por equinos. Cf. MACAULAY, N. **Dom Pedro: A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal 1798 – 1834**. Rio de Janeiro: Record, 1993. / SOUSA, O. T. de. **A Vida de D. Pedro I - História dos Fundadores do Império**. Rio de Janeiro: Olympio, 1972.

²⁹⁰ Anexo 7. José Silvestre Rebello, em conta corrente com o governo de S. M. o Imperador do Brasil, na construção das duas fragatas *Izabel e Príncipe Imperial* [...]. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 2, 2009. p.123.

²⁹¹ REBELLO, J. S. Anexo 5. 2ª Via. N. 1. Conta do custo líquido das fragatas *Izabel e Príncipe Imperial*, mandadas construir nos Estados Unidos [...]. Anexo 6. N. 2 Conta do custo da artilharia e seus pertences para as fragatas *Izabel e Príncipe Imperial*, remetida pelo brigue americano [...]. Anexo 7. José Silvestre Rebello, em conta corrente com o governo de S. M. o Imperador do Brasil, na construção das duas fragatas *Izabel e Príncipe Imperial* [...]. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 2, 2009. p. 119 a 123.

exigidos, afinal, Silvestre Rebello colocou entre os gastos um item chamado “minha agência, e de outros, sobre estas quantias; viagens” e justificou, a partir de então, 46.282,15 dólares, de um montante total de aproximados 970 mil dólares, gastos nas despesas das construções dos navios.

Um documento emitido pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e assinado por Miguel Calmon Du Pin e Almeida pedia ao diplomata que enviasse ao Tesouro do Brasil uma cópia da ordem que o autorizava a receber àquela quantia dos cofres brasileiros²⁹². O desfecho desse episódio culminaria na decisão que impunha a José Silvestre Rebello a devolução aos cofres do Tesouro 48.272 pesos, que havia “carregado” pelo serviço de “agência”. Protestou e pediu clemência, mas de nada adiantou, conforme já observado no capítulo anterior. Assim, muitos anos depois, já em 1830, o diplomata Rebello ainda lidava com os “desdobramentos” oriundos da época na qual foram construídas as fragatas imperiais²⁹³.

No “Cavername” das Fragatas Imperiais: algumas considerações

Conforme abordado nesse item, vimos algumas especificidades envolvidas na aquisição das fragatas *Isabel* e *Príncipe Imperial*. Notam-se, neste caso, as dificuldades relacionadas à circulação de ideias e à comunicação entre a tríade Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros (Rio de Janeiro); Legação Brasileira em Washington, além dos supostos desencontros de informações com a Legação Brasileira em Londres. É possível pensar nos constantes intercâmbios realizados entre a Secretaria da Marinha, o Tesouro Nacional e a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros nessas transações, bem como nos casos específicos de gastos do erário imperial: dois brasileiros que são enviados antes mesmo de se contratar os serviços para a construção dos navios nos EUA e, por sua vez, passam meses recebendo seus ordenados, porém sem trabalhar; nos mais de 46.000 dólares de “agenciamento” retirados pelo diplomata Silvestre Rebello; nos cancelamentos de novas aquisições de embarcações nos EUA por, supostamente, os preços estarem “demasiadamente” altos; nos constantes atrasos e problemas relacionados aos repasses financeiros oriundos do fundo brasileiro em Londres – contraído através de um empréstimo feito na Inglaterra pelo Governo Imperial.

²⁹² ALMEIDA, M. C. D. P. Despacho 25 de Janeiro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009.

²⁹³ Para mais informações sobre essas explicações, consultar o subitem O Retorno e O ‘Delapidador dos Dinheiros Públicos’ ambos no item De Volta ao Rio de Janeiro, no capítulo 1 desta dissertação.

Os regalos dados a D. Pedro I: cavalos, éguas, touros e vacas “de boa raça” enviados nas fragatas ao Brasil – que era conhecido por sua “paixão” por quadrúpedes; as supostas ordens dadas ao Marquês de Inhambupe pelo imperador D. Pedro I, para que agradecesse em seu nome à Silvestre Rebello pelos ditos animais que lhe enviou; e a alcunha da fragata “Príncipe Imperial” em homenagem ao recém-nascido Príncipe e Grão-Duque do Pará (D. Pedro II) são nuances que se relacionam com o lugar central do trono imperial e com a figura política de D. Pedro I nas configurações do Estado Imperial Brasileiro.

CAPÍTULO 3. REBELLO: OUTRAS QUESTÕES DIPLOMÁTICAS, A SECRETARIA DE ESTADO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1824-1829)

Neste capítulo, analisamos três temáticas diferentes divididas cada qual em um tópico. No primeiro, *Acordos, Negociações e Tratados* foram desdobradas questões ligadas às relações políticas entre Brasil e EUA. No segundo tópico, *Estadunidenses no Brasil: Degredados, piratas, acusações e suspeitas*, abordam-se casos pontuais envolvendo navios ou cidadãos estadunidenses no território brasileiro. Estes dois primeiros itens estão concentrados em conflitos e negociações que aconteceram principalmente no Brasil; assim, as relações entre esses dois países terão maior relevo e o biografado aparecerá em segundo plano. No terceiro item, *Silvestre Rebello e a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros*, destacaremos o funcionamento desta secretaria, as relações dela com o diplomata em questão e nuances contidas nos documentos trocados entre eles.

3.1 Acordos, Negociações e Tratados entre o Brasil e os EUA (1824 – 1829)

A Aliança Defensiva: Proposições

Fazia pouco tempo que havia chegado no Rio de Janeiro a notícia do reconhecimento estadunidense dado ao governo Imperial Brasileiro, quando em setembro de 1824 o Ministro da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros (SENE), Luís J. C. Melo, escreveu para Silvestre Rebello dando-lhe novas instruções: deveria o diplomata brasileiro fazer proposições ao governo estadunidense sugerindo a constituição de uma aliança defensiva e ofensiva entre o Brasil e os Estados Unidos²⁹⁴. Este despacho enviado em setembro fazia alusão às primeiras instruções dadas pela SENE ao diplomata em janeiro daquele ano; afinal, segundo o documento, após a conquista do reconhecimento estadunidense, o enviado brasileiro deveria “sondar” as disposições do governo de Washington em estabelecer uma liga defensiva e ofensiva. O ministro exortava ao diplomata que averiguasse as possibilidades e iniciasse o diálogo, mas, não deveria firmar acordos com os EUA sem antes consultar a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros.

Quatro meses depois, em janeiro de 1825, um certo temor passou a reverberar de forma mais pungente no governo central do Rio de Janeiro. Segundo o ministro Melo, as “últimas notícias recebidas” apontavam para um “último esforço” português de ocupar alguma parte do território brasileiro e, quiçá, pudesse ser ajudado por alguma potência europeia²⁹⁵. Frente às novas notícias, teria D. Pedro I ordenado que o diplomata Rebello empregasse “todos os esforços” nas tentativas de estabelecer uma liga bélica com aquele governo.

Enquanto isso, do outro lado da América, em Washington, chegava o mais novo funcionário da legação brasileira: Isidoro da Costa Oliveira, que atuaria como secretário da repartição, auxiliando o diplomata Silvestre Rebello. Isidoro e sua esposa estariam sendo tratados com cortesia pelas pessoas nos EUA e isto, segundo Rebello, deixava-os admirados quando comparavam os tratamentos que o diplomata estadunidense Condry Raguet recebia na corte do Brasil²⁹⁶. Nesse mesmo mês, ainda em janeiro de 1825, enquanto recepcionava o

²⁹⁴ MELO, L. J. C. Despacho, 15 de setembro de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 40.

²⁹⁵ MELO, L. J. C. Despacho, 28 de janeiro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 167.

²⁹⁶ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de janeiro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 205.

novo membro da legação brasileira, e em meio às obrigações diplomáticas, o diplomata Rebello seguia as instruções do despacho emitido pela SENE em setembro, que o instava a se dedicar às questões ligadas ao pleito da desejada aliança ofensiva e defensiva.

Engendraram-se as negociações. Rebello reuniu-se, ainda em janeiro, no dia 22, com o secretário de estado Quincy Adams. Ficou acertado na reunião que o diplomata brasileiro enviaria, por escrito, as proposições sobre a instauração de uma liga defensiva / ofensiva entre o Brasil e os Estados Unidos; e assim o fez, no mês seguinte, no dia 3 de fevereiro. O documento escrito por Silvestre Rebello a Quincy Adams citava uma fala do presidente Monroe na qual este declarava o apoio estadunidense aos novos governos no continente americano, em oposição às potências europeias. Desdobrou a questão pendente entre o Estado brasileiro e Estado português e o possível ataque à autonomia do governo recém-independente do Brasil por parte do governo lusitano. Assim, após traçar alguns argumentos, o diplomata escreveu que o Império brasileiro, “está este pronto a entrar com o governo dos Estados Unidos em uma convenção que tenha por objeto a conservação da independência do Brasil no suposto caso de que alguma potência auxilie o Portugal nos seus vãos e quiméricos projetos de recolonizar o Brasil”²⁹⁷ (Grifo nosso). Por fim, Rebello citou a política da neutralidade estadunidense, mencionando mais uma vez o discurso de Monroe:

Tenho, demais, a honra de dizer a V. Exa. que, havendo o governo dos Estados Unidos na sobredita mensagem declarado que, na guerra existente entre as novas repúblicas americanas e a nação espanhola, ele se conservaria neutro, como o tem feito desde o princípio, contanto que não ocorresse mudança, a qual segundo a opinião da administração dos Estados Unidos exigisse também deste governo mudança de opinião, tendo em vista a sua própria segurança. Esta declaração honrada, generosa e gratuita é certamente aplicável ao Brasil e como tal se pode entender²⁹⁸.

Rebello enviou ao Gabinete de Estado de Washington o documento acima; porém não recebeu resposta imediata. Passaram-se meses e Silvestre Rebello enviou novas notas diplomáticas ao governo estadunidense cobrando um posicionamento em relação ao assunto.

Somente em abril, o novo secretário de Estado, Henry Clay, respondeu a Silvestre Rebello. Na nota de treze de abril de 1825, Clay pedia desculpas e se explicava pela demora. No que se referia à proposição brasileira de criar uma “liga bélica”, Clay refutava-a em nome

²⁹⁷ REBELLO, J. S. Anexo 2. Cópia [N.11] 28 de Janeiro de 1825. **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 213 et. seq.

²⁹⁸ Ibidem.

do governo dos Estados Unidos da América. Dizia o secretário estadunidense que o novo presidente – John Quincy Adams – concordava com os preceitos proferidos por James Monroe no discurso de 2 de dezembro de 1823 e que estes norteariam a política da nova gestão estadunidense. Nesse ínterim, fazia dois apontamentos: citava a política de neutralidade estadunidense e, também, insinuava que o governo brasileiro não parecia sofrer ameaças externas, inclusive de Portugal, afinal, era o imperador do Brasil o herdeiro da coroa portuguesa²⁹⁹. Contudo, Clay concluiu dizendo ao diplomata brasileiro que os EUA estavam dispostos a negociar com o Brasil um Tratado de Amizade, Paz, Comércio e Navegação³⁰⁰. Tempos depois, escreveria Silvestre Rebello ao governo brasileiro sobre a recusa estadunidense em estabelecer uma liga defensiva e ofensiva: “Este governo quer, com todos os governos americanos, o que já fez com Colômbia: comércio e não alianças que o possam comprometer, este é o seu alvo único e favorito”³⁰¹. De todo modo, nos anos que se seguiram, o Brasil e os EUA viriam a negociar o acordo de amizade e comércio mencionado, conforme abordaremos posteriormente.

Política Externa e Diplomacia no Primeiro Reinado

De um modo geral, havia uma dupla mudança no tocante aos negócios estrangeiros no Primeiro Reinado quando comparado ao período joanino: o primeiro ponto está relacionado aos delineamentos da *política externa*; o segundo, à *diplomacia*. Sobre a política externa adotada na década de 1820 pelo Império brasileiro, pode-se pensar que pautava-se em dois eixos³⁰²: a busca pelo reconhecimento estrangeiro e, em menor medida, a questão do tráfico

²⁹⁹ CLAY, H. To José Silvestre Rebello. (13 de Abril de 1825). In: HARGREAVES, M. HOPKINS, J. (Orgs). **The papers of Henry Clay**: Secretary of state. Lexington: University Press of Kentucky, v.5, 1981. p. 243.

³⁰⁰ Em documento interno, escrito no dia 14 de abril, o secretário Clay informava ao representante estadunidense no Rio de Janeiro, Condé Raguet, que o governo brasileiro havia proposto a assinatura de um tratado de aliança defensiva entre ambos os países; porém, o presidente dos EUA havia recusado a proposta. O despacho enviado à Condé Raguet abordava que um acordo em relação ao comércio e navegação com o Brasil era desejável. Cf: CLAY, H. To Condé Raguet. (14 de Abril de 1825). In: HARGREAVES, M. HOPKINS, J. (Orgs). **The Papers of Henry Clay**: Secretary of state. Lexington: University Press of Kentucky, v.7, 1981. p. 252.

³⁰¹ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Agosto de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 274.

³⁰² Este sub item traz em linhas gerais o que se entende aqui neste trabalho por política externa no Brasil durante o Primeiro Reinado; não temos por pretensão desdobrar essa temática bastante complexa. Para maiores informações sobre a política externa brasileira no Primeiro Reinado, Cf: SANTOS, L. C. V. G. **O Império e as Repúblicas do Pacífico**: As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. Curitiba, Ed. UFPR. 2002. / CALÓGERAS, P. J. **A Política Exterior do Império**. Brasília: Senado Federal, vol. II, 1998. /

atlântico³⁰³. No que tange ao primeiro eixo – lugar central da política externa de D. Pedro I – pode-se ponderar que este voltava-se para a solidificação do Estado brasileiro e, se num primeiro momento esteve vinculado à busca de reconhecimento da autonomia política do Império, posteriormente, deu-se através da assinatura de tratados de amizade e/ou comércio com outros países.

Sobre a *Diplomacia*, é possível identificar características específicas relacionadas às práticas diplomáticas e a organização da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros. A diplomacia brasileira pautava-se, inclusive, nos delineamentos da política externa do Império ao buscar o reconhecimento dos Estados estrangeiros e ao firmar acordos e tratados. De todo modo, esse elemento norteador presente na diplomacia e política externa imperial – o reconhecimento externo –, em última instância, diferia-se dos objetivos centrais da política externa do período joanino; afinal, Portugal era um país aparentemente sólido com séculos de história, tradição política unificada por uma coroa e possuidor de reconhecimento externo. Salienta-se a mudança de objetivo, por opormo-nos a uma corrente historiográfica que não viu diferenciações entre a política externa de D. João VI e a política imperial de D. Pedro I. Entre os autores que fizeram coro a esta visão encontra-se o historiador José Luís Werneck da Silva, que escreveu o seguinte: “Até 1831 a política externa brasileira pertenceu a história de Portugal e não a história do Brasil, pois esteve ligada aos interesses fundamentalmente dos Bragança e dos segmentos sociais a ele acoplados”³⁰⁴. Enxergando uma suposta continuidade, Silva ignorou que a política dos negócios estrangeiros do Império na década de 1820 voltava-se para a questão do reconhecimento externo, a criação de alianças e acordos com outros Estados, negociações relativas ao tráfico de escravos e disputas com o governo de Buenos Aires; além disso, ainda havia mudanças nas estruturas do corpo diplomático brasileiro – conforme abordaremos no terceiro item deste capítulo.

Os norteadores da política externa brasileira podem ser encontrados, em alguma medida, nas missões brasileiras nos Estados Unidos: em meio as negociações do reconhecimento estadunidense da independência brasileira em 1824; nas tentativas – ainda

BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992. / CARVALHO, D. **História Diplomática do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

³⁰³ GUIZELIN, G. S. **Comércio de Almas e Política Externa**: a diretriz Atlântico-Africana da Diplomacia Imperial Brasileira, 1822-1856. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2011. p. 77.

³⁰⁴SILVA, J. L. W. A Política Externa do Primeiro Reinado. In: GONÇALVES, W. SILVA, J. L. W. **Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930)**: a política externa do sistema agroexportador. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009. p. 40.

que vãs – de se firmar uma aliança defensiva com o governo de Washington e, também, na assinatura de um Tratado da Amizade e Comércio entre Brasil e EUA (1828).

A Política Externa dos EUA para com o Brasil

Em linhas gerais, no que tange à política externa dos EUA para com o Brasil (1824 a 1829), pode-se dizer que baseava-se na postura engendrada durante a gestão de James Monroe³⁰⁵. Isto posto, no famoso discurso proferido em dezembro de 1823, o presidente Monroe explanou algumas das supostas convicções da política externa estadunidense, sobretudo, relacionadas ao continente americano:

[...] In the discussions to which this interest has given rise, and in the arrangements by which they may terminate, the occasion has been judged proper, for asserting as a principle in which the rights and interests of the United States are involved, that the American Continents, by the free and independent condition which they have assumed and maintain, are henceforth not to be considered as subjects for future colonization by any European Power[...] But which the Governments who have declared their Independence, and maintained it, and whose Independence we have, on great consideration, and on just principles, acknowledged, we could not view any interposition for the purpose of oppressing them, or controuling in any other manner, their destiny, by any European power, in any other light, than as the manifestation of an unfriendly disposition towards the United States [...]³⁰⁶.

O discurso de dois de dezembro de 1823 reafirmou uma política estadunidense que já estava sendo empregada em alguma medida nos tratos com os novos países no continente americano. Nesse ínterim, os EUA em 1822 haviam reconhecido a Colômbia e o México; no

³⁰⁵ Este sub item desdobra em linhas gerais o nosso entendimento da política externa dos EUA no período. Para maiores informações, Cf: BEMIS, S. F. **A Diplomatic History of the United States**. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1951. / WRIGHT, A. F. P. A. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972. / WHITAKER, A. P. **The United States and the Independence of Latin America (1800-1830)**. Baltimore: The John Hopkins Press, 1941. / WEIMBERG, A. **Destino Manifiesto**. El expansionismo nacionalista en la historia norteamericana. Buenos Aires: Paidós, 1968.

³⁰⁶ **Tradução:** “Nas discussões a que este interesse deu origem e nos procedimentos pelos quais eles podem dar termo, a ocasião foi considerada adequada, para reiterar como princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que o continente americano, em virtude da condição livre e independente que conquistaram e preservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia [...] Todavia, quanto aos países que declararam independência, e as mantêm, depois de profundas reflexões e por motivos de fazer justiça, não poderíamos considerar senão como uma manifestação de ódio aos Estados Unidos qualquer intervenção de potências europeias com o propósito de oprimi-los ou de reverter, de qualquer modo, os seus destinos”. Cf: MONROE, J. The Original Manuscript of President Monroe’s annual message to congresso December 2, 1823, as now preserved in the archives of the Senate. In: FLAMES, S. B. **A Diplomatic History of the United States**. New York: Henry Holt Company, 1951. p. 210 et. seq.

ano seguinte, foi a vez das Províncias Unidas do Prata e o Chile. Em 1824, posteriormente ao discurso, o governo de Washington reconheceria o Império Brasileiro e a Confederação da América Central³⁰⁷. Esta postura política “interamericanista” de James Monroe foi mantida pelo seu sucessor John Quincy Adams. Assim sendo, quando houve a transição presidencial nos Estados Unidos da América, o novo secretário de estado daquele governo, Henry Clay, enviou uma nota diplomática ao encarregado de negócios Rebello garantindo que o presidente eleito - John Quincy Adams - manteria a mesmo veio político adotado por seu antecessor³⁰⁸.

Nota-se, na documentação da época enviada ao governo brasileiro pelo estadunidense, a constante referência à “neutralidade” política dos Estados Unidos – uma das bases da política externa do governo Monroe³⁰⁹. Contudo, esse posicionamento político do governo estadunidense, engendrado na década de 1820, possivelmente era o “resultado e tradução” de uma postura político-cultural gestada no seio da federação estadunidense ao longo das décadas anteriores. Nessa perspectiva, compreendemos que, até mesmo a concepção de “destino manifesto”, salientada pelo pesquisador Albert Weimberg, serviu como base política para legitimar a busca pela ampliação de suas fronteiras e, também, como um norteador de políticas externas, principalmente relacionadas à América Latina³¹⁰. Além disso, ainda sobre os delineamentos dos negócios estrangeiros do governo de Washington, não desconsideramos a existência de uma cultura estadunidense economicista, conforme apontou Antonia Wriugh³¹¹.

Sobre esse período, no tocante às bases da política externa estadunidense e da *Doutrina Monroe*, o historiador Samuel Flagg Bemis mostrou que alguns desses preceitos da década de 1820 são anteriores a James Monroe – como a adoção de um discurso de

³⁰⁷ BEMIS, S. F. **A Diplomatic History of the United States**. New York: Henry Holt and Company, 1951. p. 201 e 202.

³⁰⁸ CLAY, H. To Silvestre Rebello – 13/04/1825. In: HARGREAVES, M. HOPKINS, J. (Orgs.). **The Papers of Henry Clay**: secretary of state. Lexington: University Press of Kentucky, v.4, 1981.

³⁰⁹ CLAY, H. To Silvestre Rebello – 13/04/1825; To Silvestre Rebello – 31/05/1827; To Silvestre Rebello – 08/04/1828; To Silvestre Rebello – 01/05/1828; To Silvestre Rebello – 02/06/1828. In: HARGREAVES, M. HOPKINS, J. (Orgs.). **The papers of Henry Clay**: secretary of state. Lexington: University Press of Kentucky, v. 4. v.7, 1981. Também se encontram referências à postura estadunidense no relato de Rebello em: Cf. REBELLO, J. S. Despacho 04 de Março de 1826. **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 353.

³¹⁰ WEIMBERG, A. **Destino Manifiesto**. El expansionismo nacionalista en la historia norteamericana, Buenos Aires, Paidós, 1968. passim.

³¹¹ WRIGHT, A. F. P. A. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972. passim.

“neutralidade” já defendido pelo presidente Madison, em 1815³¹². Em outra passagem, o autor diz:

[...]This rather equivocal language foreshadowed the “non-transfer” principle which, as we have observed in the preceding chapter, was molded into the resolution of Congress in 1811 in regard to Florida, and maintained since then as a maxim of American foreign policy intimately associated with the later pronouncement of the Monroe Doctrine [...]³¹³.

De todo modo, para além das especificidades e bases da *Doutrina Monroe*, na década de 1820, parece acertado, conforme apontou a historiadora Antônia Wright³¹⁴, que o ímpeto econômico ocupava um lugar de destaque na política exterior estadunidense; esse pressuposto é possível de ser analisado nos tratos entre o governo brasileiro e o estadunidense no Primeiro Reinado.

O Tratado de Amizade e Comércio

Conforme vimos anteriormente, o governo estadunidense não estava disposto em pactuar uma aliança bélica ofensiva e defensiva com o Brasil; porém, tinha interesse em assinar um Tratado de Amizade e Comércio³¹⁵. Quando a notícia chegou à Secretaria de Negócios Estrangeiros, no Rio de Janeiro, o ministro Melo informou ao encarregado de negócios, Silvestre Rebello, que o governo imperial já negociava outros tratados e não convinha ao Brasil firmar um acordo com os EUA naquele momento; não obstante, o diplomata brasileiro deveria manter a discrição e não recusar as proposições estadunidenses,

³¹² Nem todos os autores que estudaram a doutrina Monroe pensam desse modo. Nesse sentido, Arthur Preston Whitaker, por exemplo, se opõe a corrente historiográfica estadunidense que viu no discurso Monroe uma “continuidade” política. Cf. WHITAKER, A. P. **The United States and the Independence of Latin America (1800-1830)**. Baltimore: The John Hopkins Press, 1941.

³¹³ Tradução: [...]Esta linguagem um tanto equivocada, prefigura o princípio da não transferência, como pode ser observado no capítulo anterior, era moldada em conformidade à resolução do congresso de 1811 em relação à Florida e mantida, desde então, com uma máxima na política externa americana intimamente associada com o, posterior, pronunciamento da Doutrina Monroe[...]. In: BEMIS, S. F. **A Diplomatic History of the United States**. New York: Henry Holt Company, 1951. p. 197.

³¹⁴ WRIGHT, A. F. P. A. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972. P. 237 et. seq.

³¹⁵ CLAY, H. **The papers of Henry Clay: secretary of state**. Lexington: University Press of Kentucky, v.7, 1981. p. 243.

apenas responder que possíveis negociações de um tratado deveriam ocorrer na capital brasileira³¹⁶.

Mais de dois anos se passaram, desde a proposição estadunidense, em 1825, para se negociar um tratado com o Brasil, quando o governo de Washington designou um novo encarregado de negócios junto à Corte, que iria para o Rio de Janeiro substituir Condy Raguet³¹⁷ e diligenciar um tratado de comércio³¹⁸. Os trâmites relacionados ao acordo aconteceram no Rio de Janeiro, a pedido do Imperador D. Pedro I. Como as mediações se deram na capital brasileira, ao invés de Washington, pouco foi o protagonismo de Rebello no que se refere ao Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre Brasil e EUA, assinado em dezembro de 1828. Na mesma época em que pactuou esse acordo, o governo imperial firmou tratados com a Inglaterra (1828), Prússia (1828), a Áustria e Cidades Hanseáticas (1828), Dinamarca (1828) e Suécia (1828).

No que diz respeito ao acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos, preconizava-se com ele, em conformidade com o próprio documento, as boas relações entre ambos os Estados, definiam-se regras em relação às exportações e importações e expandiam-se direitos de “comércio e navegação” de indivíduos de ambos os países. Na terceira cláusula, é possível ler:

As Duas Altas Partes Contractantes, Desejando igualmente pôr o commercio, e navegação de seus respectivos Paizes, sobre a liberal base de perfeita igualdade, e reciprocidade, convierão mutuamente que os Subditos, e Cidadãos de cada uma dellas possuão frequentar todas as Costas, e Paizes da Outra, residir, e commerciar em todos os generos de productos, manufacturas, e mercadorias, e gozarão de todos os direitos, privilegios, e isenções, em navegação, e commercio, de que os Subditos, ou Cidadãos naturaes gozão, ou gozarem, submettendo-se ás leis, decretos, e usos estabelecidos, e a que se sujeitarem os Subditos, ou Cidadãos naturaes. Fica porém entendido que neste Artigo não se incluye o commercio de cabotagem de cada um dos dois Paizes, o qual fica reservado, conforme as leis dos ditos Paizes, aos seus respectivos Subditos, e Cidadãos³¹⁹.

³¹⁶ MELO, L. J. C. 12 de agosto de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 181.

³¹⁷ No começo de 1827, o diplomata estadunidense Condy Raguet se retirou da representação diplomática no Rio de Janeiro. Cf. Sub item Conflitos com o Diplomata Raguet: o Navio Spark (1827) no item Estadunidenses no Brasil: Degredados, piratas, acusações e suspeitas (1824 -1828) deste mesmo capítulo.

³¹⁸ REBELLO, J. S. Ofício, 12 de Agosto de 1827. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 2, 2009. p. 111.

³¹⁹ Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre o senhor imperador D. Pedro I, imperador do Brasil, e os Estados Unidos da América, assinado no Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 1828, e ratificado pelo Brasil na Referida data, e pelo dos Estados Unidos em 17 de março de 1829. Cf. **Tratado de Amizade, Navegação e**

Logo na sexta cláusula, destaca-se:

Concordou-se igualmente que todos os Negociantes, Commandantes de Navios, e outros Subditos, e Cidadãos de ambos os Paizes, tenham toda a liberdade de dirigirem seus proprios negocios em todos os Portos, e Lugares sujeitos á Jurisdição de qualquer delles, tanto relativamente á consignação, e venda de seus generos, e mercadorias em grosso, ou retalho, como relativamente á carga, descarga, e remessa de seus Navios, devendo elles ser tratados em todos estes casos, como Subditos, ou Cidadãos do Paiz em que residirem, ou ao menos ser equiparados aos Subditos, ou Cidadãos da Nação mais favorecida³²⁰.

O tratado regulava os negócios, estipulava a amizade entre ambos os Estados, delineava normas para navegações e combatia contrabandos e pirataria; ao mesmo tempo, previa maior “liberdade” de comércio entre estadunidenses e brasileiros. As regras que determinavam direitos e deveres de “súditos” ou “cidadãos” – de ambos os países – estavam relacionadas ao comércio e à navegação; e talvez tivessem sido delineadas levando em consideração os conflitos entre Brasil e EUA ocorridos anteriormente e associados ao comércio e à navegação, conforme veremos no item abaixo.

3.2 Estadunidenses no Brasil: Degredados, Piratas, Acusações e Suspeitas (1824 - 1828)

O Gigante de Pedra e o Barquinho

Quando os viajantes e marinheiros cruzavam os mares e desembocavam nas águas fronteiriças entre o alto mar e a Baía da Guanabara, durante o dia ou em noite de luar, se não houvesse nevoeiro ou chuva, podiam avistar ao largo uma parte montanhosa da costa do Rio de Janeiro, conhecida como *o Gigante Deitado* ou *Gigante de Pedra*. Em 1816, Jean- Baptiste Debret, retratou numa aquarela esta paisagem. Na gravura do artista francês, o “gigante” no fundo se impunha para além das águas marítimas no primeiro plano. Sobre o mar, um barco

Comércio entre o Senhor D. Pedro I, imperador do Brasil, e os Estados Unidos da América. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1828/b_9/> Acesso em: 25 de ago. 2014.

³²⁰ Ibidem.

navegava e contrapunha-se em sua “pequenez” às montanhas que pareciam um homem gigante adormecido³²¹. A “pequena” embarcação, quando comparada à paisagem montanhosa, possuía uma peculiaridade: no alto do mastro, embalada pelo vento, a bandeira dos Estados Unidos balançava.

Não era raro na época ver barcos com bandeiras dos Estados Unidos na costa brasileira; nesse sentido, a historiadora Antônia Wright salientou que “em 1816 os navios norte-americanos já ocupavam o terceiro lugar, e alguns anos depois só eram superados em número pelos navios britânicos na costa brasileira”³²². Sobre essa expansão marítima, que se perpetuou ao longo da década de 1820, vale lembrar, como exemplo, somente no mês de fevereiro de 1824, ao menos 24 barcos mercantes com bandeira dos Estados Unidos da América teriam aportado na cidade do Rio de Janeiro³²³.

Aliado ao tráfego de navios, crescia o número de estadunidenses que acabavam, por alguma circunstância, descendo o Atlântico e chegando em territórios brasileiros. Segundo a historiadora Teresa Cribelli, os primeiros estadunidenses a se aventurarem pelo Brasil, nos idos das décadas de 1820 e 1830 – período que a autora chamou a atenção para a expansão dos “interesses comerciais, militares e diplomáticos” do governo estadunidense para com o Brasil – eram marinheiros, missionários, diplomatas, aventureiros, baleeiros e mercadores³²⁴.

Isto posto, compreende-se que, neste período analisado (1824 - 1829), a presença de indivíduos e empreitadas marítimas estadunidenses no Brasil não foram desprovidas de conflitos e divergências. Dezenas de casos envolvendo desde irregularidades no comércio a prisões de cidadãos e navios estadunidenses foram relatadas.

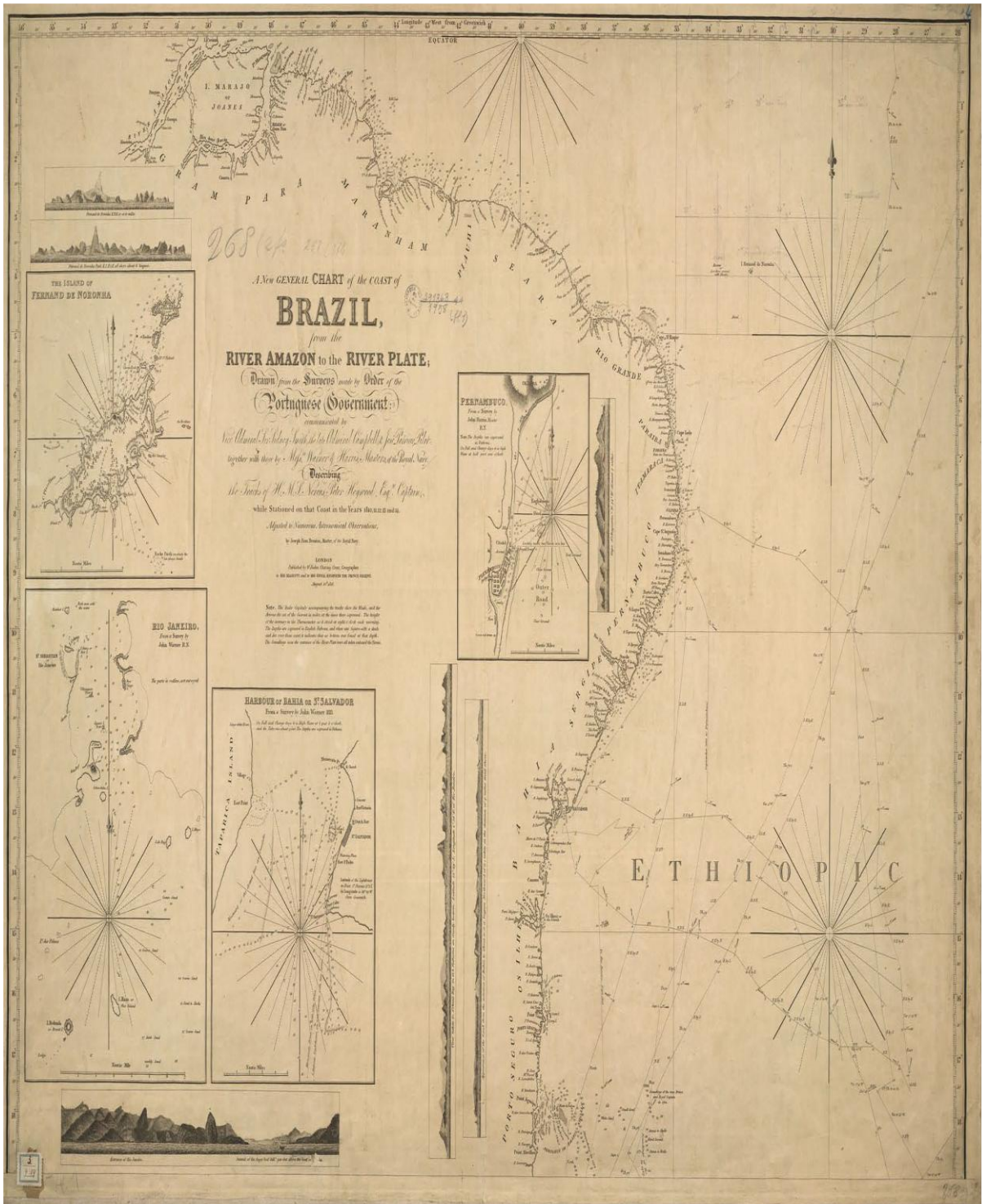
³²¹ DEBRET, J. B. **Parte da Costa Brasileira conhecida pelo nome de Gigante Deitado**. Aquarela, MEA 12. Rio de Janeiro, 1816. Acervo Museu Castro Maya.

³²² WRIGHT, A. F. P. A. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972. p. 48.

³²³ REBELLO, J. S. Anexo 1. Nota 3^a. 29 de Abril de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 95 et. seq.

³²⁴ CRIBELLI, T. O Império das Palmeiras: Os Estados Unidos descobrem o Império brasileiro. In: MARTINS, A. C. I.; SOCHACZEWSKI, M. (Orgs.). **As Descobertas do Brasil: O olhar do Estrangeiro na Construção da Imagem do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 2014. p. 88.

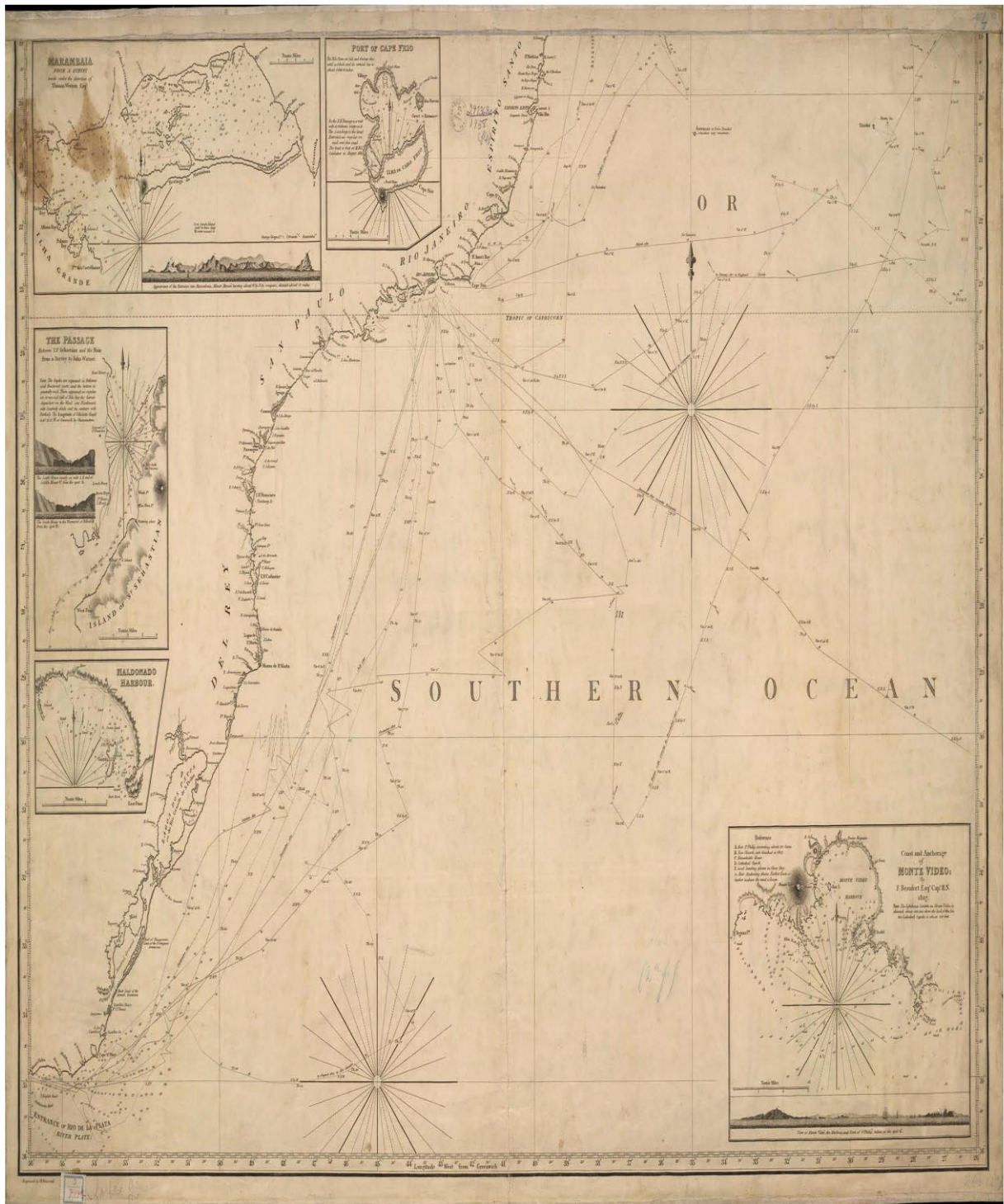
MAPA 2 - Costa Brasileira – REGIÃO NORTE (Parte 1)



FONTE: DESSIOU, J. F. *A New General Charter of the coast of Brazil from the River Amazon to the River Plate*. Londres; Escala? 2. Ed. 1818. Mapa pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional do Brasil³²⁵.

³²⁵ O mapas utilizados foram elaborados por Joseph Foss Dessiou, em 1810, sob encomenda do governo português, sendo que, reproduzimos a versão do mapa impresso em 1818. O mapa tem por objetivo mostrar a “costa brasileira” concebida no período – que a “grosso modo”, tinha como marcos hidroviários o rio Amazonas

MAPA 3 - Costa Brasileira – REGIÃO SUL (Parte 2)



FONTE: DESSIOU, J. F. *A New General Charter of the coast of Brazil from the River Amazon to the River Plate*. Londres; Escala? 2. Ed. 1818. Mapa pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional do Brasil.

no norte e o rio da Prata no sul –, considera-se que a configuração territorial não se modificou de 1818 até 1826, quando uma série de conflitos levaram a província da Cisplatina conquistar a independência.

Dois Casos: o corsário *General Ribeira* e o estadunidense John Williams (1824 – 1825)

Uma nota escrita por Silvestre Rebello ao secretário de estado Adams, em 31 de maio de 1824, relatava brevemente que D. Pedro I, quando aclamado Imperador³²⁶, teria perdoado alguns homens *americanos*³²⁷ tripulantes do corsário General Ribeira, apreendido pelas forças navais do Brasil e condenado judicialmente sob a acusação de pirataria³²⁸ – crime internacional, grave para a maioria dos Estados ocidentais. Isto posto, teria Silvestre Rebello utilizado o caso supracitado de perdão como recurso diplomático para com o governo estadunidense, mostrando a suposta boa vontade brasileira com os EUA.

Ainda em 1824, no mês de novembro, outro estadunidense, John Willians, foi detido no Brasil pela Marinha Imperial. Naquela época, a armada marítima do governo de D. Pedro I compunha-se não só de brasileiros³²⁹, mas também de mercenários estrangeiros contratados³³⁰. Segundo Silvestre Rebello, em 1824, alguns marinheiros ingleses haviam sido recrutados pelas forças navais do Brasil; eles receberam o *soldo*³³¹ por seus serviços e, logo após, desertaram-se de suas respectivas funções. Supostamente com o intuito de assegurar que isso não acontecesse novamente, as forças navais teriam recebido ordens para “reter” a marujada brasileira e quem estivesse com eles. Assim, o estadunidense John Willians, segundo Silvestre Rebello, teria sido confundido com um dos supostos desertores de nacionalidade inglesa e retido no Presiganga³³².

Quando soube do ocorrido, o diplomata dos EUA no Brasil, Condy Raguet, protestou em favor do detento estadunidense, mas não recebeu respostas imediatas. Além da ausência de respostas do governo brasileiro, o diplomata dos Estados Unidos acusava os responsáveis pelo

³²⁶ Provavelmente Rebello se referia as celebrações da Aclamação ocorrida em 12 de outubro de 1822.

³²⁷ Leia-se “estadunidenses”.

³²⁸ REBELLO, J. S. nota 7ª. 31 de Maio de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 88.

³²⁹ Termo usado na documentação de 1824.

³³⁰ Era uma prática comum que os governos dos estados ocidentais recrutassem homens oriundos de diferentes localidades e distintas origens para servirem em suas forças navais.

³³¹ Leia-se “ordenado”.

³³² Alegou o governo brasileiro que o fato de falar inglês, tal qual os supostos ingleses fugidos, teria contribuído para a retenção do estadunidense. Nesse ínterim, incorporamos logo acima uma narrativa de Silvestre Rebello dada em resposta ao governo estadunidense; portanto, possivelmente ela contém elementos próprios da retórica diplomática, do discurso, e apresenta uma versão dos fatos ocorridos no Brasil. Vale ressaltar outro ponto nessa documentação: John Williams não estava detido em um navio qualquer da armada brasileira prestando serviços. Estava detido no *Presiganga* – navio da Marinha Brasileira próprio para a detenção. REBELLO, J. S. [Anexo 1] N. 17. 27 de Junho de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 263.

Presiganga de maus tratos ao detento. Em meio às notas trocadas entre Condy Raguet e o Ministro Carvalho e Melo, esse último argumentou que o fato de John Willians não possuir nenhum documento comprobatório de suas origens contribuiria para a demora da libertação³³³. Com o desenrolar do caso, a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros instruiu Silvestre Rebello a rebater as acusações de maus tratos e agressões feitas pelo Condy Raguet. Em despacho ao diplomata brasileiro em Washington, o Ministro Melo escreveu que não houve excessos nos tratamentos a John Willians enquanto esteve no *Presiganga* e alegou não ser presumível que os responsáveis pelo navio tivessem sido desumanos, afinal, haviam “desmentido” a versão do estadunidense; portanto, não faltariam com a verdade em suas declarações³³⁴ (Grifo nosso).

Meses depois, quando o acontecimento passou a reverberar nos Estados Unidos, Silvestre Rebello expôs a versão brasileira sobre o ocorrido para o secretário de estado Henry Clay. Também coube ao diplomata brasileiro prestar uma reclamação formal ao governo estadunidense contra o encarregado de negócios Condy Raguet, pois o governo brasileiro o acusava de ter sido indecoroso em suas palavras³³⁵. Ao que tudo indica, o caso foi solucionado e não rendeu muito mais que algumas notas diplomáticas trocadas entre os respectivos representantes.

Não sabemos se as acusações de maus tratos a John Willians eram verídicas, porém, alguns relatos indicam que prisioneiros e marinheiros da armada brasileira estiveram, por vezes, sujeitos a maus tratos e “condições materiais precárias” dentro dessa instituição. Nesse sentido, cabe ressaltar, por exemplo, que naquela época a emigração de mercenários alemães para as forças navais do Brasil foi prejudicada devido a “má fama” adquirida na Alemanha depois da vinda de levas de germânicos para as tropas brasileiras³³⁶. Por volta desse período, relata-se, também, a suposta escassez de comida e roupa sofrida por mercenários irlandeses aquartelados no Rio de Janeiro. Ainda há um caso específico, acontecido em 1828, onde um marinheiro teria sido condenado a ser açoitado 150 vezes por não ter prestado continência ao

³³³ MELO, L. J. C. [anexo 6] Cópia. Para o cônsul dos Estados Unidos. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 157.

³³⁴ Ibidem p. 149.

³³⁵ MELO, L. J. C. Despacho. 3 de Janeiro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 149

³³⁶ MACAULAY, N. **Dom Pedro**: A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal 1798 – 1834. Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 233 et. seq.

major e, ao alegar inocência, a punição teria passado para 250 chibatadas³³⁷. Possivelmente, os presos das forças navais não tinham melhor acolhimento que os marinheiros da armada imperial – lembrando que outros relatos de supostos abusos cometidos pelas tropas brasileiras foram relatados por estadunidenses.

Sobre este período, ainda que não saibamos muito bem como as relações entre brasileiros e estadunidenses se davam num plano social, alguns indícios apontam a existência de conflitos político-culturais envolvendo estadunidenses no Brasil. Ainda no período joanino, em 1812, alguns saques feitos a navios brasileiros foram atribuídos a estadunidenses; também se relata o caso de uma contenda, em 1815, entre o cônsul estadunidense Sumter Jr. e a princesa Carlota Joaquina e seus capangas³³⁸. Acrescenta-se, a esses eventos, a surra promovida por alguns marinheiros estadunidenses contra alfandegários brasileiros³³⁹.

Conflitos e Suspeitas na Confederação do Equador (1824 – 1825)

No despacho emitido pela Secretaria a Silvestre Rebello, em janeiro de 1824, constava, no décimo oitavo parágrafo, que o diplomata deveria “secretamente” descobrir se grupos republicanos estadunidenses tinham, por ventura, ligações com facções republicanas no Brasil³⁴⁰. Nesse sentido, sabemos, através da literatura especializada, entre autores clássicos e recentes, que o período independentista foi marcado por um complexo cenário sócio-político no território brasileiro com especificidades e conflitos nas diversas províncias que, aos poucos, aderiram ao governo sediado no Rio de Janeiro³⁴¹. Desconhecemos quais são as

³³⁷ Ibidem.

³³⁸ Ibidem. p. 61.

³³⁹ [Documento 23] [Cópia] 3 Inquirição de testemunhas de sumário Assentada. 27 de Março de 1827. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009. p. 43.

³⁴⁰ MELO, J. C. Despacho, 31 de Janeiro de 1824. **Brasil–Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v 1, 2009. p. 17 et. seq.

³⁴¹ Diversos autores falaram sobre o assunto. Cf. ARMITAGE, J. **História do Brasil**: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, (1ª ed. 1831), 1981. / VARNHAGEN, F. A. **História Geral do Brasil**: Antes de sua separação e Independência de Portugal. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 7ª Edição, 1962. / FERREIRA, T. B. C. E NEVES, L. M. B. P. (Orgs.) **Dimensões políticas do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: 2012. / GRINBERG, K. SALLES, R. (Orgs.). **O Brasil Imperial** (Volume I – 1808 – 1831). Rio de Janeiro:

“facções republicanas” aludidas no documento, mas, possivelmente, a menção referira-se a grupos nas províncias do Norte, sobretudo em Pernambuco.

Coincidentemente ou não, meses depois, eclodiu o movimento independentista - que culminou na Confederação do Equador - que reivindicava a autonomia de um grupo de províncias no Norte do Brasil em relação ao governo sediado no Rio de Janeiro. Nesse ínterim, o primeiro documento escrito por Rebello “delatando” possíveis envolvidos nos “tumultos” em Pernambuco, informava que José dos Reys (leia-se Joseph Ray), um dos proprietários da Reys & Bryan, sediada em Recife, era um fomentador da “desordem”³⁴².

O homem em questão, o estadunidense Joseph Ray, vivia há alguns anos na cidade do Recife e havia sido designado pelo governo dos Estados Unidos ao cargo de cônsul estadunidense naquela cidade³⁴³. Sobre Rey (Ray), Silvestre Rebello escreveu:

José Rey, pertencente à casa de comércio que firma, em Pernambuco, “Rey e Bryan”, é um acérrimo motor de revoluções naquele [país]: principiou em 1817 e, até agora, não tem cessado de fomentar, quanto pode, oposição ao governo geral. Sabendo-se isto com certeza, virá o governo de S. M. no conhecimento de que mesmo sem proteção pública, daqui os indivíduos fazem quanto podem por introduzir a desordem, tanto para defraudarem os direitos, como para dar mais valor aos seus algodão e tabaco, etc. etc. É mais do que provável de que haja no Brasil muitos Josés Reys e Cia. e assim se prova o que disse a V. Exa. nos meus ofícios anteriores. É muito raro o barco, que daqui sai para o norte do Brasil, que não leve pólvora para vender por contrabando; isto pode ser evitado pelas administrações locais, em grande parte. Não me consta que, apesar das desordens no norte, tenham ido armas, contudo a minha ignorância prova pouco³⁴⁴.

Civilização brasileira, 2009. / CARVALHO, J. M. CAMPOS, A. P. (Orgs.). **Perspectivas da Cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

³⁴² REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Julho de 1826. **Brasil–Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v 1, 2009. p. 111.

³⁴³ Sobre Joseph Ray no Brasil, o historiador Flávio Cabral escreveu: “A nomeação de Joseph Ray não foi indicação de Cabugá, pois aconteceu em julho de 1816, logo, um ano antes da eclosão da revolução. Porém, o cônsul só desembarcou no Recife no dia 6 de junho de 1818, quando a revolução havia sido vencida pelo governo instalado no Rio de Janeiro e muita gente era perseguida, tendo se tornado testemunha ocular daqueles acontecimentos e usado da imunidade diplomática para esconder em sua residência vários acossados pela fúria real. Essas ocorrências causaram indignação em agentes da Coroa, que passaram a usar o corpo diplomático instalado em Washington para conseguir a destituição do cônsul e sua substituição por outro, comprometido com os interesses do reino. Juntamente com Joseph Bryan, o cônsul fundara a firma Ray & Bryan, que teria sido procurada por Cabugá nos Estados Unidos para ajustar a vinda de suprimentos para Pernambuco”.

In: CABRAL, F. J. G. Emissário: Cabugá. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: 1 de maio de 2014.

³⁴⁴ Op. Cit. 111.

Para o diplomata, os “revoltosos” no Brasil eram apoiados nos Estados Unidos por iniciativas desvinculadas do governo estadunidense. De todo modo, ainda naquele ano de 1824, as sedições em Pernambuco, outra vez, foram desmontadas e, alguns dos envolvidos, presos ou sentenciados a morte. Com relação ao episódio, o ministro Carvalho e Melo escreveu a Rebello narrando-lhe os acontecimentos. Sobre as facções sediciosas, ligadas ao que chamou de “partido demagógico”, Melo avaliara que eram “malvados” e alucinavam os “povos incautos”³⁴⁵. Narrava com certa efusão o desarranjo causado ao movimento rebelde em Pernambuco pelas tropas imperiais e concluía: “O império do Brasil tem forças suficientes para sufocar qualquer partido dissidente da boa causa [...] não poderá deixar de aumentar na Europa a nossa força moral, dando grande peso”³⁴⁶. Todavia, alguns dos conflagrados conseguiram fugir para os Estados Unidos da América. Coube ao diplomata Silvestre Rebello informar ao Império brasileiro quem eram os doze “rebeldes” fugidos, o que faziam e onde se concentraram. A esse respeito, eles foram majoritariamente para cidade de Nova Iorque e para Boston³⁴⁷. Provavelmente, esses grupos contrários ao imperador encontraram algum tipo de ajuda nos Estados Unidos. Segundo Silvestre Rebello, havia boatos que pernambucanos e baianos “fugidos” haviam recebido dinheiro dos “pedreiros livres” e, para ele, isso evidenciava que a “missão democrática” tinha ligação com as lojas (maçônicas).

As movimentações nas províncias do Norte, em 1824, não passaram despercebidas pelo governo estadunidense, sobretudo por dois motivos: o primeiro é que, naquele ano de 1824, José Silvestre Rebello, representando o governo brasileiro, entrou em contato com o governo estadunidense esclarecendo que os EUA deveriam nomear um novo cônsul para representá-los em Recife, pois o imperador não reconheceria Joseph Ray para o posto³⁴⁸; o segundo motivo se refere aos condenados à morte por traição ao imperador na Confederação do Equador, pois, dentre eles, havia um estadunidense chamado James Hugh Rodgers, nascido na cidade de Nova Iorque e membro de uma família socialmente prestigiada. O diplomata

³⁴⁵ MELO, L. J. C. Despacho, 4 de outubro de 1824. In: **Brasil–Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v 1, 2009. p. 48.

³⁴⁶ *Ibidem*.

³⁴⁷ REBELLO, J. S. Ofício, 3 de fevereiro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 208.

³⁴⁸ REBELLO, J. S. [anexo 1] N. 12 Confidencial. 1 de Março de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 229

Rebello relatou ao governo brasileiro o pedido de um congressista estadunidense³⁴⁹ junto ao governo brasileiro para repensar o aprisionamento do nova-iorquino encarcerado e sentenciado a morte³⁵⁰. Apesar da intercessão de Rebello - em nome do deputado e da família Rodgers – o estadunidense James H. Rodgers foi executado no Brasil. Meses depois, quando a notícia chegou a Washington, o secretário de estado Henry Clay pediu explicações ao diplomata brasileiro³⁵¹ sobre o caso; esta foi a última citação ao acontecido na documentação arrolada.

Conflitos e Suspeitas na Guerra da Cisplatina (1825 – 1828)

Os interesses do Brasil, segundo o historiador Vilafañe Santos, na região da Cisplatina estavam relacionados tanto à questão hidroviária na Bacia do Prata – afinal, ela ligava distintas regiões –; como também ao fator econômico, por conta do charque e do gado³⁵². Todavia, a região da Banda Oriental possuía também um posicionamento geográfico considerado privilegiado do ponto de vista militar. Nessa perspectiva, lê-se num ofício escrito por Silvestre Rebello: “[...] O Brasil é hoje senhor da única posição militar – Montevidéu – por onde podem ser atacadas as repúblicas que antes compunham o Vice-Reinado de Buenos Aires”³⁵³. Os conflitos na Banda Oriental, no Primeiro Reinado, que culminaram na guerra entre Brasil e Províncias Unidas do Prata e, posteriormente, no surgimento do Estado Uruguaio iniciaram-se antes mesmo da década de 1820 e, conforme alguns historiadores analisaram, estavam concatenados a um contexto complexo; segundo salientou a pesquisadora Gabriela Ferreira:

³⁴⁹ Rebello omitiu o nome do congressista no relato escrito no ofício.

³⁵⁰ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Julho de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 111.

³⁵¹ REBELLO, J. S. Ofício, 25 de Junho de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 251.

³⁵² SANTOS, L. C. V. G. O Império e as Repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. Curitiba, Ed. UFPR, 2002. p. 23.

³⁵³ REBELLO, J. S. Ofício, 20 de Abril de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 69.

Os conflitos que envolveram o Brasil e as repúblicas da região do rio da Prata no século XIX só podem [...] ser compreendidos à luz dos processos mais amplos de construção dos estados da região. Esses processos foram relativamente simultâneos – embora em ritmos variados – e imbricados, de um modo que o destino de cada um dependia, em certa medida, do destino dos demais³⁵⁴.

De todo modo, durante o período no qual o Império brasileiro disputou com o governo portenho o domínio sobre a região do Rio da Prata, essas alterações tiveram um impacto nas relações entre Brasil e Estados Unidos. Antes mesmo de se oficializar a Guerra da Cisplatina, já havia certo desconforto relacionado às disputas pela província da Cisplatina – reverberando inclusive nos EUA. Em meados de 1825, por exemplo, Silvestre Rebello relatou um diálogo que havia travado com o ministro de guerra dos EUA, sobre as disputas pela região da Banda Oriental protagonizadas pelos governos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. Ao longo da conversa, teria o ministro estadunidense sugerido que o Brasil cedesse ao governo de Buenos Aires a província disputada em “troco de alguma coisa”³⁵⁵.

Meses mais tarde, a guerra contra as Províncias Unidas do Prata foi declarada pelo Imperador D. Pedro I. O diplomata Silvestre Rebello só tomou conhecimento da declaração de guerra do Império brasileiro - assinada em fins de 1825 - em princípios de 1826³⁵⁶. O despacho enviado a Silvestre Rebello, emitido em 22 de dezembro de 1825, pelo então ministro da pasta dos Negócios Estrangeiros, o Visconde de Santo Amaro, instruía ao encarregado de negócios do Brasil convencer o governo estadunidense a tomar partido da causa brasileira³⁵⁷. Foi em vão. O Secretário de Estado Henry Clay se recusou a receber o manifesto brasileiro, alegando que aceitá-lo feriria um dos nortes da política externa estadunidense: a neutralidade nas disputas entre nações amigas³⁵⁸.

Aquela guerra oficializada em fins de 1825 ecoaria para além da região da Banda Oriental. De 1826 a 1828, na documentação arrolada, relatam-se várias suspeitas e acusações brasileiras ligadas a “supostos” envolvimento de estadunidenses prestando apoio à causa

³⁵⁴ FERREIRA, G. Conflitos no rio da Prata. In: GRINBERG, K. SALLES, R. (Orgs.). **O Brasil Imperial** (Volume I – 1808 – 1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 336.

³⁵⁵ REBELLO, J. S. Ofício, 25 de Junho de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 254.

³⁵⁶ VISCONDE DE SANTO AMARO. Despacho, 22 de dezembro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 199.

³⁵⁷ Ibidem.

³⁵⁸ REBELLO, J. S. Ofício, 4 de Março de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009. p. 353

portenha. Nesse sentido, encontramos as seguintes referências: o navio portenho General Brandizem, por conjectura, auxiliado por estadunidenses³⁵⁹; o caso do estadunidense John Gills e as tropas brasileiras em Montevidéu³⁶⁰; o navio Spark, apreendido no Brasil por suspeita de alimentar o *corso portenho* contra os navios brasileiros; o navio estadunidense Whetered, aparentemente danificado pelas forças navais brasileiras³⁶¹; os navios brasileiros alegadamente saqueados pelo corsário portenho Bolívar que teria levado suas *presas* para Nova Iorque³⁶².

Por outro lado, navios com bandeiras dos Estados Unidos da América acusavam a Marinha Brasileira de infringir os direitos das embarcações estadunidenses a trafegar livremente pelo mar e comercializar com Buenos Aires³⁶³. O governo estadunidense chegou a trocar notas diplomáticas com Silvestre Rebello buscando esclarecimentos sobre algumas posturas do governo brasileiro relacionadas ao bloqueio na foz do Prata, rebatendo as suspeitas brasileiras dos EUA não estarem cumprindo a dita política externa de neutralidade³⁶⁴. Em 1828, o jornal estadunidense *Daily Independent* publicou um editorial no periódico “denunciando” supostos desrespeitos do Império brasileiro aos direitos dos navios estadunidenses trafegarem na região da Banda Oriental. Apesar de o editorial ser uma crítica à postura do governo de Washington, que não estaria, segundo o jornal, sendo enérgico o suficiente com o governo de D. Pedro I nos casos que envolviam estadunidenses em meio à guerra da Cisplatina, o editor adotou uma perspectiva de desaprovação às medidas tomadas pelo governo brasileiro³⁶⁵. Em meio a este editorial de 1828, havia a citação a um caso ocorrido no ano anterior, em 1827, envolvendo o navio estadunidense Spark e o encarregado

³⁵⁹ REBELLO, J. S. Ofício, 8 de janeiro de 1828. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009. p. 170.

³⁶⁰ VISCONDE DE INHAMBUPE. [Anexo 3] [Cópia] 2ª Via. 30 de setembro de 1826. **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009. p. 328.

³⁶¹ REBELLO, J. S. Ofício, 15 de Janeiro de 1827. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009. p. 79

³⁶² MARQUÊS DE ARACATY. Despacho, 27 de Outubro de 1828. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009. p. 160.

³⁶³ VISCONDE DE SANTO AMARO. Despacho, 23 de Dezembro de 1826. **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009. p. 346

³⁶⁴ CLAY, H. To Silvestre Rebello. (1 de Maio de 1828) In: HARGREAVES, M. HOPKINS, J. (Orgs.). In: **The papers of Henry Clay: secretary of state**. v 7. University Press of Kentucky, Lexington 1981. p. 255.

³⁶⁵ Editorial - Daily National Intelligencer. (19 de Março de 1828). In: HARGREAVES, M. HOPKINS, J. (Orgs.). **The papers of Henry Clay: secretary of state**. v 7. University Press of Kentucky, Lexington 1981. p. 259.

de negócios dos EUA no Rio de Janeiro, Condly Raguet. Com relação a este caso, optamos por desdobrá-lo minuciosamente no próximo subitem.

Conflitos com o diplomata Raguet: o navio Spark (1827)

O ano era 1827: o mestre Charles Clarck conduzia pela costa brasileira o brigue Spark com bandeira estadunidense e atracara na capital imperial, no dia trinta de janeiro. Seu destino final era Montevideú. Assim alegou Clarck ao pedir *franquia* naquele porto em que ancorara seu *bergantim* por mais de um mês. Todavia, na manhã de quatro de março, quando o navio já se encontrava carregado e prestes a partir, o capitão de fragata a frente do navio Príncipe Imperial, José Edgar, avistou ao largo o Spark. Ao fazer contato com o mestre Clarck, um clima de tensão se interpôs entre eles. O brasileiro deu a ordem para o navio *picar amarra*, porém não houve resposta naquele primeiro momento³⁶⁶. O capitão Edgar relatou que ao adentrar o Spark, o *sobrecarga* deste navio rasgava papéis impressos e manuscritos lançando-os ao mar pela latrina. Declarou também ter sido ofendido pelo capitão Clarck e a marujada com “palavras mui indecentes”, ao lhes ordenar que “suspendessem o ferro”. Supostamente, foi a partir desses desdobramentos que o capitão brasileiro deu ordens para transferir vinte e dois marinheiros do Spark para a proa do Correio Imperial³⁶⁷, enquanto um dos marujos do Spark lhe acompanhou ao navio Príncipe Imperial. Este marinheiro teria declarado que o navio estadunidense em questão iria para Montevideú e de lá sairia para o *Curso* – não relatara, porém, o capitão Edgar, quais os procedimentos para conseguir a suposta “confissão” do marujo, nem explicitou na documentação quem era o tal delator.

A partir de então, teria se engendrado a suspeita, dentro dos quadros da Marinha Brasileira, que o destino final do navio seria a capital portenha e temia-se que ao chegar a Buenos Aires o brigue entrasse em “*Curso*” contra navios brasileiros. A Marinha Imperial revistou o navio e teria constatado possíveis irregularidades³⁶⁸ que foram registradas no *Auto de Exame e Vistoria Feito a Bordo do Brigue Spark*. A equipe de subalternos da Secretaria de Estado da Marinha do Império iniciou uma “devassa” na embarcação revistando os

³⁶⁶ EDGAR, J. Documento 5. Bordo da Fragata Príncipe Imperial surta no porto do Rio de Janeiro às 9 horas 1/4 da noite do dia 4 de março de 1827. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009. p. 25.

³⁶⁷ O *Correio Imperial* era um navio da frota marítima do Império Brasileiro.

³⁶⁸ MELO. SOUSA, L. J. **Documento 7. Auto de Exame e Vistoria Feito a Bordo do Brigue**. Rio de Janeiro, 1827. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009.

compartimentos: na câmara arrombaram a tábua do beliche, porém nada encontraram; prosseguiram as buscas e, na *escotilha do paiol de pólvora* arreventaram o cadeado, adentrando no local onde havia barris cheios de pólvora e um *polvorinho*, além de uma arroba de *trança preparada*. Na *praça das armas*, foram encontradas:

duzentas balas, pouco mais ou menos, de calibre doze e dezoito; oito parafusos das caronadas, oito feixos, e oito parafusos, oito miras das peças, oito parafusos das caronadas, dezesseis maços de artilharia, oito caviões, oito chavetas, oito cavilhas das palametas; duas passadeiras de balas, uma de calibre doze e outra de dezoito; oito números de peças feitas em folhas-de-flandres; um polvorinho grande, dois pequenos, dez diamantes, uma goiva, quatro saquinhos de cartucho para calibre doze, duas bandeiras americanas e uma flâmula³⁶⁹.

Prosseguiram a inspeção no navio, e seguiram para a *escotilha do porão* encontrando:

[...] dezessete lanadas e soquetes, cinco cuxarras e saca-nabos de calibre doze e dezoito; oito ternos de ferro das caronadas, oito vergueiros das peças com seus gatos, três saca-trapos, oito chaleiras, vinte oito talhos de artilharia, quatro pirâmides, um pouco de ferro-velho que serve para metralha; uma porção de tacos feitas para calibre de doze e dezoito; quatro caixões de conduzir pólvora, digo, de conduzir balas; e pirâmides para lima, oito estrados e oito carretos, pouco mais ou menos³⁷⁰.

No dia seguinte ao aprisionamento, o diplomata Condé Raguet iniciou o diálogo a partir de notas com o Marquês de Queluz³⁷¹, solicitando que o *bergantim* Spark fosse liberado. Em vista dos indícios de que o Spark estaria numa situação suspeita, tanto o Marquês de Queluz, responsável pela pasta de Negócios Estrangeiros, quanto o Marquês de Maceió, responsável pela pasta dos Negócios Marítimos, pediram explicações ao diplomata estadunidense, afinal, a embarcação apreendida teria saído dos EUA com licença para transportar quatorze homens, porém no porto brasileiro o cônsul estadunidense concedeu uma

³⁶⁹ Ibidem.

³⁷⁰ Op. Cit.

³⁷¹ O Marquês de Queluz relatou a Rebello que antes de todos esses acontecimentos o Mestre Clarck havia proposto à Marinha Brasileira a venda do navio Spark; porém, teria sido recusado pelo governo brasileiro dado o alto valor cobrado. Em meio às fontes analisadas sobre o Brigue Spark, encontra-se um documento da Marinha, com data de 22 de fevereiro de 1827, avaliando o preço do navio. O navio só foi apreendido em março. Assim, há a possibilidade de o brigue Spark ter sido “equipado” e “tripulado” de maneira irregular na capital imperial brasileira já que, antes desse acontecimento, ele estava à venda.

licença para 28 homens³⁷²; pedia-se, então, ao diplomata estadunidense que explicasse as razões do brigue andar armado sem a devida concessão e com destino às águas do rio da Prata³⁷³.

Em resposta, o estadunidense Raguet – em nota diplomática, com data de sete de março – escreveu que teria cooperado de bom grado caso tivesse sido comunicado antes dos procedimentos adotados pela Marinha Brasileira; todavia, naquele momento, recusava-se a prestar esclarecimentos ao governo imperial³⁷⁴. Dois dias depois de enviar a nota supra ao governo brasileiro, Condé Raguet pedira os passaportes³⁷⁵ que lhes foram entregues – segundo consta – sem nenhuma contestação³⁷⁶.

A partir desse evento, instaurou-se certo desconforto entre o governo brasileiro e o estadunidense com a súbita retirada do encarregado de negócios dos Estados Unidos da representação diplomática no Rio de Janeiro, em março de 1827. Ainda naquele mês, a Secretaria de Negócios Estrangeiros emitira um despacho para Rebello com cópias de vários documentos anexos relatando o ocorrido e instruindo-lhe como agir nesse caso. Para o Marquês de Queluz, a saída de Raguet possivelmente não estava relacionada diretamente ao caso do navio *Spark*, conforme este havia alegado. Nessa perspectiva, o Marquês de Queluz escreveu a Rebello em tom de confidência:

[...] em correspondência com os mais diplomatas aqui residentes declarou ele não ser o suce[ss]o do brigue *Spark* o principal motivo de pedir passaporte, mas também uma sentença proferida no Tribunal das Presas, que lhe pareceu injusta, e até não sei que presas do antigo bloqueio de Pernambuco, afirmando que, se o Governo Imperial pagasse duzentos contos de réis, tudo se acomodaria³⁷⁷.

³⁷² MARQUÊS DE MACEIÓ. **Documento 9. 5 de Março de 1827**. Rio de Janeiro, 1827. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 2, 2009. p. 29.

³⁷³ MARQUÊS DE QUELUZ. Despacho, 27 de março de 1827. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 2, 2009. p. 576.

³⁷⁴ RAGUET, C. Anexo 11. Rio de Janeiro, March 7, 1827. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 2, 2009.

³⁷⁵ Pedir os passaportes, nesse contexto, significava sobretudo retirar-se do cargo de representante diplomático dos Estados Unidos da América no Brasil.

³⁷⁶ MARQUÊS DE QUELUZ. Anexo 14. 10 de Março de 1827. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v. 2, 2009.

³⁷⁷ MARQUÊS DE QUELUZ. Despacho, 6 de Abril de 1827. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 2, 2009.

De todo modo, voltou Condy Raguet aos Estados Unidos da América naquela primeira metade de 1827; por volta da mesma época em que o brasileiro Isidoro Costa e Oliveira havia sido designado, outra vez, ao posto de secretário da legação brasileira em Washington e retornara aos EUA, mais uma vez, para trabalhar ao lado de Silvestre Rebello³⁷⁸. Segundo um relato narrado pelo diplomata Rebello, pouco tempo depois de regressar a capital estadunidense, Isidoro da Costa e Oliveira, em Washington, encontrara fortuitamente o secretário de estado Henry Clay. Após se cumprimentarem, teria Clay, segundo Oliveira, perguntado de maneira “jocosa” se ele (Isidoro Oliveira) e o Condy Raguet haviam retornado juntos para os EUA. Segundo Silvestre Rebello, Isidoro Oliveira acreditava que a conversa amigável com Henry Clay sinalizava que o caso do brigue Spark e a súbita saída de Raguet da representação diplomática no Brasil não gerara impactos significativos no governo estadunidense: as previsões de Costa se confirmaram ao longo do tempo. Logo, um novo nome foi indicado ao posto de representante dos Estados Unidos perante o governo do Brasil: Willian Tudor.

3.3 Silvestre Rebello e a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros (1824-1829)

No Paço Imperial: a SENE

O Palácio do Rio de Janeiro, ou *Paço Imperial*, ficava no centro da cidade homônima. Das janelas frontais era possível observar a movimentação dos transeuntes na área externa ao prédio bem como o *Chafariz*, erguido a poucos metros dali pelo *Mestre Valentim*. Para além do chafariz, as águas marítimas da *Baía de Guanabara* completavam o panorama. Das janelas laterais, à direita, mirava-se o “largo do paço” bem como as edificações circunvizinhas: o *Convento de Carmo*, a Catedral Real e a Igreja da *Ordem Terceira do Carmo*. Das janelas do terceiro andar, na parte dos fundos, uma paisagem atlântico tropical se projetava ao largo: os morros da *Urca*, *Pão de Açúcar*, do *Desterro*, bem como o *Corcovado* eram os limites espaciais que o horizonte proporcionava. Era um prédio colonial que a princípio - antes da chegada da família real ao Brasil - abrigara a sede do vice-reinado brasileiro até 1808 e, posteriormente, foi ocupado pela dinastia Bragantina como “residência” provisória. Posteriormente, o *Paço*, se tornou no lugar da morada da “governança” real, afinal, foi tomado

³⁷⁸ Citamos o caso do secretário Isidoro da Costa e Oliveira no capítulo 2 tanto no primeiro quanto no segundo item.

por D. João VI e pelo seu conselho como centro administrativo do Reino Português. Anos mais tarde, após a emancipação política brasileira, preservara Pedro I o *palácio do Rio de Janeiro* como local da “governança” imperial e *Casa de Despachos* das secretarias. No interior daquele velho prédio, centenas de despachos foram escritos e remetidos a José Silvestre Rebello pelos seis ministros que ocuparam a SENE entre 1824 a 1829, do mesmo modo que, também fora aquele logradouro o destino final de centenas de ofícios escritos pelo diplomata que na época encontrava-se em Washington.

Naquela período, a organização administrativa e burocrática era uma preocupação presente nos projetos e discussões dos homens que, aos poucos, materializavam a experiência de emancipação política no Brasil. Assim sendo, segundo o historiador Marcos Romero, na sessão de 9 de setembro de 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva argumentou que era preciso organizar as repartições e pastas do governo recém formado³⁷⁹. Meses depois, no decreto assinado por D. Pedro I em 13 de novembro de 1823, desmembrou-se duas pastas da antiga Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e foi criada a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros do Império como responsável pela política externa do governo imperial³⁸⁰.

A respeito da organização da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros no Primeiro Reinado, o pesquisador Flávio Mendes de Castro narrou alguns eventos que fornecem uma base para entender o que se passava em relação a SENE. Sobre a primeira organização dos negócios estrangeiros no Império brasileiro, Castro expôs uma série de acontecimentos que aos poucos foram sedimentando a SENE. Assim sendo, em novembro de 1822, a *Portaria 144* foi estabelecida e, por sua vez, rezava que os estrangeiros deveriam retirar seus passaportes para saírem do país³⁸¹. Anos depois, em 1827, foi determinado que os diplomatas numerassem os ofícios e adotassem o uso de um índice. Criou-se em 1828 o sistema de “*Boletins*” para avaliar o desempenho do corpo diplomático; registros dos cônsules sobre a importação e exportação no Brasil; além do estabelecimento de uma rotina de envio anual de mapas com a relação de toda a documentação trocada pelas legações no exterior. Ainda em 1828, dividiu-se a documentação da diplomacia aos cuidados de seis oficiais e foi concebido um arquivo diplomático. Durante o Primeiro Reinado a secretaria teria

³⁷⁹ ROMÉRO, M. **História da Organização Administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores** (1808 – 1951) Rio de Janeiro: MRE, 1951. p. 13.

³⁸⁰ *Ibidem*.

³⁸¹ CASTRO, F. M. O. **Dois Séculos da História da Organização do Itamaraty**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2009. p. 27 e 28.

ampliado os sua estrutura: no final do governo de D. Pedro I a SENE, no Paço Imperial, contava com as seguinte quadro de funcionários: um ministro encarregado pela secretaria e oficiais maiores sob a tutela deste, porteiros e correios à cavalo; por sua vez, nas legações estrangeiras haviam ministros plenipotenciários ou encarregados de negócios, cônsules, cônsules gerais, vice-cônsules e por fim adidos de primeira e segunda classe³⁸². A tudo somado, acrescenta-se também, a criação de uniformes, autorizada por José Bonifácio em fins de 1822, para o corpo diplomático, com as cores imperiais – indumentárias verdes com botões e bordados amarelos – e mais apropriados ao clima brasileiro, contrapondo-se aos antigos uniformes azuis utilizados pelos diplomatas portugueses³⁸³.

Nota-se nos elementos supra citados a elaboração organizacional desta secretaria nos primeiros anos do Império brasileiro e, consecutivamente, as especificidades no seu cerne: o pequeno número de funcionários; as mudanças graduais ocorridas ao longo dos anos e a ampliação das legações imperiais no estrangeiro. Em meio ao *Paço Imperial*, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros mesclava tradição e novidade.

Os Ministros dos *Negócios Estrangeiros* (1824 -1829)

Quando Rebello assumiu a missão diplomática nos EUA, o ministro responsável pelos negócios estrangeiros (SENE) na *Casa dos Despachos Imperial* era o Luís José de Carvalho e Melo – futuro Visconde da Cachoeira³⁸⁴ - que ocupara o cargo de novembro de 1823 a outubro de 1825. Substituiu-lhe o Visconde de Paranaguá, Francisco Vilela Barbosa, ministro desta até novembro daquele mesmo ano quando, José Egidio Álvares de Almeida, o Visconde de Santo Amaro – posteriormente nomeado marquês - assumiu o posto. Meses depois, Antônio Luís Pereira da Cunha, o Visconde de Inhambupe foi nomeado ministro desta instituição e ocupou o cargo de janeiro de 1826 a janeiro de 1827. A seguir, João Severiano Maciel da Costa, o Marquês de Queluz, estivera sob o comando do ministério até novembro de 1827, sendo substituído pelo Marquês de Aracaty - João Augusto de Oyenhausen-Gravenburg – que permaneceu na Secretaria até fins de 1829. Coincidentemente, aos olharmos o quadro de ministros da pasta dos negócios estrangeiros, no Primeiro Reinado,

³⁸² O quadro de funcionários no exterior dependia da estrutura da legação. Algumas eram maiores e outras menores. Cf: CASTRO, F. M. O. Capítulo III – Os Pioneiros (1822-1830) Gestão João Carlos Augusto Oyenhausen (1827-1829). In: _____. **Dois Séculos da História da Organização do Itamaraty**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

³⁸³ Ibidem.

³⁸⁴ Apesar de nomeado ao cargo de Visconde da Cachoeira em outubro de 1824, em contraponto aos outros ministros, Carvalho e Melo continuou assinando os documentos com o nome próprio e não com o título.

nota-se que o primeiro deles, Luís José Carvalho e Mello, não possuía “título nobiliárquico” quando assumiu o cargo. Foi nomeado Visconde da Cachoeira ainda no posto e, logo depois, substituído sucessivamente por três viscondes e dois marqueses. No período estimado de seis anos, seis ministros ocuparam o cargo máximo da SENE. Ao que tudo indica, o período fora marcado pelo “remanejamento contínuo” de pastas e trabalhos no governo imperial e estes homens, que pertenciam ao alto escalão do poder executivo, eram deslocados continuamente para outras funções no governo de D. Pedro I. Na Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros esses ministros foram intermediadores das relações políticas entre o Estado Imperial Brasileiro e os Estados estrangeiros lidando com particularidades próprias do Primeiro Reinado ligadas as novas configurações políticas e institucionais do Brasil, além de desafios específicos da década de 1820.

TABELA 1 - Ministros da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros (1824-1829)

Nome	Período na SENE
Luís José de Carvalho e Mello – Visconde da Cachoeira.	1823 -1825.
Francisco Vilela Barbosa – Visconde de Paranaguá.	1825.
José Egídio Álvares de Almeida - Barão e Visconde de Santo Amaro	1825 – 1826.
Antônio Luís Pereira da Cunha - Visconde e Marquês de Inhambupe.	1826 – 1827.
João Severiano Maciel da Costa - Visconde e Marquês de Queluz	1827.
João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg – Marquês de Aracaty	1827 -1829.

A Legação Brasileira nos EUA

Quando o diplomata Silvestre Rebello chegou a Washington em 1824, ainda não havia uma estrutura diplomática do Brasil nos Estados Unidos da América. Coube a Silvestre Rebello organizar a primeira legação brasileira em Washington. Comprou materiais necessários para o ofício diplomático; fez proposições ao governo imperial no que concerne à

aquisição de um terreno em Washington para que se construísse um prédio para a legação DO Brasil; manteve um acervo da documentação arrolada ao longo dos anos e que em 1828 pôde ser “compilada” em partes por José Silvestre Rebello e pelo secretário Bento da Silva Lisboa para constar no arquivo diplomático no Rio de Janeiro – organizado pelo Marquês de Aracaty.

De 1824 a 1829, José Silvestre Rebello foi o Encarregado de Negócios do Brasil em Washington - o cargo mais alto naquela legação - e, teve dois secretários para auxiliá-lo: primeiro Isidoro da Costa e Oliveira e, posteriormente, Bento da Silva Lisboa. Em 1826, Francisco Joaquim de Lima ocupou o cargo de cônsul-geral da legação brasileira nos EUA - e passou a chefiar os vice-cônsules que anos antes haviam sido nomeados por Silvestre Rebello para atuarem nos portos estadunidenses. Nesse ínterim, encontramos na documentação reunida algumas nuances relacionadas à implantação de um sistema fiscal portuário brasileiro nos Estados Unidos.

Em 1824, Rebello nomeou alguns vice-cônsules que dariam o aval aos estadunidenses para atracarem nos portos brasileiros. Nesse ínterim, em agosto daquele ano, o diplomata brasileiro enviou ao presidente Adams a lista com os primeiros designados aos postos de vice-cônsules nos portos dos Estados Unidos e conjuntamente uma tabela com as respectivas taxas:

Lista os indivíduos nomeados como vice-cônsules do Brasil nos EUA:

“Alexandria, and District of Columbia (1) Christopher Nealle.
 Baltimore, and State of Maryland (2) Edward Johnson Coale.
 Philadelphia (3) James Morrell.
 New York (4) Herman Bruen.
 Boston (5) Bryant P. Filden.
 (1) É agora o juiz ordinário.
 (2) É um livreiro, a quem devo muitos favores e o Império do Brasil.
 (3) }
 (4) } São comerciantes, que me foram recomendados como pessoas
 (5) } “capazes.”³⁸⁵”

List of the fees that Brazilian vice-consuls are authorized to receive from vessels and of the papers those must present on the ports of Brazil at their arrival

Foreign Vessels:

³⁸⁵ REBELLO, J. S. *List of the individuals appointed to serve as vice-consuls for the Empire of Brazil in different ports of the United States*. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 121.

<i>Dollars</i>	
Certificate of health	\$ 2.
Cockets contresigned for every [sic]	\$ 2.
Manifest of the cargo	\$ 2.
Equipage roll	\$ 2.
Every passenger, his passport	\$ 2.

Brazilian Vessels:

<i>Dollars</i>	
For vessels of hundred tons	\$ 11.
For every ton more	\$ 00 6/100
Certificate of health	\$ 2.
Equipage roll	\$ 2.
For every cocket	\$ 2.
Manifest of the cargo	\$ 2.
Every passenger, his passport	\$ 2.
Copy of every paper wanted	\$ 1 ³⁸⁶ .

Nesses quase 5 anos ocupando o cargo de Encarregado de Negócios também foram estabelecidas rotinas administrativas, como por exemplo, a elaboração de um relatório anual das despesas diplomáticas da legação nos EUA e o envio de ofícios ao governo brasileiro no 26º dia do mês³⁸⁷.

D. Pedro I na SENE

Pedro de Alcântara, o Imperador brasileiro, esteve em alguma medida presente na Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros nos anos analisados. Ao consultarmos os despachos enviados à Silvestre Rebello pelos diversos ministros que estiveram à frente da pasta de negócios estrangeiros, nota-se as constantes referências à participação do Imperador em relação ao conteúdo dos ofícios enviados por Silvestre Rebello³⁸⁸. Contudo, não sabemos como era a relação do Imperador com os Ministros da SENE, o nível de envolvimento de D. Pedro I nos negócios estrangeiros, e qual o grau de autonomia dos ministros em relação ao imperador. Nesse sentido, alguns dados devem ser levados em consideração: D. Pedro I mantivera o *Paço* como o centro aglutinador da Coroa e, assim como D. João VI, esteve próximo da Coroa (Gabinete) – salvo exceções.

³⁸⁶ REBELLO, J. S. *List of the fees that Brazilian vice-consuls are authorized to receive from vessels and of the papers those must present on the ports of Brazil at their arrival*. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009.

³⁸⁷ Ainda que existam ofícios enviados em outros dias do mês, a maioria dos ofícios era enviada no 26º dia.

Para além da participação do imperador na SENE é possível pensar nas constantes referências e imagens construídas no corpo documental relacionadas ao imperador e a sua família. Ao falarem no imperador, os ministros costumeiramente ocultavam o nome Pedro, utilizando os termos: Sua Majestade Imperial, Sua Majestade o Imperador, S.M.I., e pontualmente há menções a figura imperial pela alcunha de “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”, “fidelíssimo imperador” e “augusto senhor”.

De um modo geral, o nome Pedro – referindo-se ao monarca - aparece sobretudo em alguns documentos de circulação externa e em homônimos em homenagem ao imperador como o *Brigue Pedro I* ou o *Brigue Defensor de Pedro*. Além do monarca, por vezes encontra-se nestes documentos referências à família real – os ministros informavam ao diplomata Rebello questões pontuais sobre os *Braganças* no Rio de Janeiro: nascimentos, enfermidades, morte.

O subordinado Rebello

“Com estes despachos últimos não se me mandaram da secretaria gazetas; rogo a V. Exa. que ordene para que se me não dê mais este dissabor. V. Exa. sabe que os que estão ausentes se consolam muito quando sabem e recebem novas da sua pátria”³⁸⁹; - queixoso de não haverem lhe mandado os periódicos que lhe informavam sobre as coisas no Rio de Janeiro, Silvestre Rebello escreveu o excerto acima à SENE. Essa não foi a única vez que reclamou de terem esquecido de lhe enviarem gazetas. Também não foi a única ocasião que se mostrou descontente com problemas internos na instituição.

A relação de Silvestre Rebello com a SENE entre 1824 – 1829 nos chama a atenção. Se, por um lado, Rebello precisava instar o aval do governo brasileiro, mesmo no plano privado, como os pedidos que fez para participar de agremiações e academias estadunidenses; por outro, tinha a “autonomia” para expressar algumas opiniões. Sugeriu Rebello a Melo que instituisse no Rio de Janeiro “recepções festivas e banquetes”, conforme se praticava nos Estados Unidos, para a melhor “convivência” diplomática³⁹⁰. Aconselhou Rebello, em 1825, que o governo brasileiro se comunicasse com Bogotá (Colômbia), Guatemala e México a

³⁸⁸ **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, v.2, 2009. passim.

³⁸⁹ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Agosto de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 277.

³⁹⁰ REBELLO, J. S. Carta particular destinada ao ministro José L. C. Melo. **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 86.

partir de Washington, afinal, segundo Rebello, esse seria o melhor caminho³⁹¹. Ele também teria opinado acerca de como a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros deveria se organizar. Ao longo dos anos, recebeu apreciações e elogios dos ministros que, muitas vezes, relataram que o Imperador “aprovava” o seu zelo e empenho.

Por outro lado, foi advertido algumas vezes dentro dessa instituição. Assim sendo, em 1825, foi censurado pelo ministro Luís José de Carvalho e Melo por ter garantido ao governo estadunidense a possibilidade de se firmar um acordo multilateral, que poderia incluir alguns estados hispano-americanos³⁹². Num outro episódio, o diplomata Rebello teria recebido uma “advertência”, afinal, descontente com a “desorganização” da SENE, Rebello escreveu ao ministro responsável:

[...]Nesta correspondência, não veio a cópia da nota do Raguet de 22 de novembro, a qual deu à V. Exa. justo motivo de escândalo, falta que muito sinto e que rogo a V. Exa. haja de corrigir, mandando que na secretaria tenham cuidado no que fazem; e não estejam *ad ferias* quando me mandam papéis³⁹³. (Grifo nosso).

Em resposta ao subordinado à Secretaria, o Visconde de Santo Amaro o censurou:

Fico inteirado da comunicação, que lhe fizera o barão de Itabaiana e que V. Mce. refere no seu citado ofício, bem como de haver recebido os despachos desta secretaria de Estado, que menciona, em cujo número diz se não enviara a cópia da nota de Raguet, de 22 de novembro do ano pretérito, e pedindo instantemente se repreenda a secretaria por semelhante omissão. S. M. I. não pôde de[ixar] de reparar em uma tal recomendação, atenta a sua incompetência e exorbitância, não ignorando V. Mce. que a Secretaria d’Estado está debaixo da imediata inspeção do respectivo ministro e secretário d’Estado, o qual, denunciada alguma falta, dela [*não*] deixará de advertir o culpado, como enten[der] que cumpre; devendo por conseguinte V. [Mce.] ter-se só limitado a assinalar semelhante falta ao ministério, e não lembrar-[lhe] e menos recomendar-lhe o seu dev[er], o que assim se lhe participa para [sua] inteligência e governo³⁹⁴. (Grifo nosso)

³⁹¹ Ignoramos a presença de enviados brasileiros e legações nesses países, nesse período. De todo modo, essa proposta de Rebello à Secretaria de Negócios, nessa época, ressalta o caráter “experimental” daquela primeira geração diplomática brasileira.

³⁹² Em conversa com Henry Clay, em nota diplomática datada em 28 de janeiro de 1825, Rebello disse ao secretário de estado de Washington que existia a possibilidade de se firmar um acordo multilateral. A censura dada a Rebello pelo Ministro José Luís Carvalho e Melo, encontra-se em: MELO. Despacho, 14 de Maio de 1825. / REBELLO, J. S. Ofício, 19 de Abril de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 173.

³⁹³ REBELLO, J. S. Ofício, 19 de Abril de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 234.

³⁹⁴ VISCONDE DE SANTO AMARO. Despacho, 12 de novembro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 190.

Nessa relação cheia de nuances, vale ressaltar os constantes desabafos de Rebello feitos através dos despachos à SENE: reclamava do “mau tempo” em Washington, criticava o republicanismo estadunidense, relatava detalhes de suas viagens à Baltimore ou Nova Iorque, falava de suas impressões acerca dos estadunidenses e de sua cultura – chegou Rebello a informar à Secretaria de Estado que, em certa ocasião, estivera muito adoentado, a ponto de ficar “desacreditado” e redigir um “testamento”. Rebello dava aos documentos enviados à Secretaria um grau de subjetividade que dialogava com assuntos do “âmbito privado”. Possivelmente, porquê através dos ofícios esse homem – que não se casou e nem teve filhos – exprimia algumas angústias de estar “longe” do lugar onde havia firmado raízes: *o Rio de Janeiro*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Deus guarde a V. Exa. por muitos anos, como desejo”³⁹⁵ – Com essa frase protocolar encerrava-se o último ofício que se conhece escrito pelo diplomata Silvestre Rebello ao então ministro Marquês de Aracaty. Isso ocorreu em 1829. Quase duzentos anos nos separam desse período. Ofícios, pinturas, periódicos, atas, notas diplomáticas e despachos encadeados e justapostos formam imagens possíveis de José Silvestre Rebello – e de um passado político brasileiro – do mesmo modo que os antigos mosaicos romanos feitos de tesselas irregulares de cerâmica sobrepostas, unidas e encaixadas, formavam imagens.

O estudo de caso, baseado na trajetória política do diplomata em questão, trouxe à baila um personagem com uma biografia densa, mas ainda pouco estudada. O que há de singular e interessante em seu percurso? Ousamos, nestas linhas finais, traçar algumas proposições: de origem socioeconômica modesta, Silvestre Rebello teria se dedicado ao comércio na Praça do Rio de Janeiro – no período joanino – e em meio a este grupo que possuía prestígio na corte, envolvido em importantes “teias de relações” (já que conhecia figuras como o comerciante de grosso trato Bernardino de Almeida e era amigo íntimo do brigadeiro Manoel Marques, o “conquistador de Cayena”) foi incorporado, em 1820, ao aparato governamental joanino na categoria de Juiz da Comissão Anglo-Portuguesa. No começo da década de 1820, a proximidade de Silvestre Rebello com figuras “ilustres” da época, como José Bonifácio e o Conde de Palma; sua condição de Juiz da Comissão Mista; além do seu “engajamento” na causa independentista brasileira, pesaram, possivelmente, na indicação recebida para ele ser o encarregado de negócios do Império brasileiro nos Estados Unidos da América em 1824.

Essa primeira geração de diplomatas do Brasil a qual Rebello pertenceu possuía origens distintas; todavia, ao que tudo indica, a inserção destes homens na Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros estaria atrelada em alguma medida às teias de relações estabelecidas no Rio de Janeiro (períodos joanino e imperial). Assim, Antônio Telles da Silva – oriundo da nobreza portuguesa –, amigo de D. Pedro I, foi enviado ao Império austríaco³⁹⁶; Caldeira Brant, neto de um “famoso contractador geral dos diamantes e do ouro”³⁹⁷, era mineiro, coimbrão – e tivera relações pessoais com o representante inglês na corte joanina, o

³⁹⁵ REBELLO, J. S. 31 de Julho de 1829. **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009. p. 389.

³⁹⁶ CORREIA, O. Telles da Silva em Viena. In: **Arquivo Diplomático da Independência**. Rio de Janeiro: Litho. Typ. Fluminense, v.4, 1922. p. IX.

³⁹⁷ ACCIOLY, H. Brant e Gameiro em Londres In: **Arquivo Diplomático da Independência**. Rio de Janeiro: Litho. Typ. Fluminense, v.1, 1922. p. XXX.

Mareschal Beresford – foi enviado a Inglaterra³⁹⁸; outro coimbrão, Borges de Barros, advindo de uma rica família da Bahia, e deputado do Brasil frente às Cortes lisboetas, representou o Brasil a partir de 1823, na França³⁹⁹; o médico Jorge Antônio Schaefer – um bávaro bem nascido, protegido da Imperatriz Leopoldina – foi diplomata do Brasil perante os Estados alemães⁴⁰⁰; Mello Mattos, genro do ministro da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros, foi nomeado ao posto de representante político frente ao Grão Ducado de Mecklemburgo-Schwerin em 1825⁴⁰¹ e, por fim, Gameiro Pessoa - o decano da secretaria e único nesta primeira geração a ter pertencido aos quadros diplomáticos do governo português – possuía experiência diplomática e foi enviado num primeiro momento para a França e, posteriormente, para a Inglaterra. Apesar das origens dos demais, Silvestre Rebello era o único comerciante entre eles, entretanto, sua entrada no corpo diplomático brasileiro presumivelmente também relacionava-se com as ditas “teias de relacionamento”.

Vivendo nos Estados Unidos da América a partir de 1824, Rebello conheceu personagens importantes daquele contexto, desde artistas, eclesiásticos a representantes diplomáticos. Como homem das letras e erudito, pertenceu a agremiações estadunidenses e ao patrocinar uma premiação no festival da agricultura promovido pela *Maryland Agricultural Society*, homenagearam-lhe dando ao prêmio o nome de *The Premium Rebello*. Apesar de ter morrido solteiro e sem filhos, num documento de sua autoria – desse período em que morou em Washington – encontra-se um relato em que afirmou ter ido visitar o túmulo de George Washington acompanhado pelo secretário e família (provavelmente referindo-se à Henry Clay) e por “aquela com quem vivo”⁴⁰².

No que tange a sua atuação diplomática, destaca-se o papel ocupado pelo diplomata naquele país e a inserção deste no meio político em Washington. Desde a primeira missão nos Estados Unidos, o encarregado de negócios Rebello mantivera uma postura cordial em relação

³⁹⁸ Ibidem.

³⁹⁹ LYRA, H. Gameiro e Borges de Barros em Paris. In: **Arquivo Diplomático da Independência**. Rio de Janeiro: Litho. Typ. Fluminense, v.3, 1922. p. IX.

⁴⁰⁰ VASCONCELLOS, M. Schaeffer e Mello Mattos nos Estados da Alemanha. In: Brasil. **Arquivo Diplomático da Independência**. Rio de Janeiro: Litho. Typ. Fluminense, v. 4, 1922. p. XXXIX.

⁴⁰¹ Ibidem. p. LV.

⁴⁰² REBELLO, J. S. Ofício, 26 de outubro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 284.

ao governo de Washington⁴⁰³ e outras legações diplomáticas estabelecidas nos EUA. As sequências de reuniões com o então secretário de Estado Adams – em busca do reconhecimento estadunidense da independência brasileira, aparentemente simples - na prática foram permeadas por embates “cordiais” e avaliações por parte do governo estadunidense da situação política do Brasil. Após, o reconhecimento da emancipação política brasileira – em 26 de maio de 1824 – por parte do governo estadunidense, D. Pedro I ficou satisfeito com a atuação diplomática de Rebello nesta primeira missão e a Secretaria o recompensou pelo “feito” com o aumento do ordenado e uma condecoração honorífica.

Outras missões vieram depois dessa, entre elas, a compra de navios para a armada Imperial nos Estados Unidos. Esta missão foi marcada pelos constantes desentendimentos com o Barão de Itabaiana (Gameiro Pessoa); o não cumprimento das ordens oriundas de Londres para que não mais sacasse dinheiro repassado pelo fundo do Brasil em Londres; as dezenas de milhares de dólares de dinheiro público retirados por Rebello sob a alegação de ser para “seu agenciamento e outros gastos”; sugestões dadas por ele sobre a aquisição das embarcações a partir de suas análises da geopolítica; além dos constantes pedidos de demissão do cargo, supostamente ligados às divergências e problemas oriundos dessa missão diplomática. Todavia, quando as embarcações chegaram ao Rio de Janeiro, o imperador – segundo consta – mandou que agradecessem à Silvestre Rebello pelos serviços prestados nas construções das fragatas e, também, pelos quadrúpedes.

Anos mais tarde, o “agenciamento” recebido por Rebello de “D\$46.000,00” do dinheiro concernente à construção das fragatas, rendeu-lhe problemas. As comissões de contas instauradas no Rio de Janeiro – por pressão parlamentar – averiguavam os gastos do Tesouro Nacional e teriam entendido a prática do agenciamento recebido por Rebello durante a construção das fragatas como algo ilegal – ainda que na época fosse uma prática usual no corpo diplomático. Em 1830, quando voltou ao Rio de Janeiro, o caso do agenciamento ganhado por Rebello repercutiu nos jornais que faziam oposição ao governo de D. Pedro I e também na câmara parlamentar. Rebello pediu clemência ao imperador, mas, segundo um dos periódicos de oposição, este pedido de perdão era um disparate, afinal, os tempos haviam

⁴⁰³ Em agosto de 1825, o secretário de Estado Henry Clay em carta privada enviada ao velho John Adams (2º presidente dos EUA e pai de Quincy Adams) anunciava que Rebello iria a Boston e faria uma visita ao velho ex-presidente. Clay dizia que tinha a satisfação de apresentar à Adams aquele homem que era um “gentleman” digno de respeito. Cf. To John Adams. (27 de Agosto de 1825). In: HARGREAVES, M. HOPKINS, J. (Orgs.). **The Papers of Henry Clay**: secretary of state. Lexington: University Press of Kentucky, v.5, 1981. p. 596

mudado e o governo era constitucional; não fazia sentido pedir perdão. Rebello que havia sido nomeado ao cargo de Ministro Plenipotenciário do Brasil em Bogotá foi destituído da missão.

A saída de Silvestre Rebello do aparato governamental brasileiro deu-se em meio às tensões políticas que culminaram na abdicação de D. Pedro I e ao regresso deste à Portugal. Durante o Primeiro Reinado, Silvestre Rebello havia pertencido à *entourage* apoiadora de D. Pedro I, e com o fim do governo deste, perdeu o seu posto na Secretaria de Negócios Estrangeiros. Alijado da Secretaria, Silvestre Rebello encontrou na Sociedade Auxiliadora do Comércio – da qual era membro – e que outrora estava sob a proteção de D. Pedro I – outros homens também pertencentes à “entourage”, agora órfã, de D. Pedro I. Homens estes que apoiaram um discurso político pautado nos ideais de restauração do “trono abdicado” por D. Pedro I. A morte precoce do primeiro governante do império, em 1834, deixou os “restauradores” mais uma vez desamparados. Contudo, quatro anos depois, no seio desta instituição, uma nova agremiação surgiu: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Silvestre Rebello estava entre os sócios-fundadores daquela jovem instituição que promoveram a “maioridade” de D. Pedro II, e logo, encontravam-se sob a imediata proteção do jovem imperador. Uma nova *entourage* estava formada.

Ao estudarmos a singularidade da trajetória deste personagem entrelaçada ao contexto no qual estava inserido nota-se o entrecruzar das práticas políticas de Silvestre Rebello com a história da construção do Estado brasileiro: no patrocínio da festa da Aclamação Imperial; na participação nos movimentos independentistas, nos textos escritos por ele, nos embates políticos e, sobretudo, no corpo diplomático brasileiro. Nesse ínterim, Silvestre Rebello, como também Caldeira Brant, Gameiro Pessoa ou José Silva Lisboa, entre outros representantes diplomáticos brasileiros, à época de D. Pedro I, promoveram a causa brasileira em prol do “pacto externo” impreterível para os novos significados que o termo independência ganhou no Império instituído nos Trópicos. Teceram esses homens e no caso específico Rebello, a partir de suas práticas nos Estados Unidos – ações que contribuiriam para sedimentar o governo brasileiro tal como ele se cristalizou.

No que tange às relações entre o governo dos Estados Unidos e o governo do Brasil entre 1824-1829; destacam-se algumas especificidades: foi um período marcado por convergências e divergências, acusações, suspeitas, negociações e acordos; contudo, a partir de uma experiência diplomática brasileira, nos Estados Unidos, as relações pautaram-se pela cordialidade. O mesmo não se aplica à relação diplomática estadunidense a partir do Rio de Janeiro. Se num primeiro momento o governo brasileiro quis pactuar uma liga defensiva e

ofensiva com o governo de Washington, pouco tempo depois, suspeitava das inclinações políticas dos Estados Unidos para com o Brasil, sobretudo, durante a guerra da Cisplatina. O tráfego intenso de navios mercantis estadunidenses na costa brasileira gerou uma série de conflitos que iam desde as tentativas estadunidenses em obter vantagens financeiras burlando a fiscalização alfandegária brasileira – passando pelo envolvimento em atividades de pirataria - até a truculência das armadas marítimas do Império brasileiro. Contudo, em fins de 1828, o tratado selado entre esses dois países propunha em alguma medida atenuar esses conflitos concentrados nas questões do tráfego marítimo e do comércio.

Por fim, há de ser dito que a trajetória individual do diplomata biografado se imiscuiu com a construção “coletiva” do Estado Imperial e, por vezes, relacionou-se em alguma medida com temas, que ao longo dos anos, se tornaram clássicos da historiografia brasileira como as sedições que culminaram na Confederação do Equador; as disputas envolvendo a província da Cisplatina, o reconhecimento externo da Independência brasileira e, posteriormente, o surgimento do IHGB.

Apesar dessa trajetória densa e permeada pelos jogos de poder, José Silvestre Rebello não se tornou um herói nacional, não emprestou seu nome a ruas ou avenidas, não aparece nos manuais de História ou livros didáticos do país e, tampouco, foi homenageado com monumentos erigidos em bronze ou cobre. Encontramos apenas uma pequena praça, no bairro da Lapa, na cidade de São Paulo, que leva o nome Silvestre Rebello, sendo que, na mesma praça não se encontra nenhuma referência histórica (estátua, placa ou busto) ao personagem que dá nome ao local. Vale ressaltar que, no Rio de Janeiro, cidade na qual Rebello viveu a maior parte de sua vida, não há nenhuma referência toponímica a ele. Pelas pesquisas realizadas, acreditamos que as poucas referências ao personagem José Silvestre Rebello indicam que sua imagem não foi incorporada por memórias políticas coletivas e sociais.

Silvestre Rebello não é exceção: muitos outros homens de sua geração também passaram discretamente ao largo das memórias políticas coletivas e sociais. Nesse sentido, lembrar sua trajetória política – assim como a dos múltiplos personagens que compuseram o cenário político da época – ultrapassa a tentativa de compreender a singularidade de uma vida: é um profícuo exercício de reflexão dos processos de memória e esquecimento nos construtos das “histórias nacionais”. Também possibilita pensar no entrecruzar das experiências individuais nos múltiplos movimentos que culminaram na construção dos Estados nacionais contemporâneos.

* * *

REFERÊNCIAS

1. FONTES:

1.1 Almanques

Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1816.

Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1817. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1824. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824.

1.2 Arquivo Nacional

Brasil. **Ordenação Honorífica da Ordem do Cruzeiro de Silvestre Rebello** – 22 de Janeiro de 1825. Códice 1825. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (RJ), 1825.

Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Alvará nomeando José Silvestre Rebello. **Livro 63º do Registro das Mercês.** Códice 137. V. 63/01062. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (RJ), 1821.

1.3 Coletânea Brasil e Estados Unidos (1824-1829) – Despachos e Ofícios

Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, v. 2, 2009.

1.3. 1 Ofícios e documentos em anexo

Anexo 1. Washington, 29 de novembro de 1828.

Anexo 1. N. 12 Confidencial. 1 de Março de 1825.

Anexo 1. N. 17. 27 de Junho de 1825.

Anexo 1. Nota 3ª. 29 de Abril de 1824.

Anexo 2. Cópia [N.11] 28 de Janeiro de 1825.

Anexo 3. Cópia N[ot]a OO. Ofício 26 de Abril de 1824.

Anexo 5. 2ª Via. N. 1. Conta do custo líquido das fragatas *Izabel* e *Príncipe Imperial*, mandadas construir nos Estados Unidos [...].

Anexo 6. N. 2 Conta do custo da artilharia e seus pertences para as fragatas *Izabel* e *Príncipe Imperial*, remetida pelo brigue americano [...].

Anexo 7. José Silvestre Rebello, em conta corrente com o governo de S. M. o Imperador do Brasil, na construção das duas fragatas *Izabel* e *Príncipe Imperial* [...].

COSTA, I. Ofício, 26 de Maio de 1825.

REBELLO, J. S. Carta particular ao senhor Luís José de Carvalho e Melo, Ministro de Relações Exteriores, sobre as recepções dadas pelo secretário de Estado dos Estados Unidos, com algumas sugestões.

REBELLO, J. S. *List of the individuals appointed to serve as vice-consuls for the Empire of Brazil in different ports of the United States.*

_____. Nota 7^a. 31 de Maio de 1824.

_____. Ofício 15 de Janeiro de 1824.

_____. Franklin House Hotel, 5 de Abril de 1824.

_____. Ofício, 20 de Abril de 1824.

_____. Ofício 26 de Abril de 1824.

_____. Ofício, 26 de Maio de 1824.

_____. Ofício, 26 de Julho de 1824.

_____. Ofício, 25 de setembro de 1824.

_____. Ofício 24 de Dezembro de 1824.

_____. Ofício, 26 de Janeiro de 1825.

_____. Ofício, 26 de fevereiro de 1825.

_____. Ofício 8 de Março de 1825.

_____. Ofício, 26 de Março de 1825.

_____. Ofício, 19 de Abril de 1825;

_____. Ofício, 14 de Maio de 1825.

_____. Ofício, 26 de Maio de 1825.

_____. Ofício, 25 de Junho de 1825.

_____. Ofício 26 de Julho de 1825.

_____. Ofício, 26 de Agosto de 1825.

_____. Ofício, 26 de setembro de 1825.

_____. Ofício, 26 de outubro de 1825.

_____. Ofício, 26 de novembro de 1825.

_____. Ofício 26 de Dezembro de 1825.

_____. Ofício 31 de Janeiro de 1826.

_____. Ofício 7 de Fevereiro de 1826.

_____. Ofício, 04 de Março de 1826.

_____. Ofício 5 de Abril de 1826.

_____. Ofício 17 de Abril de 1826.

_____. Ofício 29 de Maio de 1826.

_____. Ofício 26 de Julho de 1826.

_____. Ofício 29 de setembro de 1826.

_____. Ofício 14 de outubro de 1826.

_____. Ofício, 28 de outubro de 1826.

_____. Ofício, 12 de Agosto de 1827.

_____. Ofício, 8 de Janeiro de 1828.

_____. Ofício, 26 de Maio de 1829.

_____. Ofício, 26 de Junho de 1829.

_____. Ofício, 31 de Julho de 1829.

1.3.2 Despachos e Documentos Anexos

[Anexo 6]. Cópia. Para o Cônsul dos Estados Unidos.

[Documento 23] [Cópia] [2] 3 Inquirição de testemunhas de sumário Assentada. 27 de Março de 1827.

ALMEIDA, M. C. D. P. Despacho 25 de Janeiro de 1825.

DU PIN DE ALMEIDA. M. C. Despacho 25 de Janeiro de 1828: [*Índice:*] Secretaria da Fazenda solicita documentação a respeito de duas fragatas.

EDGAR, J. Documento 5. Bordo da Fragata Príncipe Imperial surta no porto do Rio de Janeiro às 9 horas ¹/₄ da noite do dia 4 de março de 1827.

MARQUÊS DE ARACATY. Despacho, 27 de Outubro de 1828.

_____. Despacho, 12 de agosto de 1829.

_____. Despacho, 27 de Março de 1829.

MARQUÊS DE INHAMBUPE. Despacho, 23 de outubro de 1826.

_____. Despacho, 27 de Novembro de 1826.

MARQUÊS DE MACEIÓ. Documento 9. 5 de Março de 1827.

MARQUÊS DE QUELUZ. Anexo 14. 10 de Março de 1827.

_____. Despacho, 27 de março de 1827.

_____. Despacho, 6 de Abril de 1827.

MELO, L. J. C. [anexo 6] Cópia. Para o cônsul dos Estados Unidos.

_____. Despacho, 31 de Janeiro de 1824.

_____. Despacho, 25 de Agosto de 1824.

_____. Despacho, 13 de setembro de 1824.

_____. Despacho, 15 de Setembro de 1824.

_____. Despacho, 4 de Outubro de 1824.

_____. Despacho, 22 de Novembro de 1824.

_____. Despacho, 3 de Janeiro de 1825.

_____. Despacho, 28 de Janeiro de 1825.

_____. Despacho, 12 de Abril de 1825.

_____. Despacho, 17 de Maio de 1825.

_____. Despacho, 19 de Maio de 1825.

_____. Despacho, 7 de Junho de 1825.

_____. 12 de Agosto de 1825

MELO. SOUSA, L. J. Documento 7. Auto de Exame e Vistoria Feito a Bordo do Brigue.

RAGUET, C. Anexo 11. Rio de Janeiro, March 7, 1827.

VISCONDE DE SANTO AMARO. Despacho, 12 de novembro de 1825.

_____. Despacho, 22 de Dezembro de 1825.

_____. Despacho, 23 de Dezembro de 1826.

VISCONDE DE INHAMBUPE. Despacho, 5 de Maio de 1826.

_____. [Anexo 3] [Cópia] 2ª Via. 30 de setembro de 1826.

1.4 The Papers of Henry Clay: secretary of state (Coletânea)

HARGREAVES, M. HOPKINS, J. (Orgs.). **The papers of Henry Clay: secretary of state**. Lexington: University Press of Kentucky, v.4, v.5, v. 7, 1981.

1.4.1 Documentos utilizados

CLAY, H. To Condly Raguet – 14/04/1825

_____. To John Adams – 27/08/1825.

_____. To José Silvestre Rebello -13/04/1825.

_____. To Silvestre Rebello – 31/05/1827.

_____. To Silvestre Rebello – 08/04/1828.

_____. To Silvestre Rebello – 01/05/1828.

_____. To Silvestre Rebello – 02/06/1828.

Editorial - Daily National Intelligencer. 19/03/1828.

1.5 Circulares da CHDD:

SILVA, A. T. Circular. 29 de Agosto de 1824. **Cadernos do CHDD**. Fundação Alexandre de Gusmão/ Centro de História e Documentação Diplomática. Rio de Janeiro, v. 4, 1826.

1.6 Biblioteca Nacional:

MILBURN, W. **O Comércio Oriental**: Descrição Mercantil. Rio de Janeiro: Typographia Real, 1820.

1.7 Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro:

Extratos de atas das sessões de janeiro, fevereiro e março. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1839 -1841.

RABELLO, L. REBELLO, J. S. Juízo sobre a obra intitulada “*Examen Critique de L’Histoire de La Geographie Du Nouveau Continent*”. **Revista do IHGB**, 1840.

Ata da reunião do IHGB no dia 22 de agosto de 1844. **Revista do IHGB**, Tomo VI 1844.

PORTO ALEGRE. Elogio dos sócios do Instituto, Mortos neste 6º ano Acadêmico. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, Suplemento, 1844.

Segunda Sessão Pública Aniversária do IHGB – 27 de novembro de 1840. **Revista do IHGB**. Tomo II, 1840.

1.8 Revista do Auxiliador da Indústria Nacional

Introdução. **O Auxiliador da indústria Nacional**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nº I – 15 de janeiro, 1833.

Ill.mo Sr. Redactor do Auxiliador, Januario da Cunha Barboza. **Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro: 29 de Agosto de 1833.

Memória da Cultura do Caffeiro. **O Auxiliador da Industria Nacional**. Rio de Janeiro: 1833.

Memoria sobre a Cultura da Cana, e Elaboração do Assucar. **O Auxiliador da Industria Nacional**. Rio de Janeiro: 1833.

Sessão 26 de Junho de 1844. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: 1844.

1.9 Periódicos

Artigos Nam Officiaes. Rio de Janeiro. Museu Nacional. **Imperio do Brasil: Diario Fluminense**. Rio de Janeiro: 16 de jan. 1830.

Arrematações. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 24 de set. 1830.

Avisos. **Gazeta do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 30 de maio de 1818.

Avisos. **Gazeta do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 1 de abr. 1820.

Continuação da Subscrição das Senhoras, e Cidadãos Constitucionais, que concorrerão para a elevação dos Arcos Triunfaes [...]. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 11 de nov. 1822.

Diário do Governo de Lisboa Nº20 [...]. **Império do Brasil**: Diário do Governo. Rio de Janeiro: 16 de maio 1823.

Quarta- Feira 16 de outubro de 1822. **Correio do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 16 de out. 1822.

Leiloens. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 16 de abr. 1823.

Maryland Agricultural Society. **The American Farmer**. Baltimore: 28 de abr. de 1826.

Maryland Agricultural Society. **The American Farmer**. Baltimore: 5 de maio 1826.

Maryland Agricultural Society. **The American Farmer**. Baltimore: 2 de nov. de 1827.

Noticias Marítimas. Entradas. **Gazeta do Rio de Janeiro**. Baltimore: 16 de abr. de 1817.

Noticias Marítimas. Entradas. **Gazeta do Rio de Janeiro**. Baltimore: 27 de ago. de 1817.

Noticias Marítimas. Entradas. **Gazeta do Rio de Janeiro**. Baltimore: 27 de maio de 1818.

Notícias Particulares. N 25. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 07 de jun. de 1823.

Sahidas. **Império do Brasil**: Diario do Governo. Rio de Janeiro: 6 de fev de 1824.

Variedades. **Aurora Fluminense**. Rio de Janeiro: 18 de jan. de 1830.

Correspondências, 30 de Janeiro de 1830. **Astrea**. Rio de Janeiro: 30 de jan. 1830.

Manoel Theodoro d'Araujo Azambuja Cavalleiro d'Ordem de Christo, Juiz de Paz da Freguesia de S. José. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 19 de Fevereiro de 1830.

Vendas. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 18 de mar. de 1830.

Alugueis. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 17 de out. de 1830.

Vendas. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro: 24 de dez. de 1830.

Alugueis. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 24 de dez. de 1830.

Vendas. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 3 de jan. de 1831.

Declarações. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 6 de abr. de 1832.

Comercio. **O Pacote do Rio, Folha Commercial, Política, e de Anúncios**. Rio de Janeiro: 7 de jun. de 1836.

O Reconhecimento da Independência do Império do Brasil pelos Estados Unidos. **O Spectador Brasileiro**. Rio de Janeiro: 30 de ago. 1824.

8 de Março de 1830. **Aurora Fluminense**. Rio de Janeiro: 8 de mar. 1830.

18 de Julho. **O Correio da Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: ago. de 1831.

1. 10 Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty

Passaporte de José Silvestre Rebello. Setembro de 1829. In: Documentação Interna. 25 – Pessoal. Maços Pessoais. José Silvestre Rebello. Estante 8 lata 778 Maço 2.

Pedido para participar de agremiação. Maryland XXX. Documentação Interna. 25 – Pessoal. Maços Pessoais. José Silvestre Rebello. Estante 8 lata 778 Maço 2.

1.11 Outros

Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1828.

REBELLO, J. S. Povoação Relativamente à Origem e Influência dos Primeiros Povoadores no IHGB. In: SERRANO, J. **A Colonização** – Capitánias. Rio de Janeiro [18--].

BRASIL. **Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos Governos, e Nações Amigas. (Manifesto de 6 de Agosto de 1822 às Nações Amigas)**. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1822.

Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre o Senhor D. Pedro I, imperador do Brasil, e os Estados Unidos da América. Sistema de Atos Internacionais. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1828/b_9/> Acesso em: 25 de ago. 2014.

1.12 Documentos Iconográficos:

DEBRET, J. B. **Parte da Costa Brasileira conhecida pelo nome de Gigante Deitado**. Aquarela, MEA 12. Rio de Janeiro, 1816. Acervo Museu Castro Maya.

_____. Retorno da Corte. In: DEBRET, J. B. **Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'avènement et de l'abdication de S. M. D. Pedro 1er, fondateur de l'Empire brésilien**. (Paris: 1ª ed. 1834). Rio de Janeiro: Record, 1965.

PEALE, S. M. **José Silvestre Rebello**. Pintura em tinta óleo no tecido. Baltimore, 1826. Acervo: Embaixada do Brasil em Washington. In: <http://collections.si.edu/search/results.htm?q=record_ID:siris_ari_197208>. Acesso em 10 de Abril de 2014.

PEALE, S. M. **Self Portrait** in oil on canvas. 1818. Acervo: National Portrait Gallery - Washington D.C. (United States - Washington, DC) <<http://www.the-athenaeum.org/art/detail.php?ID=20417>>. Visualizado em: 29 de Maio de 2015.

* * *

2. Bibliografia:

2.1 Artigos e Livros

ACIOLLY, H. **O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945.

_____. Brant e Gameiro em Londres In: Brasil. **Arquivo Diplomático da Independência**. Rio de Janeiro: Litho. Typ. Fluminense, v.1, 1922.

ARMITAGE, J. **História do Brasil**: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos. Belo Horizonte/São Paulo: (1ª ed. 1831), Ed. Itatiaia/EDUSP, 1981.

BANDEIRA, L. A. M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BARBOSA, F. V. Anexo 1. Cópia. Paço, em 13 de Setembro de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009.

BASILE, M. CARVALHO, J. M. NEVES, M. L. B. P. **Às Armas, Cidadãos!** Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo; Belo Horizonte: Companhia das Letras - Editora UFMG, 2012.

BASILE, M. Revolta e Cidadania na Corte Regencial. Niterói: **Revista Tempo**, 2007.

BELCHIOR, E. O. MIRANDA, V. C. TAPAJÓS, V. TÓRTIMA, P. WEHRS C. **Dicionário Bibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, v. 6, 1998.

BELTRÃO, H. **O Civismo da Praça Num Século de Labor**. Rio de Janeiro: 1931.

BEMIS, S. F. **A Diplomatic History of the United States**. New York: Henry Holt and Company, 1951.

BETHELL, L. O Brasil no Século XIX: parte do “império informal britânico”? In: CARVALHO, J. M. CAMPOS, A. P. (Orgs.). **Perspectivas da Cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. The Mixed Commissions for the Suppression of the Transatlantic Slave Trade in the Nineteenth Century. **The Journal of African History**. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 7, no. 1, 1966.

BERNARDES, D. A. M. **O Patriotismo Constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Recife: UFPE, 2006.

BITTENCOURT, F. **Os Fundadores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

BRASIL. **Arquivo do Distrito Federal**: Revista de Documentos para a História da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: v. 5, 1954.

BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

CABRAL, F. J. G. Emissário: Cabugá. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: 1 de maio de 2014.

CALMON, P. **Brasil e América: história de uma política**. Rio de Janeiro: Olympio, 1944.

CARVALHO, Z. G. Silvestre Rebello em Washington. In: Brasil. **Arquivo Diplomático da Independência**. Brasília: 2ª ed. Ministério das Relações Exteriores, v.5, 1972.

CASTRO, F. M. O. **Dois Séculos de História da Organização do Itamaraty (1808 -2008)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CORREIA, O. Telles da Silva em Viena. In: **Arquivo Diplomático da Independência**. Rio de Janeiro: Litho. Typ. Fluminense, v.4, 1922.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 2007.

CRIBELLI, T. O Império das Palmeiras: Os Estados Unidos descobrem o Império brasileiro. In: MARTINS, A. C. I.; SOCHACZEWSKI, M. (Orgs.). **As Descobertas do Brasil: O olhar do Estrangeiro na Construção da Imagem do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 2014.

DIAS, F. Polifonia e Consenso nas páginas da Revista do IHGB: a questão da mão de obra no processo de consolidação da nação. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, número 05, 2010.

DRUMMOND, A. M. V. Dedução dos Direitos do Brasil e Propriedade e Posse da Sua Actual Linha de Fronteira do Norte do Imperio do Brasil. In: MELLO MORAES, A. J. **Corographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria, e Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares de Pinho, Tomo II, 1858.

FAZENDA, J. V. Notas históricas sobre a Praça do comércio do Rio de Janeiro. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, tomo LXXIII, 1910.

FERREIRA, G. Conflitos no rio da Prata. In. GRINBERG, K. SALLES, R. (Org.). **O Brasil Imperial (Volume I – 1808 – 1831)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, L. M. P. **Debaixo da Imediata Proteção Imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 -1889). São Paulo: 2ª ed. Editora Annablume, 2011.

GUIMARÃES, M. L. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v.1, n.1, 1988.

JANCÓSÓ, I. PIMENTA, J. P. G. Peças de um Mosaico Ou Apontamentos para o Estudo da Emergência da Identidade Nacional Brasileira. In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira 1500 - 2000**. São Paulo: Senac, 2000.

KING, J. **Sarah M. Peale: America's First Woman Artist**. Branden Books, 1987.

LEVILLAIN, P. Os Protagonistas: da Biografia. In: REMOND, R. (Org.) **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

LIMA, M. A. O. **O Império Brasileiro: 1822 = 1889**. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Comp. Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog irmãos incorporada), 1922.

_____. **O Movimento da Independência Brasileira: O Império Brasileiro (1821 -1889)**. São Paulo: 4ª ed., Ed. Melhoramentos, 1962.

_____. **História Diplomática do Brasil: O Reconhecimento do Império**. Rio de Janeiro; Paris: Garnier, Livreiro Editor, 1901.

- LYRA, H. **História Diplomática e Política Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1941.
- _____. Gameiro e Borges de Barros em Paris. In: **Arquivo Diplomático da Independência**. Rio de Janeiro: Litho. Typ. Fluminense, v.3, 1922.
- LOPEZ, E. C. R. Festejos Públicos, Política e Comércio: a Aclamação de D. João VI. In: MARZON, I. OLIVEIRA, C. H. S. (Orgs.). **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Edusp, 2013.
- MACAULAY, N. **Dom Pedro: A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal 1798 – 1834**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MACEDO, J. M. Discurso do orador. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, suplemento, Tomo XX, 1857.
- MELLO, E. C. **A Outra Independência: O Federalismo Pernambuco de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- OLIVEIRA, C. H. L. S. **A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820/1824**. Bragança Paulista: Ícone/ Universidade São Francisco, 1999.
- _____. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. In: GRINBERG, K. SALLES, R. (Orgs.). **O Brasil Imperial** (Volume I – 1808 – 1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- PANTALEÃO, O. O Reconhecimento do Império. In: Holanda, S. B. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v. III, 1965.
- PAULA, E. S. A Organização do Exército Brasileiro. In: HOLANDA, S. B. (ORG) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v. I, 1965.
- PEREIRA DA SILVA, J. **Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil: Narrativa Histórica**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro Editor, 1871.
- RAFAELLI, M. **A Monarquia e a República: Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Funag, 2006.
- REIS, J. C. O Retorno do Evento Estruturado. In: _____. **Nouvelle Historie e Tempo Histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.
- RIOS FILHO, A. M. **O Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: 2ª ed. Universidade Editora, 2000.
- ROMÉRO, M. **História da Organização Administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (1808 – 1951)** Rio de Janeiro: MRE, 1951.
- SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 6, 1900.
- SANTOS, L. C. V. G. **O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- _____. **O Império e as Repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.
- SOUSA, O. T. de. **A Vida de D. Pedro I - História dos Fundadores do Império**. Rio de Janeiro: Olympio, 1972.
- VARNHAGEN, F. A. **História Geral do Brasil: Antes de sua separação e Independência de Portugal**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 7ª Edição, 1962.
- VASCONCELLOS, J.L.S.V.; VASCONCELLOS, R. S.V. **Archivo Nobiliarchico Brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

VASCONCELLOS, M. Schaeffer e Mello Mattos nos Estados da Alemanha. In: Brasil. **Arquivo Diplomático da Independência**. Rio de Janeiro: Litho. Typ. Fluminense, v. 4, 1922.

VIANNA, H. **História Diplomática do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, [19—?].

WEIMBERG, A. **Destino Manifiesto**. El expansionismo nacionalista en la historia norteamericana. Buenos Aires: Paidós, 1968.

WEHLING, A. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 338, p. 7-16, 1983.

WHITAKER, A. José Silvestre Rebello: The First Diplomatic Representative of Brazil in the United States. **The Hispanic American Historical Review**. Durham: Duke University Press, 1940.

_____. **Los Estados Unidos y la independencia de America Latina (1800 - 1830)**. Ed. Universitaria de Buenos Aires, 1964.

WRIGHT, A. F. P. A. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972.

2.2 Sítios Virtuais

Casa Branca: <https://www.whitehouse.gov/1600/first-ladies/louisaadams>

Casa Branca: <https://www.whitehouse.gov/1600/presidents/johnquincyadams>

Museu Nacional da Mulher (EUA): <http://nmwa.org/explore/artist-profiles/sarah-miriam-peale>

Capitólio: <http://www.aoc.gov/capitol-hill/national-statuary-hall-collection/charles-carroll>

Academia Brasileira de Letras <http://www.academia.org.br/academicos/elmano-cardim/textos-escolhidos>

Palácio do Planalto http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/panteao/Dados_biograficos.htm

Revista de História da Biblioteca Nacional www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/moca-independente

2.3 Mapas

DESSIOU, J. F. *A New General Charter of the coast of Brazil from the River Amazon to the River Plate*. Londres; Escala? 2. Ed. 1818.

FORCE, P. STONE, W. J. Mapa: **A Correct Map Of The City of Washington**. Ano: 1820. < In: www.loc.gov/item/88694094/>

2.4 Teses e Dissertações

ALVES, J. V. C. **Ascensão e Queda do Gabinete de 20 de Novembro de 1827**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2013.

CABRAL, J. F. **Conversas Reservadas: “Vozes Públicas”, Conflitos Políticos e Rebeliões em Pernambuco no Tempo da Independência do Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

GUIZELIN, G. S. **Comércio de Almas e Política Externa**: a diretriz Atlântico-Africana da Diplomacia Imperial Brasileira, 1822-1856. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2011.

JEHA, S. C. **A Galera Heterogênea**: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil (1822- 1854). Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Rio de Janeiro, 2011.

KATO, R. M. **Revoltas de Rua**: O Rio de Janeiro em Três Momentos (1821-1828-1831). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ-IFCS, 1988.

APÊNDICE

Linha Cronológica de Eventos Políticos citados neste Trabalho

1815 – Congresso de Viena

1817 – Revolta na Província de Pernambuco

1820 – Revolução Liberal das Cortes de Lisboa

1821 – Retorno de D. João VI a Portugal

1822 – Emancipação política do Império brasileiro

1824 – Reconhecimento estadunidense da independência brasileira

1825 – Reconhecimento português da independência brasileira

1826 – Guerra da Cisplatina

1831 – Abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro

1838 – Fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

1840 – Posse de D. Pedro II.

Linha Cronológica Biográfica de Silvestre Rebello

17-? – Nascimento em Portugal.

1--? – Vem para o Brasil.

18_? – Dedicar-se ao comércio no Rio de Janeiro.

1820 – Traduz para o português o livro O Comércio Oriental.

1821 – É nomeado por D. João VI ao cargo Juiz da Comissão Mista entre Portugal e Inglaterra.

1822 – é um dos fundadores da Agremiação Philotécnica e produz os Anais Fluminenses.

1822 – produz textos usando o pseudônimo Trezgeminos Cosmopolitas.

1824 – Nomeado diplomata do Brasil em Washington.

1824 – Em março, muda para Washington.

1825 – nomeado Oficial da Ordem do Cruzeiro do Império.

1825 – Patrocina uma premiação agrícola nos Estados Unidos – “The Premium Rebello”

1826 – Torna-se membro honorário da Maryland Agricultural Society e do Columbian Institute

1830 – Retorna ao Brasil

1830 – Sofre um processo administrativo

1830 – Torna-se membro da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional

183? – É agraciado com a titulação de Comendador da Rosa

1838 – Torna-se um dos membros fundadores do IHGB

1841 – Título honorífico do Hábito de Cristo

1844 – Morre no Rio de Janeiro